



Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

# **Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento**

## **Análise do trabalho de algumas ONG em Moçambique**

**Nome do Autor: Giulia Mauri**

**Nome do Orientador: Prof. Doutora Sónia Infante Frias Piepoli**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre  
em Estudos Africanos

**Lisboa  
2013**

## Índice

Glossário de termos e abreviaturas .....	4
Agradecimentos .....	5
Resumo.....	5
Abstract .....	6
Introdução .....	8
Nota Metodológica.....	9
<b>CAPITULO 1: O MUNDO DAS ONG: UMA PANORAMICA .....</b>	<b>15</b>
1. Contexto histórico .....	15
2. Elementos que influenciaram o nascimento das ONG.....	18
3. Evolução das ONG depois da Segunda Guerra Mundial .....	21
4. Definição e reconhecimento das ONG.....	25
5. ONG internacionais, nacionais ou regionais? .....	31
5.1. ONG religiosas.....	34
6. Das ONG a ONGD: algumas teorias. ....	35
7. Enquadramento das Organizações Não Governamentais do desenvolvimento. ....	38
8. Classificação das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento.....	44
9. Colaboração entre as ONG e os outros actores internacionais.....	46
9.1. A relação entre a União Europeia e as ONG.....	48
9.2. A cooperação entre as Nações Unidas e as ONG.....	52
<b>CAPITULO 2: ALGUMAS ONGD QUE OPERAM NO TERRITÓRIO .....</b>	<b>54</b>
1. ONGD em Moçambique .....	54
2. Percurso histórico das ONGD moçambicanas. ....	56
3. ONGD nacionais e o Estado. ....	57
3.1. A natureza das ONGD locais moçambicanas .....	63
3.2. ONGD moçambicanas e a LINK .....	69
4. As ONGD estrangeiras em Moçambique: Percursos históricos.....	71
4.1. Os aspectos positivos e negativos das ONGD estrangeiras .....	76
4.2. As abordagens das ONGD estrangeiras com a sociedade local .....	82
4.3. As ONGD estrangeiras e o Estado .....	83
5. Moçambique e as ONGD religiosas.....	86
5.1. História da Igreja Católica na sua relação com o Estado de Moçambique: breve nota	87
5.2. O caso específico: Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora em Namaacha .....	89

Bibliografia .....	94
Anexos .....	104

## **Glossário de termos e abreviaturas**

DANIDA: Danish International Development Agency

EU: Estados Unidos

FRELIMO: Frente de Libertação Moçambicana

INE: Instituto Nacional de Estadística

LINK: Fórum das ONGD em Moçambique

NATO/OTAN: Organização do Tratado do Norte

NOEI: Nova Ordem Económico Internacional

OCDE: Organização para a Cooperação Económica e o Desenvolvimento

OMM: Organizações das Mulheres Moçambicanas

ONG: Organizações Não Governamentais

ONGD: Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

ONU: Organizações das Nações Unidas

OSC: Organização da Sociedade Civil

OTM: Organizações dos Trabalhadores de Moçambique

OXFAM: Oxford Committee for Famine Relief

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PVD: Países em via de desenvolvimento

RENAMO: Resistência Nacional Moçambicana

UE: União Europeia

UN: Nações Unidas

UNCTAD: Conferencias das Nações Unidas sobre o Comercio e o Desenvolvimento

URSS: União das Republicas Socialistas Soviéticas

## **Agradecimentos**

À professora Sónia Frias que soube equilibrar a paciência com a força. E que através de uma dissertação permitiu-me de crescer ainda um bocado, superando barreiras que achava impossíveis.

Aos meus pais, Cláudia e Terenzio, uma convergência de oposição que sempre deu-me grande força.

Ao meu irmão, Alessio, o meu ponto de referência.

E em fim um agradecimento especial as duas partes fundamentais da minha vida: Verona e Lisboa. Duas cidades que detém as minhas duas famílias. Duas cidades que me deram os amigos mais caros que tive.

Lisboa, onde encontrei a minha família “estrangeira”, onde sempre vou ser pequenina, onde aprendi a acreditar em mim mesma através de conversa em frente a um chá. Tenho que dizer obrigada para todas as pessoas que me ajudaram nas minhas escolhas e que souberam abraçar-me nos momentos difíceis. Maria, Marta, Tania, Amir, Aristeia, Eloy, Fernando, Nor, Duarte, Pedro, Pier, Pablo, Laura, Amandine e Giorgia. Um agradecimento especial a Ana que com os seus olhos gentis foi um elemento essencial na escrita deste trabalho.

Aos meu mundo veronese que sempre entusiasta apoiava-me não obstante a distância. Que suporta os meus sonhos e abraça-me sempre quando volto. A Marta, Beatrice, Carlotta e Mattia, Ana, Andrea, Filippo, Alice, Davide, Francesco e todas os amigos do “atelier discreto”. A Elena com a qual descobri que a distância é superável com um envelope. A Marzia, já parte da família.

A Giovanni que apresentou-me Lisboa.

Em fim a Silvia e Eleonora, duas amigas para as quais as palavras não são suficientes.

**NOME: Giulia Mauri**

**MESTRADO EM: Estudos Africanos**

**ORIENTADOR: Sónia Frias**

**DATA: 8 Março 2013**

**TÍTULO DA TESE: Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento. Análise do trabalho de algumas ONGD em Moçambique.**

Após a Segunda Guerra Mundial começaram a aparecer no panorama mundial, novos actores internacionais, as ONG, Organizações Não Governamentais. Nas décadas de 1970-80, (Alves 1996), assistiu-se a uma evolução das ONG para – Organizações Não Governamentais para o desenvolvimento" (ONGD).

As ONGD adoptaram uma base mais estruturalista que denunciava a pobreza no âmbito das relações económicas internacionais.

Neste trabalho foi analisado o caso específico de ONGD em Maputo, Moçambique. Em 1990 assistiu-se a um aumento das ONGD em Moçambique, em paralelo com a elaboração da nova Constituição moçambicana, que permitiu um reconhecimento legal das ONG através da lei 8/91. Esta lei, ainda em vigor, apesar de constituir um passo importante na abertura às ONGD, revela algumas limitações.

Com este trabalho procurámos saber um pouco mais sobre esta realidade.

Através de trabalho de campo deu-se atenção sobretudo à relação entre as ONGD e o poder moçambicano. Para obter um quadro o mais completo possível foram entrevistadas ONGD laicas, nacionais e estrangeiras, e religiosas sobre as forças e fraquezas de uma ONGD que trabalhe no território moçambicano.

**Palavras-chave: ONGD, Maputo, Moçambique, Desenvolvimento, Poder Governamental, Sociedade Civil.**

**Abstract**

**TÍTULO DA TESE EM INGLÊS:**

**Non-Governmental organizations and development: analyses of the work of some NGO in Mozambique.**

The world changed after WWII. New international players such as the NGOs (non-governmental organizations) started becoming prominent on a global scale. During the 1970-1980 (Alves 1996) an evolution towards Development NGOs took place.

Development NGOs adopted a more structuralist base that denounced poverty as a consequence of international economic relations.

A specific case was analysed in the current work: Maputo, Mozambique. Fieldwork allowed the study of the relations between Development NGOs and Mozambican power.

In 1990 there was an increase in the number of NGOs in Mozambique, at the same time that the new Mozambican Constitution was being written, which made a legal acknowledgement of non-governmental organizations possible (law 8/91). This has been the only legal base for NGOs so far. Although it represents an important step towards the acceptance of the NGOs, this law shows many limitations. For practical purposes, the NGOs aren't still recognized as juridical persons, being catalogued as a syndicate, a religious congregation or a company.

In order to have the most complete picture possible, several lay, national, foreign and religious NGOs were interviewed regarding the strengths and weaknesses of an NGO working in Mozambican territory.

**Palavras Chaves: ONGD, Mozambique, Development, Governmental Power, Civil Society.**

## **Introdução**

O presente trabalho consiste no estudo sobre as relações entre as Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD) e o poder político em Moçambique. Em particular foram analisadas as fraquezas e forças deste relacionamento.

O texto é dividido em duas partes principais, a primeira dá uma panorâmica geral sobre o mundo das ONG e ONGD, analisando a evolução deste organismo; a segunda parte por sua vez apresenta o caso específico das ONGD que operam em Maputo.

Em Moçambique pós-independência as ONGD assumiram um papel fundamental no que respeita à ação para o desenvolvimento e a atitude do poder político.

Se em 1975, a criação de ONGD nacionais não era permitida dada a afiliação à política socialista, em 1984, devido à crise económica e social que se arrastava desde finais dos anos setenta, foi implementado um programa de ajustamento estrutural e o país abriu portas às ONGD estrangeiras. Isso permitiu uma abertura sempre maior, conseguindo chegar-se à legalização das ONGD nacionais aquando da preparação da nova Constituição moçambicana do 1990.

O mesmo passou com as Organizações religiosas, pois que sendo o primeiro período pós-independência, ou seja entre 1975 e 1983, caracterizado por uma política socialista, não eram permitidas nem associações privadas laicas, nem religiosas. Assim, a vida das ONGD religiosas foi impalpável praticamente até 1984-85.

O objectivo desta dissertação, é fundamentalmente o de contribuir para um melhor conhecimento de como em Moçambique se desenvolve a relação entre ONGD e governo. Mais explicitamente a nossa ideia é a de procurarmos:

- Compreender os mecanismos relacionais que existem entre as ONGD (nacionais e estrangeiras) e o poder político moçambicano;



- Perceber quais são os compromissos externos e internos ao governo, que as ONGD aceitam para poderem desenvolver o seu trabalho
- Fazer uma comparação das fraquezas e forças encontradas das ONGD em Moçambique, para dar uma panorâmica o mais exaustiva possível.

As ONG são um fenómeno moderno, que nasceu depois da Segunda Guerra Mundial e que durante a década 70 tiveram uma evolução, passando de ONG humanitárias a ONG para o Desenvolvimento (ONGD). Isso significa que passaram dum trabalho humanitário focalizado na ajuda aos refugiados a uma denúncia da pobreza como consequência da ordem económica mundial. Podemos dizer portanto que as ONGD se tornaram mais políticas. Este facto num país em via de desenvolvimento como Moçambique põe em luz aspectos diferentes. Analisar a relação entre as ONGD e o Estado permite pois perceber quanto é importante a presença das ONGD no território e ainda a abertura do poder político à ajuda externa. Após a independência Moçambique demonstrou-se uma das democracias mais sólidas de África (Marraziti 2012:20) e muito aberta a ajudas externas, bilaterais e multilaterais. Neste contexto as ONGD tiveram um papel importante nalgumas áreas. Com esta dissertação pretendemos compreender como as ONGD que pudemos entrevistar em Moçambique conseguiram relacionar-se com o Estado e desenvolver os próprios papeis. Procurámos ainda perceber os desafios e eventualmente os erros que se podem cometer nestes contextos.

Dada a complexidade do tema escolhido, compreendemo-la melhor quando o processo já estava em curso, este estudo não pode ser considerado senão um contributo para o estudo sobre estas matérias.

Tomo ainda o ensejo para explicitar que neste estudo, será sempre usado o acrónimo ONG ou ONGD (Organizações Não Governamentais ou Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento – já no plural) e não ONGs ou ONGDS.

Neste ponto da dissertação, importa contar um pouco como se obtiveram os dados necessários à realização deste estudo.

Contámos desde o início com a necessidade de nos deslocarmos a Moçambique a fim de podermos, localmente, obter informação mais concreta. A pesquisa de teor mais bibliográfico e documental, em especial no que toca aquela necessária para contextualizar a nossa problemática pode ser feita, pelo menos em parte, à distância, entre Portugal e a Itália, em bibliotecas, ONGD e Centros de documentação.

Sabíamos contudo que uma outra parte da informação necessária só poderia ser recolhida no terreno.

Era nosso objetivo que este trabalho pudesse trazer também alguma novidade, alguma originalidade, e que pudesse contribuir, ainda que singelamente, para o conhecimento que sobre estas matérias se vai angariando, por via dos vários trabalhos que vão sendo dados à estampa.

Optámos para tanto em deslocar-nos a Moçambique.

Preparámos alguns contactos, definimos um plano de ação mais ou menos acertado com técnicos de ONGD, estrangeiras e alguns outros agentes locais – mais ou menos acertado porque nos demos conta de que em África, pelo menos em Moçambique, só no terreno é que as coisas vão surgindo, se vão organizando, fora de planos muito rígidos e a um ritmo muito local, como sugere Frias (2006).

Por vezes aconteceu por exemplo que as entrevistas foram combinadas durante os jantares mesmo porque os contactos se construíam de forma muito informal. O ritmo da vida é mais relaxado e isso refletiu-se também no processo de aplicação das entrevistas, pois que para a realização das mesmas, tive por vezes que esperar muito tempo pelos entrevistados, não obstante os horários fossem combinados.

Partimos com leituras feitas e um plano de ação que implicava contactos com ONGD de varia natureza, como foi referido - laicas e religiosas, nacionais e internacionais – e com organismos do Estado.

A ideia era a de recolhermos, pelo recurso à técnica de entrevistas, informação o mais detalhada ou pormenorizada possível.

As entrevistas, enquanto técnica de recolha de dados permitem como referem Carmo e Ferreira referem, descobrir informação de forma sistemática (Carmo e Ferreira, 1998).

Nogueira (1969:111), afirma que «A entrevista consiste num interrogatório directo do informante ou pesquisado pelo pesquisador, durante uma conversa face a face. É uma conversa orientada para um objectivo definido que não a mera satisfação que a própria conversa pode produzir». Ann Oakley (1986:231), afirma que «A entrevista é como o casamento; toda a gente sabe o que é, muitos passaram por isso mas mesmo assim por detrás de cada porta fechada há sempre um mundo de segredos.»

Dada portanto a sua extensa utilização não é de surpreender que as entrevistas assumam vários tipos de estrutura, os quais reflectem também as diferentes experiencias dos investigadores no terreno (Moreira 1994).

De entre os diferentes tipos de entrevistas, optámos então pelo uso da entrevista semi-estruturada. Estas entrevistas permitem ao investigador uma certa liberdade, pois que «Nas entrevistas semi-estruturadas o entrevistador faz sempre perguntas principais mas é livre de alterar a sua sequência ou introduzir novas questões em busca de mais informações.» (Moreira 1994:133).

No tocante à experiência de terreno, importa salientar que, esta, como primeira experiência em África, foi muito complexa. Complexa porque dada a diferença cultural, o relacionamento com as pessoas algumas vezes foi difícil. Por várias vezes tive de facto dificuldade para compreender, não apenas o “estar” de algumas pessoas que pude conhecer, mas mesmo os seus referenciais quotidianos, os seus gostos, os códigos simbólicos de comunicação que, naturalmente se revelaram muitas vezes muito distintos daqueles meus que tenho cultura italiana de origem. Aprendi muito, não tudo, sobre encontro de culturas.

Explicar a minha experiência em Moçambique será possivelmente comparável a ensinar uma criança a ler, todos os pontos de referências são diferentes. As amizades,

até a aproximação às pessoas na rua. Muitas vezes passeando sozinha por exemplo, sendo a única branca, senti o peso da cor da minha pele. Em todo o caso esta experiência em Moçambique, não obstante as dificuldades iniciais, permitiu-me saber mais sobre mim própria, sobre as minhas forças e a minha capacidade de adaptação e por isso posso dizer que, esta estadia em África, a minha primeira estadia em África, não deixou de ser uma escola de vida surpreendente.

No terreno, contactei os organismos com quem tinha planeado trabalhar. Após os contactos, acabei por conseguir, realizar seis entrevistas a diferentes ONGD que trabalham no território de Maputo. Foi o número possível, atendendo às disponibilidades reveladas pelos organismos locais para me receberem e ao período que pude estar em Maputo e que durou cerca de um mês.

Para a realização das primeiras cinco entrevistas foi utilizado o método da entrevista semi-directiva, onde se espera que o entrevistador conheça os temas sobre os quais quer obter uma reação mas a ordem como são postas as perguntas é deixada ao critério do investigador em função da experiência de entrevista em curso, uma vez que este tipo de entrevista pressupõe que os entrevistados possam abordar os itens postos, livremente (Ghiglione 1995:92).

A sexta entrevista, que na verdade foi mais uma conversa muito informal, do que uma entrevista, foi realizada durante a visita que pudemos fazer à única organização religiosa a que conseguimos aceder. Dada a dificuldade de encontro e de comunicação com esta instituição, conversámos com algumas freiras de forma muito livre, ainda que tivéssemos apoiado a nossa conversa num guião previamente preparado para a realização de uma verdadeira entrevista.

Por meio da visita realizada a esta instituição foi possível por algumas perguntas a algumas irmãs, sem que todavia se conseguisse um diálogo contínuo, sem interrupções que pudesse constituir-se numa entrevista mais formal e gravada, como aconteceu com as outras ONGD (com autorização prévia das mesmas).

Heimer a este propósito, faz uma distinção entre a conversa formal e a entrevista aberta.

Nas conversas informais distinguimos a entrevista individual, focalizando uma unidade pessoa, da entrevista demoscópica que faz parte de um conjunto de entrevistas do mesmo tipo, focalizando uma colectividade da qual os entrevistados fazem parte. Em ambos os casos, a entrevista pode ou ser não estruturada, isto é, girar em torno de tópicos colocados pelo entrevistador, sem esquema fixo; pode também deixar ao entrevistado a liberdade de expressar-se seguindo as associações que lhe ocorrem, sem estímulos da parte do entrevistador.

Por sua vez as entrevistas abertas se distinguem das conversas informais pelo facto das perguntas seguirem um roteiro fixo, sem, no entanto, obrigar o respondente a escolher entre um número limitado de respostas (Heimer 1972:20).

Para obter um panorama o mais amplo possível foram entrevistadas duas ONGD nacionais, duas estrangeiras e uma organização religiosa:

- ONGD 1: nascida não oficialmente em 1986, depois com a lei 8/91 foi legalizada. Esta associação moçambicana trabalha no território de Maputo e ocupa-se prevalentemente de projectos de desenvolvimento no território urbano através a construção de escolas, edifícios de utilidade social.
- ONGD 2: nascida em 1983 em Itália, com sede a Roma è uma organização não-governamental que trabalha seja no território italiano seja no estrangeiro. Em Moçambique ocupa-se de educação dos segmentos populacionais mais vulneráveis, as crianças e as mulheres. Instalou-se em território moçambicano através um intervenção de emergência com os refugiados moçambicanos no Zimbabué.
- ONGD 3: é uma organização regional criada em 1989 que trabalha atualmente na região da África Austral ou seja: Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Suazilândia, Zâmbia e Zimbabwe. Ocupa-se da defesa dos direitos das mulheres.
- ONGD 4: Instituto para a saúde global que depende da uma universidade americana, uma organização que, em verdade, não faz parte das ONGD mas que foi interpelada para a importância do interlocutor que desde há 30 anos trabalha no campo das Organizações Não Governamentais e que nos auxiliou na obtenção de um quadro completo sobre a situação das ONGD que trabalham em Maputo e a sua relação com o poder governamental. Através a sua experiencia foi possível por

perguntas também complicadas aproveitando da sua posição conhecedora sobre o mundo das ONGD.

- ONGD 5: nasce em Roma, em 1872, e ocupa-se da educação das crianças nos países em desenvolvimento. Este instituto internacional tenta dar uma educação a todos os níveis, primário, secundário e também pré-universitário. Através da formação profissional posterior, como cursos de informática, quer dar uma possibilidade de emprego aos jovens pobres. Em 1952, a ONGD chegou a Moçambique.

Esta ONGD acolheu-me durante dois dias no Instituto e assim por meio de alguma observação, foi possível angariar alguma informação de relevo.

Durante todas as entrevistas, dada uma certa dificuldade na obtenção de confiança dos entrevistados, utilizámos, a “desvantagem inicial” para induzir os entrevistados a ter mais confiança. Assim usámos aquilo a que (Ghiglione 1995:108) chama, o método da “incompreensão involuntária” É uma técnica que solicita o entrevistador a uma atitude de não conhecimento do campo, procurando-se dessa forma que o entrevistado se sinta mais à vontade e se permita abrir algumas vezes, e dar respostas mais aprofundadas e sinceras.

## **CAPITULO 1: O MUNDO DAS ONG: UMA PANORAMICA**

### **1. Contexto histórico**

“Se a Primeira Grande Guerra não marcou de forma clara o movimento e a atividade das Organizações Não Governamentais, o mesmo não aconteceu com os acontecimentos decorrentes na Segunda Guerra Mundial, acontecimentos que influenciaram de forma decisiva a criação e as práticas das ONG por toda a Europa Ocidental” (Ribeiro 1995:29).

Entre 1939-1945 o mundo assiste à chamada Segunda Guerra Mundial.

Este conflito foi marcado pela queda do Império Hitleriano e consequente fim do movimento Nazi, originando a mudança radical das relações internacionais entre os Estados Membros e importantes alterações a nível da estrutura mundial. No ano de 1945, os representantes da URSS e das potências ocidentais, chegaram a um acordo sobre os pontos principais da política mundial. Este acordo deu origem ao nascimento das Nações Unidas, realizando-se a conferência de Potsdam<sup>1</sup> e a assinatura dos tratados de paz com os aliados do movimento nazi. Desaparecem assim os vencidos, a guerra total estabelece uma ordem bipolar de onde emergem dois poderes: a União Soviética e os Estados Unidos. Naquele momento existem somente duas grandes potências, sendo os restantes Estados atraídos de forma bipolar.

Os efeitos deste sistema bipolar provocaram consequências a amplo prazo e generalizadas, que se podem considerar como uma bipartição mundial. Este período deu assim origem a um novo termo: “superpotência”, uma expressão que se referia não só às grandes potências mas também a uma nova comunicação não imediata com os outros Estados, que eram considerados pequenas ou medias potências.

Pela primeira vez na história, existem duas superpotências que têm como objectivo comum a cosmocracia, ou seja, o controle total do sistema global. Dá-se assim a

---

<sup>1</sup> Esta conferência foi importante assumindo-se como o prelúdio da guerra fria; o tema principal centrou-se sobre o futuro da Alemanha e em particular sobre as políticas futuras das quatro potências: Estados Unidos, URSS, França e Inglaterra.

*Guerra Fria*, onde a URSS e os EU não se enfrentam directamente mas criam relações com outros países de modo a deslocar a sua própria competição.

A detenção da arma nuclear não permitiria um choque directo entre estas duas grandes potências, sendo que esse choque provocaria um dano físico irreparável a nível planetário. Desta forma, a *manipulação* dos restantes Estados, a provocação de conflitos como o caso do Vietname, e as descobertas em vários domínios do campo científico, foram o cenário da supremacia e da luta pelo poder.

A peça chave da estratégia norte-americana durante a *Guerra Fria* foi o Plano Marshall. Este plano previa uma série de acções para a reconstrução da Europa Ocidental, onde a República Federal da Alemanha seria exposta como o modelo capitalista. O presidente Truman, ao referir-se à população explicou perfeitamente a visão dos Estados Unidos relativamente ao pós-conflito mundial. Todas as nações tinham que enfrentar uma escolha fundamental entre duas formas de vida, uma que primava pelas instituições livres e pelos governos representativos, outra pelo apoio de uma pequena minoria sobre a maioria. Desta maneira, o mundo tinha que fazer a sua própria escolha e alinhar, ou pelos Estados Unidos, ou pela URSS. Nasceu assim, em 1949 a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN/NATO), um pacto de defesa assumido por 12 nações ocidentais contra as possíveis agressões soviéticas. A resposta comunista foi o Pacto de Varsóvia em 1955.

A reforma da organização militar norte-americana, que se havia alargado a um sistema mundial unificado de defesa e à instituição de um coordenação internacional, era acompanhada pela luta interna contra o comunismo e pela criação de leis e instituições domésticas adaptadas ao clima da Guerra Fria. A lei de Segurança Nacional, tal como a criação do Departamento de Defesa da CIA e do Conselho de Segurança Nacional, expressavam o quanto a Guerra Fria alimentava o sistema político norte-americano em suas ambições de polícia do mundo (Saraiva 2001:26).

Toda esta situação teve o seu ponto culminante na construção do muro de Berlim em 1961. A divisão do mundo estava oficializada e concretizada através de uma barreira física de 106 km.

Neste mesmo período, iniciou-se um processo fundamental para a história mundial: os anos da descolonização africana. A Segunda Guerra Mundial provocou fortes



alterações no Continente Africano, impulsionando notavelmente o seu crescimento económico. Os seus Estados abriram-se a um mundo mais vasto que não lhes permitiria recuar perante a lógica colonialista. O V Congresso Pan-Africano foi o exemplo esclarecedor desta nova atitude.

Os novos Estados Africanos, deram assim início ao pedido de reconhecimentos e independência a nível internacional, começando sobretudo a procurar a sua própria identidade fora da lógica bipolar que lhes havia sido imposta. Contudo a independência não seria tão fácil de adquirir dada a forte influência dos dois blocos no território africano.

Nasceu assim, em 1955, a Conferência de Bandung que se pode considerar a manifestação de um terceiro grupo de Estados no campo das relações internacionais. Nesta conferência foi sublinhada pelos Estados envolvidos, a vontade de manter uma equidistância em relação aos dois blocos, o ocidental capitalista e o bloco comunista. Esta nova força procurava uma alternativa de inserção internacional, mais independente e autónoma. Neste cenário coloca-se também o Grupo dos 77, nascido durante a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, UNCTAD, conferência que importa referir uma vez que ali foi abordado o tema da restrição do controlo e acumulação da riqueza mundial, relativamente ao qual o grupo dos 77 se manifestou, centrando-se no conceito de desenvolvimento sobre a eliminação das barreiras alfandegárias do norte.

Neste contexto toma visibilidade, aquilo a que poderíamos chamar um actor fundamental no campo das relações internacionais: a diplomacia.

Anteriormente a diplomacia baseava-se nalguns princípios fundamentais: na manutenção da ordem estabelecida na comunidade internacional, onde as informações eram desenvolvidas de maneira confidencial e contínua, sendo que (...) «Os seus negociadores pertenciam ao mesmo ramo social, como se de uma mesma família se tratasse» (Arias 1966:18).

Durante a Primeira Guerra Mundial esta atitude mudou, à época, na verdade, a diplomacia havia sido substituída pelas “decisões políticas”. Se anteriormente os conflitos eram resolvidos através de agentes diplomáticos, essa situação alterou-se de tal forma que o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi ditado entre

decisões de políticos e generais culminando no derrube do seu próprio regime político interno. Segundo Arias (1966), os agentes diplomáticos foram privados da palavra e foi imposta uma rendição sem condições.

A Segunda Guerra Mundial, tal como a primeira, tiveram um papel determinante na história.

Com efeito, pela primeira vez, o mundo era envolvido num mesmo evento histórico. Daqui nasceu uma certa consciencialização de que mudou a “*forma mentis*” dos Estados e conseqüentemente a dos cidadãos. A percepção sobre o mundo alterou-se, o mundo parecia ser agora mais *controlado* e as conseqüências de cada acção passaram a tornar-se perceptíveis em qualquer parte.

O poder do cidadão tinha agora um peso na balança mundial. Neste contexto tomou corpo a ideia de opinião pública como força importante, uma força que despertou com a Primeira Grande Guerra e adquiriu depois mais maturidade e consistência durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

A opinião pública passou a ser uma “voz” com capacidade para intervir e pressionar as relações internacionais até que fosse ouvida. Este fato contribuiu de modo determinante para que fosse aprovada em 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma declaração que se centra nos indivíduos e visa ao alcance do respeito pelos direitos humanos e das liberdades do cidadão.

## **2. Elementos que influenciaram o nascimento das ONG**

Toda a junção de eventos que tiveram lugar depois da Segunda Guerra Mundial foi a base do nascimento das Organizações Não Governamentais. Com efeito, neste período nasceram várias ONG (Organizações Não Governamentais), impulsionadas por um sentimento de grande solidariedade, na tentativa de enfrentar o momento de crise no qual o mundo se encontrava.

A Segunda Guerra Mundial provocou um grande desajuste em todo o sistema a nível global, um dos problemas mais comuns foi a dificuldade de impor um processo de pacificação entre os refugiados de guerra.

Esta situação originou a criação de muitas organizações cujo objectivo era o de auxiliar os grupos de mais desfavorecidos.

O sentimento de caridade nascido depois dos horrores do conflito mundial, tal como a concretização de uma Carta Universal que defendia os direitos do homem, a sua liberdade e respeito, constituíram-se em valores significativos neste campo.

Por aquela altura, a acção da Igreja foi fundamental para a tomada de consciencialização sobre a necessidade de intervenção junto de populações mais carenciadas e para a própria criação e nalguns casos, mesmo o reforço das atividades das Organizações Não Governamentais. Note-se que as primeiras organizações com esta vocação, foram, organizações de ordem eclesiástica.

Segundo Vieira (1996), podem considerar-se diferentes origens relativamente à criação das ONG. Defende o autor que, depois da independência dos Estados Africanos no início da década de 60, os missionários europeus acabaram por se encontrarem sem apoios logísticos, os quais eram anteriormente fornecidos pela administração colonial. Assim, os missionários começaram a dirigir-se às suas comunidades e congregações de origem para pedir suporte financeiro.

Constituíram-se, desta forma, associações de cidadãos, de inspiração católica, com o objetivo de sensibilizar a consciência pública relativamente aos problemas de ligados ao fraco desenvolvimento vivido em países ditos do Sul do mundo.

Por outro lado, por esta mesma altura, surgem outros movimentos civis que importa ter em conta, os movimentos juvenis, nascidos nas movimentações políticas e sociais, nas organizações juvenis, nos ambientes estudantis e sindicais. Estes movimentos que desenvolveram-se inicialmente nos países ocidentais, começaram a concentrar a atenção na dimensão internacional, sobre o apoio político e material aos movimentos de libertação nacional dos países em vias de desenvolvimento.

Podemos desta forma concluir que as descolonizações acabaram por ser um factor determinante para a criação e desenvolvimento das ONG.

Um novo elemento nasceu então na esfera internacional.

As dificuldades e necessidades porque passavam então vários países em África, tornaram-se conhecimento do domínio público, fato que, por sua vez, também influenciou a orientação operativa das ONG para ONGD.

Os novos Estados nascidos da descolonização solicitavam agora uma mudança relativamente à ação (para) e ao conceito de desenvolvimento; um comércio mais justo e a implementação de recursos que fosse também favorável aos Estados do Sul. As ONG passaram então neste contexto, a ser os novos porta-vozes em defesa destas novas ideias. Deste modo, com as sequelas das guerras ocorridas na Europa; com a descolonização e com a importância dos países do Terceiro Mundo claramente reconhecida, também o mundo das ONGD acabou por ser influenciado (Ribeiro 1995).

Com efeito, Romão (1985) lembra como no campo internacional foram, por esta altura, dados passos importantes no sentido de ajudar os países do Terceiro Mundo, ações que influenciaram a política e a visão das ONGD.

É importante relembrar o lançamento da Ajuda Pública ao Desenvolvimento no pós-guerra, nomeadamente a resolução 637 (VII) das Nações Unidas em 1952 sobre a autodeterminação dos povos; a organização dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) através da Conferência de Bandung<sup>2</sup>; a Conferência dos Não-Alinhados em Belgrado em 1961<sup>3</sup>; o surto das independências políticas dos países africanos iniciada nos anos 60, etc. Todos estes fatores foram relevantes para chamar a atenção da comunidade internacional e para direcionar a atenção das ONG para os problemas do subdesenvolvimento e de pobreza dos PVD, assim como as sedimentar na nova ordem económica e social do pós-guerra.

---

<sup>2</sup> Conferência afro-asiática que se reúne em Bandung, Indonésia entre 18 e 24 de Abril de 1955, foi a primeira conferência de povos negros na história da humanidade. Fizeram parte desta conferência 29 povos entre asiáticos e africanos, sendo os personagens mais conhecidos: o indonésio Sukarno, o jugoslavo Tito, o indiano Nehru e o chinês Zhou Enlai.

<sup>3</sup> É o movimento político internacional dos anos 50 que unia os Estados que não pertenciam ao bloco da Nato e do Pacto de Varsóvia. Participaram 25 estados com o objectivo de criar um programa alternativo para permitir o desenvolvimento económico e social, a democratização nos países de adesão através de uma política de desarmamento e não ingerência nas escolhas dos outros estados.

Durante esta fase, as ONG encontram-se em crescimento num contexto internacional onde novos Estados entram no cenário social. Este novo posicionamento conduziu à evolução das relações internacionais, à iniciação do debate sobre a ordem mundial, sobre os Direitos Humanos, sobre a ingerência dos Estados, colocando em destaque os PVD (País em via de desenvolvimento) e os países desenvolvidos. Os PVD são desfavorecidos de uma mudança que se iniciava no jogo político-social; a imagem dos Estados não tem a mesma soberania e neste contexto entra um novo actor, as ONG, um híbrido, diferente de todos os elementos que até agora interagiram na cena internacional.

As ONG nasceram num contexto de mudança, quando o mundo precisava de uma nova ordem mundial baseada numa estabilidade internacional. Este facto desempenhou um papel determinante na consolidação das ONG.

### **3. Evolução das ONG depois da Segunda Guerra Mundial**

Segundo Ribeiro (1995), podemos definir as ONG como um produto da sociedade ocidental, criado<sup>4</sup> no fim do século XIX para responder a uma situação de calamidade de ordem social ou natural. Esta ideia perdurou até aos anos 40. Nos anos 50, o perfil das ONG começa a alterar-se. A dimensão política, económica e internacional vai-se tornando mais presente e as ONG são muitas vezes utilizadas ou instrumentalizadas como forma de resistência ao comunismo no continente europeu. Nos anos 60, as ONG começam a trabalhar no campo do desenvolvimento, movidas por um objectivo principal: o desenvolvimento das populações locais mais desfavorecidas, como por exemplo nos países em via de desenvolvimento.

---

<sup>4</sup> Em verdade existem teorias diferentes em relação a este propósito. Welletts (2011), por exemplo, sustem que esta foi só uma pretensão do mundo ocidental, e que em verdade todas as sociedades tiveram Organizações Não Governamentais, pelo menos a nível local. Ele reporta como exemplo a Roménia onde durante a ditadura do presidente Ceausescu existia a “International Federation of Beekeepers' Associations.”. Esta pretensão foi devida a uma mistura de ignorância, a uma presunção de superioridade ocidental durante a Guerra Fria e a uma retórica nacionalista dos regimes autoritários (Welletts 2011:10)

As guerras no interior de alguns dos novos países independentes e a declaração das Nações Unidas que considerou a década de 60 como a Primeira Década para o Desenvolvimento, foram momentos decisivos para a criação e crescimento das ONG. Em 1959, por exemplo, a FAO (Food and Agriculture Organization) lançou a Campanha Mundial contra a fome, o que deu origem ao aparecimento no campo mundial de muitas ONG, como é o caso da criação do comité da UNICEF<sup>5</sup>.

Aconteceu posteriormente que, durante os anos 60 a visão dos modelos de desenvolvimento dos Países do Norte foi amplamente criticada pelas ONG, as quais contestavam que o Desenvolvimento pudesse ser apenas considerado sinónimo de crescimento económico. Contrariamente a este princípio, considera-se que o Desenvolvimento não é simplesmente uma exportação de um modelo económico, antes concentra a sua atenção na atividade de um desenvolvimento endógeno, que parte do indivíduo e das comunidades (e não do poder político-económico), debruçando-se sobre uma nova ordem económica internacional (Ribeiro 1995:35).

No decénio seguinte nasce uma nova perceção de Desenvolvimento, denominada NOEI (Nova Ordem Económica Internacional), onde se denota um antropocentrismo reforçado, ou seja, uma conceção mais centrada no ser humano, na pequena escala e na menor dependência do exterior.

O ganho de consciência sobre o facto dos recursos naturais escassearem, da industrialização ser prejudicial à qualidade de vida das pessoas e do planeta, do crescimento económico não ser sinónimo de melhoramento - tudo isto permitiu o nascimento de ONG com outras orientações, orientações ditas alternativas (Ribeiro 1995).

Nos anos 70 estas ONG passaram a ser mais orientadas para a salvaguarda da ecologia, contra a indústria nuclear, e, em geral, para a crítica ao sistema de ajuda do pós-guerra.

Tudo isso pode ser conectado com os movimentos de paz que se desenvolveram em todo o mundo sobretudo nas novas gerações que tinham vivido durante a infância e adolescência as consequências da Segunda Guerra Mundial.

---

<sup>5</sup> Fundo das Nações Unidas pela infância é o órgão subsidiário da ONU. Tem o objectivo de tutela da criança até aos 18 anos em todo o mundo.

Uma parte do planeta parecia estar desencantada com a insistência do mundo rico, na utilização dos mesmos mecanismos para agir contra as situações de crise, e este fenómeno, acreditamos, poderá ter sido um incentivo para um maior dinamismo das ONG que encontraram assim um húmus fértil para o seu próprio desenvolvimento.

Portanto:

Os anos 60 e a primeira metade dos anos 70 foram marcados por uma euforia de solidariedade internacional face aos problemas do terceiro mundo muito em especial para com os países africanos, muito recentemente descolonizados. Esta euforia traduziu-se também na multiplicação de organizações internacionais públicas e privadas vocacionadas para os problemas do desenvolvimento tal como num aumento real dos fluxos de ajuda.

O discurso político de solidariedade passa então posteriormente a tornar-se mais programático, sendo as motivações de ordem moral progressivamente substituídas por determinantes de ordem política e económica (Romão 1985:7).

Passada a primeira onda de entusiasmo de solidariedade que caracterizou os anos 60, aquele sentimento, espontâneo, foi racionalizado através os canais políticos e económicos: só desta forma, a nível internacional, era possível interagir e organizar estes novos actores sociais, as ONG.

Ou seja, se inicialmente os movimentos que se apresentaram no panorama internacional eram propulsionados por sentimentos e entusiasmos espontâneos, posteriormente, para manter um papel credível e alcançar os próprios objectivos cada movimento tinha que escolher o seu papel no jogo internacional; coordenar-se com a política e sobretudo com os fatores económicos; construir uma estrutura organizacional sólida. Só nesta maneira se pode ter a possibilidade de sobreviver no contexto mundial e de conseguir construir projectos.

Nos anos 80 assistiu-se a uma mudança nas correntes de pensamentos relativamente à ação das ONG. Esta década foi denominada “decénio das ONG”. Neste período o trabalho desenvolvido pelas ONG passa de facto a ser amplamente reconhecido, tornando-se desse modo alvo de maior aceitação e valorização por parte dos governos, opinião pública e organizações internacionais.

Aqueles foram anos de transição e considera-se que as ONG responderam de forma adequada aos desafios do momento. A globalização tomava contornos muito evidentes e assim sendo, o papel e objectivos das ONG sofreram alterações de modo a uma melhor adaptação às exigências do novo contexto.

A Guerra Fria estava a transformar-se em “paz fria”<sup>6</sup>(Arias 1966:13) com a queda do muro de Berlim em 1989, e esse facto permitiu, no sentido em que influenciou uma consciência mais alargada sobre a importância e impactos dos eventos.

Naqueles anos, o Desenvolvimento focou-se na lógica de ordem emergente a nível planetário, em detrimento da ordem desejada por um conjunto de economias de países do Sul (Ribeiro 1995:49). Aqueles anos foram caracterizados por uma mudança muito significativa, sobretudo no campo político e diplomático. Não esqueçamos que naquele período se assistiu ao declínio do socialismo, à fragmentação dos Estados Nacionais, e à dissolução, no campo económico, por parte de forças quer contraditórias, quer complementares dos processos de globalização e da própria regionalização.

A conclusão do antagonismo entre Este e Oeste; a internacionalização dos procedimentos financeiros introduzida como nova ordem globalizante; o conseqüente nascimento de alianças económicas de grande escala como a UE; a contraposição de uma nova economia do Sul com a confirmação de novos blocos regionais como o dos Não-Alinhados; a dificuldade de emprego também no mundo desenvolvido; e o renascimento do nacionalismo introduziram novas linhas de tensão e alteraram também os objectivos das mesmas ONGD, que são inevitavelmente o produto dos acontecimentos mundiais (Saraiva 2001:100).

Nos países de Terceiro Mundo, mais especificamente no continente Africano, as Organizações Não Governamentais fizeram então as suas primeiras incursões em campo em primórdios dos anos 80. No início evitaram adotar a expressão “Não-governamental”, uma vez que os governos locais consideravam esta conotação antigovernamental.

---

<sup>6</sup> O desmantelamento da União Soviética em 1991 representou, em suma, o mais importante factor político de alteração substantiva no sistema de relações internacionais herdado da Guerra Fria: dali em diante continuaria havendo afirmação das grandes potências, jogo de poder e mesmo a manutenção de uma certa tensão “psicológica” no tabuleiro nuclear, mas não haveria mais a irreduzível oposição ideológica entre as duas superpotências remanescentes. (Saraiva 2001:114).



Foi já, na década de 90, que as ONG na Assembleia Geral da FOVAD<sup>7</sup> se envolverem mais nas decisões sobre o futuro de África. O Fórum das Organizações Voluntárias Africanas de Desenvolvimento (FOVAD), pretendia ser um instrumento de comunicação, coordenação, suporte e pesquisa, inicialmente apenas no âmbito do continente africano e posteriormente entre as ONG do Sul e do Norte.

Constata-se que as ONG são um produto da sociedade moderna ocidental.

Como consequência dos acontecimentos que tiveram lugar nas últimas décadas, estas são consideradas (...) «Um fenómeno localizado, seja em termos históricos ou geográficos» (...), tal como diz Ribeiro (1996:39).

A dificuldade de enquadramento das ONG veio depois dar origem à denominação “fenómeno das ONG”, dada a sua complexidade e dificuldade em unir numa mesma tipologia conceptual, organizações com diferentes estruturas e diferentes objectivos.

#### **4. Definição e reconhecimento das ONG**

Pode considerar-se, que foi nos Estados Unidos que pela primeira vez foi feito o reconhecimento oficial a nível Internacional das ONG.

No dia 25 de Abril de 1945, teve lugar em São Francisco, a Conferência das Nações Unidas sobre as organizações internacionais. Este evento contou com a presença dos signatários da declaração de Washington<sup>8</sup> que haviam declarado guerra à Alemanha e ao Japão antes de Janeiro de 1945. O desfecho da conferência deu-se a 26 Junho de 1945, e a sua aprovação e entrada em vigor a 24 Outubro de 1945. A Carta das

---

<sup>7</sup> Fórum das Organizações Voluntárias Africanas de Desenvolvimento realizada em Janeiro de 1992 em Harare.

<sup>8</sup> Esta conferência de S. Francisco foi o resultado de um novo clima político no qual Usa, Inglaterra, China e URSS tinham o importante papel de controlar a paz mundial através a criação de uma organização internacional, as Nações Unidas. Esta declaração, entrada em vigor 24 Outubro 1945, tem como objectivos principais o mantimento da paz, um desenvolvimento das relações internacionais pacíficas, o conseguimento de uma cooperação internacional económica, cultural, social e os respetos dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Nações Unidas (ou declaração de Washington) tinha como objectivo principal introduzir uma nova ordem mundial baseada nos ideais de paz e segurança internacional, para que um evento como a Segunda Guerra Mundial não se voltasse a repetir.

Durante a Conferência de S. Francisco em 1945, as ONG desempenharam um papel de grande relevância. No entanto, na primeira versão da Carta das Nações Unidas não foi prevista uma parte dedicada às ONG. Por pressão de algumas ONG Americanas e de um pequeno grupo de ONG internacionais<sup>9</sup>, conduzidos pela Confederação Mundial dos Sindicatos através de uma operação de *lobby*, foram aprovadas algumas emendas importantes, entre as quais é de salientar a introdução do artigo 71<sup>10</sup>, que implica o acesso das ONG ao Conselho Económico e Social:

The Economic and Social Council may make suitable arrangements for consultation with non-governmental organizations which are concerned with matters within its competence. Such arrangements may be made with international organizations and, where appropriate, with national organizations after consultation with the Member of the United Nations concerned.<sup>11</sup>

(Site oficial <http://www.un.org/en/documents/charter/chapter10.shtml> - acesso a 2013-1-15).

Assim, foi garantido um papel consultivo a cada ONG que cumprisse os requisitos necessários para entrar na assembleia do Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC).

---

<sup>9</sup> As ONG convidadas por Usa eram 42 de entre as quais: National Association of Manufacturers, Chamber of Commerce, American Federation of Labour, Congress of Industrial Organizations, American Farm Bureau Federation, conduzidas por Joseph Proskauer e Jacob Blaustein da American Jewish Committee, em conjunto com Frederick Nolde do Federal Council of the Churches of Christ, Clark Eichelberger da American Association for the UN e James Shotwell do Carnegie Endowment

<sup>10</sup> A carta, que tem o valor jurídico de um tratado, é articulada em Capítulos que disciplinam os objectivos e os princípios gerais da organização (I), as normas sobre a estrutura (II-V), o exercício das funções em matéria de salvaguarda da paz (VI-VIII), de cooperação social, económica (IX-X) e em fim de administração fiduciária (XI-XIII).

<sup>11</sup> O Conselho Económico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro da sua própria competência. Tais entendimentos poderão ser feitos com organizações internacionais, e, quando for o caso, com organizações nacionais, depois de efectuadas as consultas com o Membro das Nações Unidas no caso. (tradução <http://www.oas.org/dil/port/1945 Carta das Nações Unidas.pdf>)

Ter um status consultivo significa ser um actor ou sujeito internacional funcional, mas não uma personalidade jurídica internacional.

As ONG reconhecidas são inscritas no cartório da Organização das Nações Unidas (ONU), podendo assim ter acesso aos seus documentos, reuniões do ECOSOC e dos vários órgãos subsidiários tal como aos seus referentes programas. Este estatuto consultivo permite às ONG, enquanto actores de utilidade internacional, desenvolver um papel político e ter uma interacção directa no mesmo contexto institucional dos outros actores internacionais governamentais, inter-governamentais e supra-nacionais.

As ONG com este status consultivo podem também ter acesso aos financiamentos das Nações Unidas; para além disto, podem apresentar intervenções escritas e orais, mas não podem participar na votação das Assembleias do ECOSOC. O estatuto consultivo dá, assim, uma oficialidade ao papel das ONG, reconhecendo-lhes uma função internacional de operacionalidade e competência. Esta foi uma etapa fundamental na evolução histórica das ONG.

Joãozinho Vieira (1996), analisando o artigo da Carta das Nações Unidas, sublinha um outro aspecto desta declaração. Segundo o autor, nesta Carta, parece distinguirem-se duas categorias de ONG, as ONG nacionais e as ONG internacionais.

O facto de a ONU estabelecer relações de consulta com organizações nacionais quando seja necessário, indica que assume como prioridade um relacionamento com as Organizações Não Governamentais internacionais. Deduz-se que para as Nações Unidas, a ONG internacional ocupa-se de matérias de competência do Conselho Económico e Social, sempre em campo internacional, perseguindo fins em conformidade com os das Nações Unidas, possuindo uma sede reconhecida, uma direcção técnica e administrativa tal como uma estrutura internacional.

Portanto, como define Marchisio (1985:25), uma ONG internacional, para ser identificada enquanto tal, tem de responder a cinco requisitos:

1. Ser uma associação internacional, ou seja, tem que englobar o trabalho com países estrangeiros;

2. Ter uma estrutura aberta, ou seja, uma disponibilidade para uma composição multinacional;
3. Os objectivos têm de ser multinacionais;
4. Ser uma associação sem fins de lucro;
5. Possuir uma sede central permanente

Quando foi criada a Carta das Nações Unidas nos Estados Unidos, na Europa, estava nascendo o Conselho da Europa.

Instituído a 10 Março de 1949 com sede em Estrasburgo, França, este conselho defendia como objectivo incentivar a criação de um espaço democrático e juridicamente comum em Europa, no respeito da Convenção europeia dos Direitos Humanos<sup>12</sup> e dos outros textos relativos aos direitos do homem.

Em 1986, os Estados que faziam parte do Conselho Europeu ratificaram a Convenção Europeia sobre o reconhecimento jurídico das Organizações Não Governamentais. Eles reconheceram que as ONG desenvolvem um papel importante nas atividades da comunidade internacional, sobretudo em campo científico, cultural, caritativo, filantrópico, educativo e da saúde, mantendo-se dentro dos princípios definidos na Carta da Nações Unidas e no estatuto do Conselho da Europa. Por esta razão, em 24 Abril de 1986 entrou em vigor a Convenção e no preâmbulo se afirma:

Les Etats membres du Conseil de l'Europe, signataires de la présente Convention, Considérant que le but du Conseil de l'Europe est de réaliser une union plus étroite entre ses membres, afin notamment de sauvegarder et de promouvoir les idéaux et les principes qui sont leur patrimoine commun; Reconnaisant que les organisations internationales non gouvernementales exercent une activité utile à la communauté internationale notamment dans les domaines scientifique, culturel, charitable, philanthropique, de la santé et de l'éducation et contribuent à la réalisation des buts et principes de la Charte des Nations Unies et du Statut du Conseil de l'Europe, (...)<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> Convenção Europeia dos Direitos Humanos nascida em 1950 e entrada em vigor em 1953, afirma alguns dos direitos fundamentais do cidadão, tais como o direito à vida e à liberdade fundamental. Esta convenção possui uma abordagem distinta da Carta Universal dos Direitos Humanos.

<sup>13</sup> Texto original. Convention européenne du 24 avril 1986 sur la reconnaissance de la personnalité juridique des organisations internationales non gouvernementales. <http://www.coe.int/web/coe-portal> Os Estados membros do Conselho da Europa, signatários da presente Convenção: Considerando que o objectivo do Conselho da Europa é o de alcançar uma união mais estreita entre os seus membros, a fim de, nomeadamente, salvaguardar e promover os ideais e princípios que constituem o seu património comum; Reconhecendo que as organizações internacionais não governamentais exercem uma actividade útil à comunidade internacional, nomeadamente nos domínios científico, cultural,

Esta Convenção é aplicada às ONG que respeitem os seguintes princípios :

1. Sigam um objetivo não lucrativo de utilidade internacional
2. Forem instituídas através de um acto fundador do direito interno de um Estado-Parte
3. Exercitem uma atividade pelo menos em dois Estados-Parte.
4. Tenham a própria sede estatutária e também efetiva no território de um Estado parte<sup>14</sup>

Williams Aubrey, o responsável pela área da cooperação no Banco Mundial (em 1990), definiu as ONG como:

«Organizações privadas e sem fins lucrativos que colaboram com os países em desenvolvimento no sentido de aliviar o seu sofrimento, lutar pelos interesses dos pobres, proteger o meio ambiente, prestar serviços sociais básicos e buscar o desenvolvimento comunitário»<sup>15</sup>

O Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento, no seu relatório anual de 1993, sublinha a ideia de ONG como organização benévola com uma vertente de aconselhamento técnico e apoio financeiro:

«As ONG criam com frequência ligações estreitas com as organizações populares, e fazem frequentemente, o papel de organismo de prestação intermediária para os conselhos técnicos ou para o apoio financeiro» (PNUD 1993:92)

Através destes reconhecimentos os papéis das ONG foram consolidados; isso significa que na prática as ONG tiveram daqui em diante mais espaço de manobra no campo internacional.

---

caritativo, filantrópico, educacional e de saúde, e que contribuem para a realização dos objectivos e dos princípios consignados na Carta das Nações Unidas e no Estatuto do Conselho da Europa;

<sup>14</sup> Artigo 1 da Convention européenne du 24 avril 1986 sur la reconnaissance de la personnalité juridique des organisations internationales non gouvernementales.

<sup>15</sup> Texto original: Most noncommercial institutions outside the government could loosely be termed NGOs. The Bank, however, defines developmental NGOs as those private, nonprofit, organizations that work with developing countries to relieve suffering, promote the interests of the poor, protect the environment, provide basic social services, or undertake community development. Such NGOs include agencies in industrial countries that support international development efforts. Williams Aubrey, A growing role of NGOs in development, Finance and Development, December 1990.

Benvenuti,<sup>16</sup> (1981: 410) professor de Direito da União Europeia e de Direito Internacional na Faculdade de Jurisprudência em Roma, ao analisar as ONG sob o ponto de vista formal afirmou:

A única condição comum a todos os ordenamentos internos para que se possa falar de Organização Não-Governamental, é que a entidade considerada não tenha fins de lucro, como acontece contrariamente nas sociedades industriais e comerciais.

Também a Plataforma Portuguesa das ONG deu a sua própria interpretação relativamente à natureza das ONG focalizando-se mais sobre a sua faceta mais específica - a capacidade de transformar a população em protagonista do próprio desenvolvimento:

As Organizações Não Governamentais (ONG) são instituições sem fins lucrativos, independentes dos Estados, tendo muitas delas uma actividade de solidariedade e cooperação com os países mais pobres do mundo, promovendo acções e projectos, conjuntamente com as populações e organizações locais, contribuindo, desta forma, para que esses países sejam actores do seu próprio desenvolvimento.<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> Organizzazioni internazionali non governative, in *Enciclopedia del diritto*, vol. XXXI, Milano, 1981:410

<sup>17</sup> <http://www.plataformaONGD.pt/ONGD.aspx>

## 5. ONG internacionais, nacionais ou regionais?

«There is a great variety of ways in which NGOs are structured»<sup>18</sup>

(Willetts 2011: 7).

O modelo clássico de ONG é formado da uma organização que tem uma hierarquia geograficamente bem definida. As pessoas trabalham num grupo local, o qual é coordenado em províncias e tem a própria sede na capital do país de origem. Esta tipologia de ONG pode ser definida como nacional. Algumas vezes para enfrentar novos desafios as ONG nacionais unem-se às internacionais, ou às International Non-Governmental-Organizations (INGO). Com efeito, a capacidade de pressão de uma INGO, ligada ao conhecimento mais aprofundado do problema de uma ONG nacional, pode ser a solução para conseguir objetivos mais delicados.

Além da distinção intuitiva entre uma ONG nacional e uma ONG Internacional, é necessária a definição do seu programa para a compreensão precisa do seu enquadramento. A palavra ONG gera uma grande ambiguidade. Willetts (2011) lembra como até aos anos 90 esta ambiguidade associava a sigla ONG indiferentemente a um organismo local, regional, nacional ou global. Esta distinção não assumia grande importância, visto que este tema ocupava apenas as salas de discussão de um grupo restrito de estudiosos.

The overwhelming majority of local and provincial NGOs never engaged in transnational activities. Thus NGO, by itself, usually meant a national NGO and regional or global bodies were called international NGOs. National NGOs did engage in transnational development and humanitarian activities, but, with very few exceptions, they were not, in their own right, participants in international diplomacy. When they wanted to exercise political influence at the global level, they did so through the appropriate INGO.<sup>19</sup>

(Willetts 2011:6)

---

<sup>18</sup> Existe uma variedade de modalidades nas quais as ONGD podem ser estruturadas.

<sup>19</sup> A grande maioria das ONGD locais e provinciais não ocupa-se de actividades internacionais. Portanto, usualmente as ONGD são chamadas ONGD internacionais, entendendo ONGD nacionais, regionais ou organismos globais. As ONGD nacionais são ocupadas em actividades de desenvolvimento transnacionais e humanitário mas, com algumas excepções, não ocupam-se de diplomacia internacional. Quando querem exercer uma influência política a nível global as ONGD podem fazê-lo através das INGO.

O início da operação das ONG em campo internacional tal como a sua união e prática comum, conduziram à necessidade de definir estas instituições com maior rigor atribuindo-lhes diferentes designações consoante a sua escala, função e envolvimento. A influência do Rio Earth Summit (que teve lugar na cidade do Rio de Janeiro em 1992), tal como do Copenhagen Social Summit em 1995<sup>20</sup>, foi determinante para muitas ONG locais que passaram assim a desempenhar um papel activo a nível global focando-se sobretudo nos problemas ambientais.

Nas Nações Unidas, no artigo 71<sup>21</sup>, não foi feita nenhuma distinção entre uma organização nacional ou internacional. Ainda Willetts (2011) afirma que «The lack of any distinction did not matter, as participation by either country-wide or more limited national NGOs was so rare in the permanent UN organs.»<sup>22</sup>(p. 7)

Portanto inicialmente a participação das ONG em campo internacional e diplomática era tão reduzida que estas organizações não tinham ainda uma definição precisa e específica. Em 1996 o ECOSOC mudou as regras e introduziu o termo ONG nacionais, entendendo por esta escala uma organização de pertinência a nível nacional, uma federação de grupos locais, ou uma coligação de ONGD que operem em diferentes áreas.

Assim, a diferença teórica entre ONG e INGO foi ultrapassada, utilizando-se a expressão ONG a escala nacional e internacional. Visto o papel ativo de muitas ONG e a sua transformação a nível global, o termo ONG foi utilizado como expressão geral para classificar estas organizações, rejeitando-se a atribuição de designações distintas consoante a sua escala de atuação, ato este que restringiria a sua flexibilidade e carácter mutável.

---

<sup>20</sup> Estas conferências como muitas outras, foram organizadas pelas Nações Unidas, respectivamente em 1992 e em 1995. A primeira enfrentou os problemas do ambiente e do desenvolvimento sendo que a segunda centrou-se mais sobre o desenvolvimento social.

<sup>21</sup> O artigo 71 da Carta das Nações Unidas que permitiu o acesso das ONG no Conselho Económico e Social (ECOSOC), escrito durante a Conferência de S. Francisco em 1945.

<sup>22</sup> A falta de distinção não tinha importância dado que a participação de ONG a nível nacional era muito rara nos órgãos permanentes das Nações Unidas.



**Tabela n°1: evolução da definição do termo ONG.**

<b>Level of Organisation</b>	<b>From 1945 to Early 1990s</b>	<b>Early 1990s Onwards</b>
Local	National NGO, at the UN Not discussed elsewhere	Grass-roots, community based or civil society organization or local NGO
Provincial (USA - state)	National NGO, at the UN Not discussed elsewhere	Civil society organization or local NGO
National	National NGO, at the UN NGO, outside the UN	NGO or national NGO or civil society organization
Regional	International NGO	NGO or civil society organization
Global	International NGO	NGO or Major Group or civil society organization

Fonte: (Willets 2011:7)

Como verificamos neste quadro, antes de 1990 não existia uma definição específica por cada ONG, mas apenas uma distinção entre ONG nacionais e internacionais. Com as Conferências do Rio e de Copenhaga, e com as modificações feitas pela ECOSOC, foi introduzida uma nova terminologia. Nasce o termo “sociedade civil” que todavia é utilizado em maneira unívoca para definir ONG provinciais, nacionais, regionais ou globais.

A ideia de sociedade civil, como referida anteriormente, aparece pela primeira vez nos anos 70 em resposta à situação de Guerra Fria. Sucessivamente o termo foi adaptado, de modo a definir como ONG uma união ou associação de pessoas que colaboram em objetivos humanitários sem fins lucrativos.

## 5.1. ONG religiosas

Além deste quadro, que foi introduzido com o objectivo de classificar as ONG de forma mais precisa, temos de considerar uma variante muito importante: as organizações religiosas.

Não obstante o facto de se negarem à comparação com as ONG tradicionais, pela razão de possuírem uma formação não democrática, mas baseada sobre a fé e sobre um texto sagrado; segundo as Nações Unidas estas organizações são consideradas ao mesmo nível das ONG tradicionais.

Como vimos, a classificação das ONG não é fácil. Seguindo o esquema de Alfonso (2005), para catalogar uma ONG é fundamental esclarecer o seu tema e escala de atuação.

Segundo o autor, para encaixar uma ONG numa classificação deve-se ter em conta:

- A origem e influência geográfica: locais (Sul), nacionais (Sul) e internacionais (Norte);
- As atividades e áreas de intervenção;
- A dimensão, capacidade de mobilização e fontes de financiamento
- A opção religiosa: confessionais ou laicas;
- As opções políticas, culturais, etc.

A localização geográfica é estritamente ligada às áreas de intervenção: dependendo da origem geográfica, norte ou sul, será determinada a área de intervenção, ou seja internacional, nacional ou local. Isso significa que a origem geográfica influencia as áreas de intervenção.

A dimensão é também um elemento fundamental a atender na tipologia de ONG, assim como o facto de esta ser ou não uma organização de fundo religioso. Existem métodos diferentes para classificar uma Organização Não-Governamental, e cada método tem as suas limitações, como já foi repetido anteriormente, a ONG é um ator internacional *in itinere* (em andamento) e em contínuas mudanças.

Como foi sublinhado por Ribeiro (1995:49):, a classificação e definição das ONG é um trabalho que resulta “simultaneamente útil e pouco esclarecedor”. Útil porque permite perceber os estudos teóricos feitos até agora, partindo de uma base empírica; pouco esclarecedor porque conduz a formas de explicação simplificadoras e limitativas, não permitindo dar voz a múltiplas naturezas da mesma ONG.

Tentar encaixar as ONG num esquema pré-estabelecido, resulta redutivo e não permite compreender aprofundadamente a sua natureza e diversidade no plano social.

Como foi dito anteriormente, não é fácil encontrar uma linha de princípios que seja igual para todas as ONG no entanto:

«Se quiséssemos seleccionar um único elemento distintivo e unificador das ONG no que se refere à cooperação para o desenvolvimento, seria provavelmente a convicção profunda de que a Cooperação é um imperativo ético, desligado de expectativas de quaisquer vantagens ou retornos.»<sup>23</sup>

## **6. Das ONG a ONGD: algumas teorias.**

Houve uma evolução nas tipologias das ONG durante as décadas 60, 70 e 80.

Inicialmente encontramos ONG empenhadas num trabalho humanitário, focalizado nas ajudas aos refugiados, mas sucessivamente, nos anos 70, as ONG adotam uma base mais estruturalista, que denuncia a pobreza como consequência das relações económicas internacionais. Foi introduzido assim o tema de uma nova ordem económica internacional. As ações foram assim alargadas em forma de propaganda nos seus próprios países de origem, num termo que constitui hoje a “educação para o desenvolvimento” (Alves 1996:48). Passou-se assim da ONG humanitária à ONGD de desenvolvimento. A este propósito os autores David Korten (1987) e Charles Elliot (1987), partindo do mesmo pressuposto, tentaram elaborar uma teoria sobre a evolução das ONG ao longo deste período. O processo de atuação das ONGD tem

---

<sup>23</sup> Plataforma Portuguesa das ONGD, As ONGD portuguesas e a Cooperação para o Desenvolvimento -O papel da Sociedade Civil, Audição Pública sobre Cooperação para o Desenvolvimento, promovida pela Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa da Assembleia da República, Lisboa, 13 Maio de 2003.

acompanhado naturalmente o procedimento histórico, e consoante as transformações políticas e sociais de cada contexto essa evolução assumiu formas diferentes (Korten 1987:147).

Aqueles autores apresentam então uma distinção entre gerações, tendo em conta as mesmas características: áreas de surgimento e de atividade. Korten (1987) e Elliot (1987) concordam na definição das primeiras duas gerações chegando a dois resultados diferentes.

Sob esta perspectiva, a primeira geração é aquela que inclui as ONG de ajuda humanitária e de promoção do bem-estar, sendo o seu objetivo principal a prestação de assistência específica às necessidades imediatas da população, como situações de calamidade ou de guerra. É uma tipologia de ajuda de emergência que implica um apoio específico e temporário. O objetivo principal, portanto, não é aportar uma melhoria ao subdesenvolvimento mas procurar o mais rapidamente possível os instrumentos técnicos necessários que permitam ao país sair da condição na qual se encontra.

A segunda geração engloba as ONG que desenvolvem projetos em pequena escala, a nível local, com o objectivo de acabar com a situação de dependência e promover o desenvolvimento auto-sustentado. Estas ONG diferenciam-se das de primeira geração pelo facto de se envolverem em campanhas políticas e acções de protesto, tal como de tentarem promover um auto-desenvolvimento a nível local. Esta geração nasce no início dos anos 70 e incentiva a uma apropriação do projecto por parte da população local, fornecendo-lhes os instrumentos teóricos e técnicos adequados para o desenvolvimento destas ideias.

Relativamente à terceira geração vemos os dois autores em contraposição. Korten (1987) parte da constatação de que as ONG, agindo isoladas não podem alcançar grandes objectivos; do mesmo modo, um desenvolvimento centrado só entre as aldeias e vilas não poderá perdurar se não encontrando uma colaboração entre as várias entidades locais no quadro de um sistema sustentável e de apoio ao desenvolvimento.

Korten (1987) portanto, posiciona as ONG da terceira geração como agentes catalisadores, ou seja uns facilitadores do processo de desenvolvimento superando a própria figura clássica de agente externo da comunidade. Portanto, para o autor, a terceira geração não define uma tipologia única de ONG, mas implica do mesmo modo uma alta competência técnica, uma sensibilidade dos seus agentes e um grande domínio em cada campo onde eles intervêm. Com isto, o autor sublinha que a terceira geração pode definir exclusivamente uma ONG ou que, ao contrário uma ONG pode ter as três gerações incluídas (Korten 1987:147-148).

Elliot (1987) por sua vez não se encontra totalmente em acordo com Korten (1987), Afirma o autor que, o que falta às ONG é a capacidade para aceitar a própria natureza política do desenvolvimento. As ONG não devem intervir demasiado na própria implantação dos projectos mas tentar influenciar os condicionamentos globais de desenvolvimento do Sul através de uma educação para o desenvolvimento do Norte (Elliot 1987:58-59).

Elliot (1987) e Korten (1987) estão de acordo quanto ao facto de que o elemento fundamental das primeiras gerações foi o envolvimento dos cidadãos, que através de um fortalecimento das instituições locais conseguiram ter uma democracia efetiva e portanto uma redistribuição equilibrada sobre os bens políticos e económicos. A terceira geração segundo a opinião de Elliot, é vista como um elemento catalisador de intervenções micropolíticas, que visa modificar os métodos de mobilização e aproveitamento dos escassos recursos existentes onde a pessoa humana é o fator fundamental. Para o autor as três gerações são evidentes, sendo que as duas primeiras podem relevar-se inúteis se não é feito um esforço no sentido de alcançar a terceira geração. Para ele, a transformação não é um projeto mas um processo. Neste sentido, supera-se a restrição da associação do sucesso que era reconhecida somente a profissionais especializados, atribuindo-se assim, menor importância às agências do Norte. (Elliot 1987)

Estes dois autores, portanto, analisaram a evolução das ONG através da Teoria das Gerações, explicando o nascimento das ONGD direcionadas para o desenvolvimento. Vieira, afirma que as ONGD trabalham em projetos que partem de um mínimo de dois anos até um máximo de 12 anos - na maioria das vezes.

O trabalho das ONGD baseia-se no envolvimento dos recursos humanos locais, motivando-os para uma participação ativa no próprio processo de desenvolvimento.

Estas ONGD trabalham em vários sectores:

Programas plurissectoriais que integram o desenvolvimento global de uma limitada área geográfica, com intervenções quer no campo social, quer no campo produtivo e nos serviços;

- Saúde;
- Transformação, conservação e comercialização de produtos;
- Formação profissional;
- Energia e produção de tecnologias apropriadas;
- Outros serviços sociais e infra-estruturas (Vieira 1996:194)

Os objetivos podem ser muitos mas Vieira concentra-se em algumas tarefas principais, (i) ajuda ao desenvolvimento; (ii) eliminação de novas situações de dependência ao nível alimentar, tecnológico, etc; (iii) promoção do papel da mulher; (iv) realização de projectos para o reforço dos recursos locais; (v) assunções de camponeses como sujeitos prioritários; (vi) consecução de autossuficiência alimentar; (vii) prioridade sobre os aspetos qualitativos e o aumento da ajuda pública. Todas estas tarefas tinham como objetivo fundamental tornar a população verdadeiramente protagonista do seu próprio desenvolvimento.

## **7. Enquadramento das Organizações Não Governamentais do desenvolvimento.**

Nos anos 70, como já referimos, as Organizações Não Governamentais focaram os seus objetivos no campo do desenvolvimento.

Sir Geoffrey Wilson (1981), foi um dos primeiros a constatar esta evolução. Presidente da OXFAM<sup>24</sup>, analisou num documento apresentado na Conferência da

---

<sup>24</sup> Oxford Committee for Famine Relief: uma das mais importantes Organizações Internacionais especializada em ajuda humanitária e projecto de desenvolvimento, composta por 17 organizações de

Nações Unidas sobre os Países menos Avançados, as práticas daquelas organizações que ajudam os países em desenvolvimento. Segundo o autor, as ONG:

(I) têm a flexibilidade de trabalhar com as administrações locais; (II) dão disponibilidade a pequenas doações; (III) têm como principal objetivo o desenvolvimento local; (IV) não são aos serviços dos países doadores, ou seja não influenciados e dependentes dos financiadores (V) utilizam os recursos locais; (VI) utilizam os serviços técnicos que se revelam mais económicos que os recursos utilizados num projeto de ajuda pública, isto porque, as ONG servem-se de voluntários, investindo mais sobre o cidadão comum que sobre as instituições; (VII) têm a capacidade de agir rapidamente dando uma resposta desburocratizada; (VIII) e conseqüentemente conseguem ter capacidade de experimentação assumindo também todos os riscos (Wilson 1981:16-18).

Como se pode constatar, nunca foi utilizado o termo ONGD, mas as características referidas marcaram o caminho na evolução das ONG versus as ONGD, situação que deu início a uma acesa discussão entre os estudos que se desenvolveram posteriormente.

Inicialmente as ONG não desenvolveram uma verdadeira política de cooperação, mas atuavam de forma generosa, promovendo ações de beneficência através da transferência de produtos, mão-de-obra, capitais, numa espécie de assistencialismo dominador (Romão 1985:217).

Lentamente estas relações transformaram-se numa verdadeira política de cooperação, situação que começou a tornar-se indesejável aos governantes. Tratava-se, com efeito, de uma forma de cooperação que escapava ao controlo dos Estados, nem sempre compatível com a política externa e impossível de controlar dada a independência económica das ONG. Não obstante, o não reconhecimento pelos Estados é próprio do início dos anos 70, onde as ONGD são marcadas como agentes de desenvolvimento e adquirem o direito de cidadania, tornando-se os interlocutores favoritos entre o poder público e as organizações populares.

---

diferentes Estados que trabalham com parceiros locais para encontrar soluções contra a injustiça e pobreza.

Iniciaram assim, a constituição de um espaço original na cooperação ao desenvolvimento que foi reconhecido pela maioria dos Estados industrializados, PVD e organizações internacionais.

Ao reconhecimento “público” - se pela palavra “público” identificamos um reconhecimento a nível mundial por parte de todos os atores internacionais – este é estritamente ligado ao conceito de definição.

A definição oficial de uma ONG e a concepção de que cada uma tem a sua natureza, variam de Estado em Estado e de ONG em ONG, o que torna bastante difícil encontrar um critério internacional satisfatório. (Romão 1985)

A carta das ONG Europeias<sup>25</sup>, por exemplo, foi escrita para responder ao grande debate que nasceu no mundo das ONG.

Este processo iniciou-se com uma discussão entre o Comité de Liaison<sup>26</sup>, e a Comissão Europeia sobre a natureza das ONG e dos motivos que movem o seu trabalho. Ficou portanto esclarecido, que em frente à estrutura das ONG encontram-se várias dificuldades, sendo a primeira entre todas, a sua diversidade. Esta diversidade por um lado permite representar as múltiplas vozes da sociedade civil, mas por outro pode constituir um problema de definição para quem não dispõe de um conhecimento formalizado acerca das ONG. Então, com esta ideia de contribuir para uma clarificação neste sentido, foi escrita esta Carta.

Foram assim definidos os princípios básicos do desenvolvimento e da ajuda humanitária das ONG na União europeia, identificadas as ONG como organizações sem fins lucrativos, legais, formadas por grupos de pessoas livres e independentes que prosseguem objectivos de Desenvolvimento. Têm um órgão directivo que representa os membros da mesma ONG e têm diferentes fontes de financiamento e uma contabilidade pública e transparente.

Como a Carta lembra:

As ONG podem ser classificadas de variadas formas, por exemplo, segundo as suas actividades (conforme sejam ONG de financiamento, operacionais ou de advocacy);

---

<sup>25</sup> Plataforma portuguesa: <http://www.plataformaONGD.pt/>

<sup>26</sup> O Comité de Liaison organiza e coordena as actividades colectivas das ONGD nas relações oficiais com UNESCO. Assegura as participações das ONGD aos eventos principais da UNESCO como Conferência Geral, Directoria Executiva, consulta dos programas, manifestações e palestras.



segundo as áreas geográficas de actuação (locais, nacionais ou internacionais); segundo a sua constituição (organização de membros, organização sem membros); segundo a sua organização (secular ou canónica). Muitas destas categorias sobrepõem-se. Muitas ONG podem estar abrangidas por múltiplas categorias, enquanto outras podem estar especializadas numa categoria em particular.

Todavia, isso não significa que não existem linhas comuns entre as ONG. Com efeito estas organizações são defensoras dos valores de justiça social, equidade e respeito pelos Direitos Humanos na participação da sociedade civil, na definição das políticas de cooperação e na prioridade dada aos parceiros do Sul. Estes atores adaptam uma abordagem profissional no trabalho, reforçam as capacidades dos parceiros do Sul, dão apoio específico aos grupos socialmente desfavorecidos, tentam reduzir as desigualdades de género. Utilizam métodos transparentes e lícitos de recolha de fundos, e têm o papel de assegurar a sustentabilidade das acções além de promover a educação para o desenvolvimento e utilizar a capacidade de criar sinergias para ligar diferentes sectores da sociedade.

Portanto estas novas organizações saem da estrutura clássica de ajuda humanitária, envolvendo um procedimento verso a transformação socioeconómica e produtiva com um envolvimento também da população local.

O mesmo Romão, admitindo a dificuldade de classificação e definição de ONG, aceita como razoável aquele que presidiu à apresentação do “Repertório das ONG de l’OCDE”, ou seja uma organização sem fins lucrativos cuja atividade reside pelo menos um dos seguintes domínios:

(I) Educação para o Desenvolvimento, ou seja, sensibilização da opinião pública nos países do Norte para os problemas do desenvolvimento do Terceiro Mundo; (II) Ajuda ao Desenvolvimento fornecida aos países do Terceiro Mundo, ou seja, ajuda financeira, material, assistência técnica e\ou recursos humanos.

O Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, IPAD, que até 2012 se ocupou da política de cooperação portuguesa e de coordenar todas as atividades desenvolvidas por outros órgãos que impliquem a política de cooperação, partindo de

uma definição genérica de ONG tentou especificar os limites entre os quais podemos falar de ONGD:

As organizações não governamentais (ONG) são instituições de cariz social e cultural, muitas vezes com objectivos humanitários, frequentemente inspiradas pelo pensamento social de confissões religiosas ou pelos ideais de movimentos laicos. Segundo o Estatuto das ONG, as organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD) são instituições da sociedade civil constituídas por pessoas singulares ou colectivas de direito privado sem fins lucrativos, com sede em Portugal. Em regra, as ONGD têm as seguintes áreas de intervenção: ensino, educação e cultura; assistência científica e técnica; saúde, incluindo assistência médica, medicamentosa e alimentar; emprego e formação profissional; protecção e defesa do ambiente; integração social e comunitária; desenvolvimento rural; reforço da sociedade civil, através do apoio a associações congéneres e associações de base nos países em vias de desenvolvimento; educação para o desenvolvimento, designadamente através da divulgação das realidades dos países em vias de desenvolvimento junto da opinião pública.<sup>27</sup>

Pode pois constatar-se que, as ONGD são um ramo da família da ONG e que ao longo do tempo se tornaram num dos seus braços mais fortes.

Segundo a Plataforma Portuguesa das ONG, existem diferentes maneiras para definir e classificar as ONGD segundo as suas actividades e influências geográficas; e no caso das ONG são identificadas três áreas: a cooperação pelo desenvolvimento, a educação para o desenvolvimento e a ajuda de emergência.

A cooperação para o desenvolvimento não tem uma única e plena definição, e em verdade foi objeto de discussão até o fim da Segunda Guerra Mundial. Em geral, portanto, podemos dizer que a Cooperação para o Desenvolvimento tem como objetivo apoiar as regiões, países e comunidades que têm uma dificuldade no contexto mundial marcado por um desequilíbrio e uma desigualdade de oportunidade. As ONG, portanto, devem funcionar apenas como agentes catalisadores e facilitadores de cooperação, e não com os protagonistas, seguindo a

---

<sup>27</sup> [www.ipad.mne.gov.pt/](http://www.ipad.mne.gov.pt/)

linha de pensamento de permitir aos mesmos países ocuparem a posição de actores do seu próprio desenvolvimento. De forma mais específica podemos dizer que:

A Cooperação para o Desenvolvimento abrange diversas áreas de atuação, nomeadamente: Desenvolvimento Sustentável; Desenvolvimento Comunitário; Capacitação; Micro-crédito; Desenvolvimento Rural; Segurança Alimentar; Saúde; Educação para o Desenvolvimento; Educação formal; Formação técnica; Saneamento básico e melhoria ou reabilitação de habitat; Cooperação Descentralizada; Igualdade de Género; Direitos Humanos; Ambiente e Desenvolvimento; Participação e cidadania; Influência Política (Lobby e Advocacy) em torno das políticas de cooperação para o desenvolvimento e da educação para o desenvolvimento; Responsabilidade Social das Empresas; Estudos e Investigação, entre outras.<sup>28</sup>

A educação para o desenvolvimento tem uma característica fundamental que lhe permite diferenciar-se das outras áreas de desenvolvimento. A sua singularidade é a forte ligação com o Sul. Ocupa-se da consciencialização e formação integral das pessoas, da compreensão das causas dos problemas de desenvolvimento e das desigualdades dentro de um contexto global de interdependência. O seu objetivo principal é a promoção do direito e do dever de todos os cidadãos e dos povos, com vista à contribuição do desenvolvimento integral e sustentável pela mão de todos.

A ajuda humanitária e de emergência, em vez, ocupa-se de vítimas das catástrofes naturais e humanas. Geralmente são acções a curto prazo, não mais de seis meses, e são dirigem-se simplesmente a reportar um equilíbrio no território. Muitas vezes são associadas à ajuda médica. Quando o momento de emergência è considerado concluído as operações passam geralmente para a cooperação ao desenvolvimento.

---

<sup>28</sup> [www.ipad.mne.gov.pt/](http://www.ipad.mne.gov.pt/)

## **8. Classificação das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento**

A distinção mais significativa dá-se entre uma ONG operativa e uma que opera através de campanhas.<sup>29</sup>

As ONG operativas mobilizam os recursos através de orçamentos, de matérias ou voluntariado, como o fim de sustentar os seus próprios objectivos e programas. Este é claramente um negócio muito complexo, que implica uma grande organização no campo da beneficência e gestão dos voluntariados. Podemos comparar uma ONG a um tipo de indústria, diferenciando-se deste sector pela ausência de fins lucrativos mas mantendo os problemas de gestão semelhantes. Para obter financiamentos as ONG operativas têm de colaborar com os governos e com as fundações, isso implica um nível de competência abrangente: na planificação, familiaridade com o campo publicitário e estabelecimento de relação com os média. Portanto as ONG operativas têm de ter também uma sede operacional activa e tecnicamente adequada, e não somente um conjunto de pessoas qualificadas implicadas no campo. As ONG que organizam campanhas por sua vez mantêm algumas características das ONG operativas mas com um equilíbrio diferente. A procura de financiamentos é ainda necessária mas resulta apenas em pequena escala, sendo que muitas vezes funciona mais como função simbólica. O ponto mais importante é a capacidade de encontrar uma grande quantidade de pessoas disponíveis a doar o seu próprio tempo nos períodos específicos de trabalho. Os grandes eventos publicitários serão portanto utilizados no sentido de atrair consensos positivos e não com o objetivo de encontrar fundos (Willets 2011:11).

Esta distinção não é tão esclarecedora e algumas ONG operacionais encontram-se a fazer campanhas, e vice-versa. Portanto, é possível encontrar ONG que defendem os direitos humanos a assistir vítimas de discriminação e injustiça. Além desta distinção, existem muitas outras categorias para classificar as ONG, no entanto para Willets (2011) estes têm apenas um valor prático e não fornecem uma base para uma distinção analítica. A maneira mais eficaz para distinguir as ONG é concentrar a própria atenção sobre uma série de variáveis diferentes. Para compreender a dimensão de uma ONG é preciso prestar atenção a: (I) o número de trabalhadores a

---

<sup>29</sup> Willets (2011) apelida-as de operational and campaigning NGOs

tempo inteiro (II), o número dos seus membros (III) e a balança dos seus financiamentos anuais.

Para compreender a sua força política, é necessário conhecer as sondagens de opinião sobre os seus objectivos, o reconhecimento dado àquela ONG e ouvir as opiniões dos meios de informação. Existem outras variáveis mais que podemos considerar mais subjetivas como o profissionalismo, o conhecimento e a experiência pessoal dos operadores que influenciam os objectivos da ONG.

Diferente é a opinião de Alfonso (2005), este encontra diferentes tipologias entre as várias ações que podem fazer as ONGD. Cada ação define pelo menos a natureza de uma ONGD.

Acções pontuais → implicam pequenas reflexões, actividades de lobby ou que não se inserem num projecto;

Campanhas → procuram sensibilizar a sociedade civil ou grupos específicos para um objectivo determinado. Muitas vezes implicam uma rede de várias ONG;

Microprojectos → têm uma duração curta e caracterizam-se por pequenas acções que têm um impacto direccionado;

Projectos → intervenções a médio ou longo prazo que incluem diferentes actividades, têm um conceito de desenvolvimento mais amplo e exigem claramente um maior financiamento;

Programas → as intervenções são a longo prazo e implicam grandes financiamentos, para além de que têm importantes objectivos a nível nacional ou regional.

Relativamente às propostas de Welletts, estas definições são mais precisas e como tal encontram mais contradições e exceção. Com efeito, cada vez que se tenta dar uma classificação mais precisa encontra-se o mesmo problema. Pode acontecer portanto que mais se juntem para obter melhores resultados ou que uma mesma ONG actue em mais acções para obter um mesmo resultado.

## 9. Colaboração entre as ONG e os outros actores internacionais

Para desenvolver o seu trabalho, existem três parceiros principais a que uma ONG pode recorrer: o Estado, a Organização Regional (como a UE, por exemplo) ou uma Organização Internacional (como é o caso da ONU).

Clark (1993), parte de uma premissa importante, descrevendo as relações entre as ONG e os governos: «The public and private sectors, by themselves, are imperfect in that they cannot meet all demands»<sup>30</sup>

Clark afirma que o sucesso do terceiro sector (neste caso as ONG) é fortemente ligado ao lugar onde a ONG pode operar e que portanto os sectores privado e público não têm todas as respostas mas só a coordenação entre os dois pode conduzir a bons resultados.

Isto não significa que um forte sector de voluntariado assegure um bom trabalho e uma boa interação entre a ONG e o governo. De facto muitas vezes existe uma forte distância entre as organizações, o sector público e o privado. Este destaque implica algumas vezes dificuldade de colaboração entre estes actores internacionais, que parte de diferentes pontos de vista para enfrentar um problema de ajuda humanitária até chegar a uma verdadeira competição para resolver a situação.

O terceiro sector tem alguns instrumentos para influenciar o desenvolvimento num determinado território:

- Encouraging official aid agencies and government ministries to adopt successful approaches developed within the voluntary sector;
- Educating and sensitizing the public as to their rights and entitlements under state programs;
- Attuning official programs to public needs by acting as a conduit for public opinion and local experience;
- Operational collaboration with official bodies;
- Influencing local development policies of national and international institutions;

---

<sup>30</sup> P. 1: o sector público e privado, em si mesmo, não podem encontrar todas as respostas.

- Helping government and donors fashion a more effective development strategy through strengthening institutions, staff training and improving management capacity. (Clark 1993:2)<sup>31</sup>

Não obstante a capacidade de influência que as ONG têm, alguns factores podem obstaculizar a relação profícua entre um governo e uma ONG, como é o caso de um ambiente político altamente politizado e da preferência das ONG em ficar fora de órbita do governo para evitar atrair a sua atenção. No entanto, devido a esta escolha correm o risco de ser mais vulneráveis aos ataques do Estado.

Deste modo, pode surgir da parte dos governos uma espécie de “ciúme” devido à capacidade das ONG de atrair recursos financeiros, uma vez que o sector público seja fraco e não tenha a capacidade de melhorar os serviços, de erradicar a discriminação nem a pobreza. O “ciúme político” pode ser um obstáculo para que o governo apoie uma ONG que indirectamente é profícua para uma oposição política. As ONG que são financiadas por outros Estados estrangeiros, criam ainda mais desconfiança por parte do governo que tem de relacionar-se com a mesma ONG. O facto de ser financiada pelo estrangeiro cria uma dúvida sobre a natureza dos objectivos da mesma ONG e surge o medo que estes objectivos sejam influenciados pelo Estado financiador estrangeiro.

A relação das ONG com os Estados, segundo Clark (1993), pode ser simplificada em três categorias:

- a primeira, de dependência a nível de recursos financeiros e ideológicos, onde as ONG são “guiadas” pelo governo;
- a segunda é uma relação de animosidade onde o governo e a ONG não conseguem ter pontos de partida comuns;
- a terceira é a mais profícua, pois trata-se de uma relação de livre democracia onde o debate entre os dois elementos resulta energético e construtivo também em áreas de desacordo.

---

<sup>31</sup> Encorajando as agências de ajuda oficial e os ministérios a adotar uma abordagem bem desenvolvida no sector do voluntariado; educando e sensibilizando a opinião pública relativamente aos direitos e ao quadro dos programas estatais; pôr-se em linha com os programas estatais, sendo um condutor entre a opinião pública e a experiência local; uma colaboração operativa com os organismos oficiais; influência sobre as políticas de desenvolvimento local das instituições nacionais e internacionais; apoia os governos e os parceiros a um desenvolvimento mais efetivo através de um enforcamento das infraestruturas; formação do pessoal técnico e uma melhoria da capacidade de gestão.

O Estado, a fim de permitir uma boa colaboração como se entende da descrição acima respeitante à terceira categoria, tem de ter o que se denomina de “*good governance*”, isto é, uma boa regulamentação sem fenómenos de corrupção, uma política de impostos onde sejam encorajadas a filantropia local e a colaboração com a ONGD, uma disponibilidade em fornecer informações e um apoio oficial onde o governo pode oferecer fundos para encorajar as actividades das mesmas.

### **9.1. A relação entre a União Europeia e as ONG**

A cooperação entre as ONG e a União Europeia iniciou em 1975 com a assinatura do Tratado de Roma onde nasceu a Comunidade Económica Europeia (CEE). A quarta parte do Tratado previa a criação de um Fundo europeu para o desenvolvimento (FED) que tinha o papel de ajudar tecnicamente e financeiramente os países ainda colonizados.

Foi em 1976 que se iniciou a cooperação entre a Comunidade Europeia e as ONG, tendo sido criada então uma linha orçamental destinada a financiar os projetos nos PVD com as ONG europeias. A ajuda comunitária às ONG foi fixada, em 1976, em 2,5 milhões de ECU e foi progressivamente crescendo para poder encarar os aumentos de pedido de cofinanciamentos apresentados pelas ONG, totalizando em 1984, 35 milhões de ECU, onde 47% se destinavam a países da África ao sul do Sara (Romão 1985:193).

Esta nova colaboração nasceu devido a muitas motivações no campo logístico e político.

A Comissão está convencida de que o efeito multiplicador desta proliferação de pequenas realizações é considerável e que suporta positivamente a comparação com os projectos “clássicos”, necessitando estes de investimentos muito superiores. O sucesso da grande maioria das acções co-financiadas é devido, antes de mais, segundo a Comissão, ao elevado grau de motivação social e de compromisso pessoal



das ONG; ao facto de serem independentes de qualquer condicionamento externo; às suas dimensões relativamente modestas e à sua autonomia e flexibilidade de gestão, que lhes possibilitam manter estas dimensões (Alves 1996:109).

A estrutura particular das ONG, um híbrido entre as organizações internacionais e os Estados, criou uma cortesia preferencial à qual um órgão como a Comissão Europeia se refere no momento em que pretende desenvolver um projeto de cariz humanitário; isto é, como sustenta Pacheco à comparação com os projetos clássicos: um financiamento dos Estados, da mesma União Europeia ou ONU, implica um desperdício de orçamento mais elevado. Mais a mais, o sucesso das ONG parece ser maior, o que se deve a grandes motivações éticas que existem na base de cada projeto. Como já sabemos, as ONG são caracterizadas por uma autonomia financeira, e sobretudo moral, que lhes permite não assumir interesses e condicionamentos externos ou com uma segunda finalidade, pelo menos oficialmente. Portanto, para lidar com um projeto de carácter humanitário, a escolha mais profícua entre pontos de vistas diferentes que foi efetuada pela Comissão durante os últimos anos, é concedida ao mundo das ONG. Assim, justifica-se o aumento exponencial dos orçamentos nos últimos anos a favor das ONG.

Existem portanto segundo Alves (1996:111) diferentes áreas de colaboração entre a União Europeia e as ONGD. As áreas tradicionais são:

- O cofinanciamento de projetos de desenvolvimentos nos PVD;
- A educação para o desenvolvimento;
- A ajuda alimentar;
- A ajuda de emergência e aos refugiados;
- A ajuda através de rubricas especiais.

O co-financiamento de um projecto é uma colaboração orçamental. É sustentado simultaneamente por dois ou mais financiadores, uns dos quais é uma ONG e o outro é um organismo público.

A institucionalização do cofinanciamento é efetuada através de via legislativa ou regulamentar por meio de um acordo de natureza convencional entre os poderes públicos e as ONG interessadas, ou também de modo unilateral pelo organismo

competente, neste caso, a UE. Desta forma, no caso da União Europeia, o acesso aos fundos é regulamentado pelas “Condições Gerais de Co-financiamentos”, que é uma agenda intersectorial e inter-geográfica. Esta agenda consiste num cofinanciamento clássico das ações de desenvolvimento com o objetivo de satisfazer diretamente necessidades fundamentais das populações mais desfavorecidas, assegurando o seu autodesenvolvimento. Uma parte deste financiamento é canalizada pelas ONG para a sensibilização da opinião pública relativamente aos problemas dos PVD. Só 1% do orçamento é dedicado ao reforço da cooperação entre as ONG, através do Comité de *Liaison* já mencionado anteriormente. Os sectores abrangidos por este financiamento são vastos, por isso resulta difícil definir uma classificação.

De 1976 a 1983 alargava-se já a 61 o número de ações de desenvolvimento levadas a cabo nestes cinco países no montante de, aproximadamente, 13,8 milhões de ECU. [...] É, no entanto, digna de nota a desigualdade de repartição de ações de desenvolvimento entre os cinco países. Os principais beneficiados foram, sem dúvida, por esta ordem, Cabo Verde, Moçambique e Guiné-Bissau, absorvendo conjuntamente 95% do total dos financiamentos concedidos pela CEE (Romão 1985:227).

Por seu turno, a educação para o desenvolvimento implica a sensibilização da opinião pública para os problemas de interdependência entre Norte e Sul. Para além disso, as ONG têm o papel de procurar um terreno comum onde os objectivos da UE estejam em sintonia com as necessidades dos PVD.

No que se refere à ajuda alimentar, pode considerar tratar-se do:

«Fornecimento de produtos alimentares às populações dos PVD por meio das ONGD, em situações de emergência e de carência alimentar mais permanente» (Alves 1996:124).

No que concerne a este âmbito, o papel do EURONAIID (Operational NGO Food Security Network) tem de ser mencionado. Esta é uma associação de ONG constituída em 1980, com sede em Haia, para centralizar os pedidos de ajuda alimentar das ONG enviados à Comissão. Esta instituição organiza o transporte da

mercadoria e coordena a ajuda alimentar que provém de forma gratuita das várias partes compreendidas das ONG para o apoio de países desfavorecidos.

A ajuda de emergência e aos refugiados: vista a importância desta área, a UE criou em 1992 um departamento de ajuda humanitária de emergência, ECHO (European Community Humanitarian Office). Os objetivos da ECHO são vários, entre os quais o reforço da coordenação com os outros atores, e a otimização da gestão dos vários tipos de ajuda e maior visibilidade da ação comunitária se assumem como fundamentais. Agora o ECHO está organizado em três áreas principais que são: a ex-Jugoslávia e África, o Medio Oriente, ex URSS, Ásia, América Latina e por fim as questões gerais de preparação, formação e avaliação.

Para fomentar a participação da população nas ações do desenvolvimento e a diversidade democrática nos PVD, foi introduzida a cooperação descentralizada. Este é um dos métodos preferenciais na relação entre as ONG e a UE, que visa reforçar a participação da população nas ações de desenvolvimento e a diversidade democrática das sociedades dos PVD. A cooperação descentralizada é uma inovação da Convenção de Lomé IV<sup>32</sup>, que consagra o reconhecimento dos atores não-governamentais como parceiros de cooperação. Esta é uma etapa muito importante porque marca um novo elemento de novidade e evolução num contexto onde muitas vezes ao termo cooperação são unidas as ações entre dois Estados. Com a quarta Convenção de Lomé esta tendência foi invertida. Portanto, para permitir uma cooperação descentralizada, a confirmação tem de ser dada quer pelo Estado beneficiário quer pela Comissão, tendo atenção a que os princípios de cada parte sejam respeitados.

Esta cooperação entre os operadores variados (como organismos públicos, ONG, associações e agrupamento locais, organismos e redes como sindicatos e cooperativas) pode complementar as ações dos Estados e das ONG.

---

<sup>32</sup> A Convenção de Lomé, acordo comercial assinado em 1975 entre a EU e países ACP, teve como objectivo a coordenação comercial, garantindo liberdade de acesso ao mercado comunitário de quase todos os produtos dos países ACP; assegurar a estabilidade das receitas de exportação para 36 produtos-base, protegendo-os contra as flutuações de preços do mercado mundial; a cooperação industrial e financeira, tal como a criação de instituições destinadas à gestão em comum do conjunto de acordos.

Esta tem três objectivos principais: a cooperação entre as cidades nos Estados Africanos, um desenvolvimento económico recíproco com a criação de empresas, e a multi-parceria na perspectiva de reforço da amizade e conhecimento entre os vários povos a nível local. Esta cooperação descentralizada é vista como um importante instrumento de promoção dos Direitos Humanos.

Os financiamentos concedidos pela União Europeia claramente têm algumas prioridades ou princípios a seguir. Alguns sectores são mais cuidados pela EU, considerando em primeiro lugar o ambiente e as políticas de protecção ambiental. Outras acções temáticas são a protecção da mulher e a prevenção do uso de drogas, a prevenção da SIDA, entre outras. O alargamento geográfico que se deu depois da queda do muro de Berlim e a consequente abertura ao mundo oriental influenciaram ligeiramente estes critérios. Com esta expansão, os financiamentos, os objectivos e os projectos mudaram ligeiramente o seu eixo de direcção, aproximando-se da Europa de Leste e da União Soviética.

## **9.2. A cooperação entre as Nações Unidas e as ONG.**

A relação entre as ONGD e as Nações Unidas iniciou-se em 1945, dando origem ao artigo 71 da Carta das Nações Unidas. Atualmente o papel das ONG nas NU está regulado pela Resolução 1996/31 de 25 Julho de 1996, onde as ONG podem ter um estatuto consultivo geral, especial ou designado. Através destes estatutos as ONG podem propor ao Comité do ECOSOC que inclua assuntos de especial interesse na agenda provisória do Conselho, a qual lhes deve ser comunicada; podem também assistir como observadores às reuniões públicas do Conselho e submeter declarações escritas para o trabalho do ECOSOC sobre determinados assuntos.

Para obterem o estatuto consultivo, as ONG têm de exercer as próprias actividades nos sectores de competências do ECOSOC, os objectivos das organizações têm de ser conformes aos princípios estabelecidos pelas Nações Unidas e a organização tem de aplicar-se no envolvimento da ONU nas próprias actividades (Marchisio 1985:27).

Um serviço de especial importância a que as ONG podem recorrer dentro das NU é o Serviço de Ligação entre as NU e as ONG. Foi criado em 1975 para permitir uma maior cooperação entre os dois na área da educação para o desenvolvimento, informação e promoção de políticas sobre questões de desenvolvimento mundial sustentável.

Resumindo, as ONG participam no Sistema das Nações Unidas de quatro formas principais:

- Levantando questões;
- Dando forma a decisões tomadas pelas Nações Unidas;
- Colaborando com as Nações Unidas para ajudar a alcançar os seus objectivos;
- Funcionando como guardião das Nações Unidas, através de um trabalho de crítica, observação e apresentação de relatórios.

Como podemos verificar, existem muitas facetas para analisar o mundo das ONG, e sobretudo a análise das definições das ONG ou ONG resulta num trabalho difícil onde cada autor encontrou a sua própria definição, tornando-se difícil obter uma linha unívoca. Por outro lado, este é um bom sinal porque segue a mesma natureza das ONG. A dificuldade em catalogar e definir as ONG realça a sua natureza mutável, pois a sua capacidade de adaptação ao seu contexto operativo enfrentando especificamente cada problema torna as ONG especificamente originais, e portanto, eficazes no campo da ajuda humanitária.

## CAPITULO 2: ALGUMAS ONGD QUE OPERAM NO TERRITÓRIO

### 1. ONGD em Moçambique

Segundo o Fórum das ONGD (LINK), em Moçambique, em 2001, eram seiscentas as ONGD registadas neste Forum.<sup>33</sup> De entre elas 465 eram nacionais e 145 eram estrangeiras (Van Eys 2002: 145).

Considerando os dados do INE 2006 as associações não governamentais eram mais de 4000. Além do número é interessante ver como ao longo dos anos a percentagem de ONGD aumentou ou diminuiu de acordo com contexto político.

**Tabela n°2: As organizações não governamentais em Moçambique**

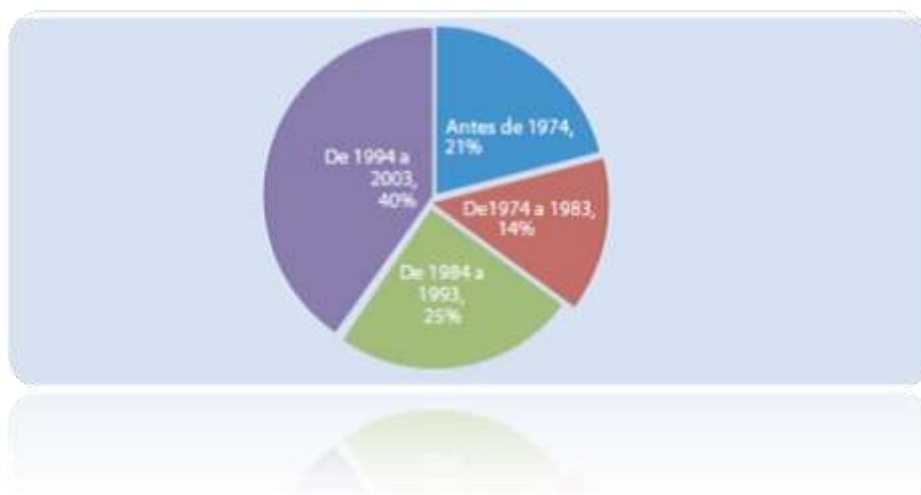


Tabela n°2, Fonte: INE Moçambique 2006:98.

O gráfico mostra como antes da independência de Moçambique, a percentagem das ONGD era superior ao período 1975-1983. Isto porque com a independência, a FRELIMO o partido que subiu ao poder, conduziu uma política de cunho socialista, que implicou a nacionalização das estruturas privadas e portanto pouca abertura para

<sup>33</sup> Nas páginas seguintes iremos a enfrentar o assunto do Fórum das ONGD e o que significa para as ONGD fazer parte ou não da LINK.

organizações como as ONGD. Daí que a percentagem de ONGD no país depois da independência fosse só de 14%.

Posteriormente, a guerra civil entre a FRELIMO e RENAMO e a consequente crise económica, obrigaram o Estado, já a partir de meados dos anos de 1980, a permitir a entrada no território de ONGD estrangeiras, fontes de ajuda não indiferente. Desse modo, durante o período 1984-93 as ONGD aumentaram em Moçambique. A nível legislativo as ONGD nacionais ainda não estavam legitimadas a operar no território; mas a necessidade de uma ligação local para as ONGD estrangeiras e o nascimento da nova Constituição moçambicana em 1990, da qual iremos falar mais em frente, permitiram o reconhecimento oficial também das ONGD nacionais. Isso justifica o grande aumento das ONGD no território moçambicano depois de 1993, até chegar a um 40%, como é mostrado no gráfico. A este respeito podemos encontrar informação complementar em Oppenheimer (1994:177), que analisando o crescimento dos fluxos de assistência externa para Moçambique distingue três fases:

A primeira, de 1976-83, coincide com a experiência não infletida de desenvolvimento socialista levada a cabo pelo país e caracterizado por uma ajuda bilateral de origem escandinava e holandesa. A segunda fase, 1984-86, coincide com uma abertura ao mundo ocidental, na parte bilateral e multilateral. Em fim a terceira fase, até 1991 é caracterizada por um programa de ajustamento estrutural negociado com o Banco Mundial (Oppenheimer 1994:177-78).

Como se pode ver, 1984 é o ano de mudança na política moçambicana (Dionísio 1998). Uma política que, destruída por uma guerra civil e por uma situação económica fraca (consequência da guerra), mudou de rota e optou para uma ideologia ocidentalista de base capitalista.

Foi esta nova abertura ao ocidente que abriu as portas às ONGD estrangeiras e que se ilustra no gráfico cima apresentado.

## **2. Percurso histórico das ONGD moçambicanas.**

Para alguns, a ONGD que no período pós-independência primeiro se começou a destacar em Moçambique, foi a Cruz Vermelha, em 1981 (Ngomane 2002:17). A sua ação na altura foi muito dirigida ao socorro às vítimas de guerra. Posteriormente, chegaram outras ONGD estrangeiras como a *World Vision* e a *Save The Children*.

No final da década de 80 do século XX, a acção das ONGD estrangeiras era tão intensa que começaram a surgir pressões internas para que estas passassem a ter que trabalhar e/ou colaborar com ONGD locais a fim de que a partir do seu trabalho se pudesse vir a obter um resultado mais eficaz. Assim, nasceram as parcerias com organizações como a associação *Mulher Moçambicana* e a *União Geral das Cooperativas*, por exemplo.

O período de 1984 a 1996 foi o mais fértil no que concerne o surgimento do grande movimento das ONGD moçambicanas. Seguramente neste processo, teve grande responsabilidade a aprovação da Constituição de 1990, que proclamou o multipartidarismo e sobretudo a liberdade de expressão e associação.

«Isto representa um certo empoderamento dos cidadãos e maior oportunidade para a intervenção na tomada de decisões e exigência de *accountability* em relação aos governantes» (Francisco et al. 2007:48).

Na realidade, a primeira Constituição da República Popular de Moçambique, foi instituída em 1975. Esta constituição não falava de um governo livre, era baseada num partido único, a FRELIMO, e oficializava um poder absolutista.

Isto foi justificado com o argumento de que só um partido único era o garante de fidelidade e portanto de segurança da aplicação rigorosa do programa do governo (Chambule 2000:108). Foi como defender que um partido único pode manter o controlo e a tranquilidade de um País, mas também que o governo quer assumir integralmente a responsabilidade e o ónus da governação. Posteriormente, devido à abertura política e a um relaxamento na política interna, na luta entre a FRELIMO e



RENAMO, sobreveio a Constituição de 1990. Esta Constituição, já reconhecia o multipartidarismo como base política da sociedade moçambicana, e definia que os órgãos representativos do Estado podiam ser escolhidos através eleições livres. Começou-se a falar de votação universal, direta, secreta e pessoal e assim, na prática foram lançadas as bases para a construção de uma democracia.

Pode pois dizer-se que a Constituição de 1990 rompeu com o panorama anterior e pôs termo a um regime político que, a partir de 25 de Julho de 1975, data da proclamação da Independência Nacional, se tinha inspiração no modelo soviético. Ainda por meio da leitura do articulado desta Constituição, se pode concluir que ela veio estabelecer as estruturas fundamentais da democracia, da separação de poderes, da liberdade política em toda a sua profundidade e extensão, bem como numa consagração mais efetiva dos direitos fundamentais dos cidadãos (Chambule 2000:108). Em 2004, foi depois promulgada uma nova Constituição que, contudo, mantém esses mesmos princípios.

### **3. ONGD nacionais e o Estado.**

Apesar da lei 8/91 sobre a liberdade de associação existir apenas há pouco mais de 20 anos, a prática do associativismo é tão antiga em Moçambique como em qualquer outra parte do mundo. Seguindo a terminologia de Sousa Santos (1997) podemos definir a sociedade tradicional africana como uma *sociedade providência*, em que os grupos familiares se baseiam no parentesco e nas relações familiares para estabelecer, entre eles, relações de ajuda mútua, segundo uma lógica de reciprocidade. Ao longo dos tempos, estes agrupamentos conseguiram sobreviver adaptando-se às exigências de cada período histórico.

Durante o século XX, para enfrentar o colonialismo, os moçambicanos juntaram-se para salvaguardar a sua identidade cultural face à ingerência portuguesa. Após o período colonial, foram estabelecidas as Organizações Democráticas de Massas (ODM), utilizadas como instrumento para garantir uma sensibilização ativa da população para as tarefas da reconstrução nacional. Mas entre a euforia geral, o governo centralizado e a defesa da pátria, as novas organizações nascidas fora do

Partido Único não tinham uma longa vida. Contudo, tal não significa que não existissem, com efeito:

«A lei sobre a liberdade de associação só foi votada em 1991; no entanto, cerca de 15% das OSC já tinham iniciado as suas atividades antes do reconhecimento desse direito. Com exceção das instituições originariamente criadas pelo Partido (OTM, OMM...) [...]» (Homerin 2005:22).

A situação mudou durante a década de 80 do século XX. Isto porque houve um período de recessão, causado por uma série de calamidades naturais e por uma guerra civil intensa. O governo moçambicano, para sair desta crise, não encontrou outra solução senão aderir ao Banco Mundial e ao FMI (Fundo Monetário Internacional), em 1984. É nesta altura que em Moçambique começaram a aparecer as primeiras Organizações Não Governamentais internacionais. Posteriormente, o pluralismo determinado pela Constituição de 1990, oficializou as ONGD locais.

Houve Associações, segundo pudemos saber no terreno, que iniciaram a sua atividade não oficialmente em 1986. Após a independência, como foi explicado durante a entrevista, tudo o que era individual tornou-se a favor do coletivo. Os jovens, que formaram estas organizações, eram estudantes com uma experiência anterior de associativismo, activismo e luta, porque participaram na libertação do próprio país.

Em 1975, com a libertação do Estado da opressão colonial, estes estudantes foram chamados, considerando a sua própria experiência, a gerir os trabalhos que antes eram ocupados pelos portugueses. Desde 1975, houve o fenómeno dos retornados, onde, com a independência, muitos portugueses que viviam no território moçambicano voltaram para a metrópole. Mas na década 80 do século XX, as situações mudaram e assim essas associações começaram a estabelecer as primeiras pedras na fundação do que viriam a ser posteriormente algumas ONGD.

Não havendo possibilidade de se constituírem como ONGD privada até 1992, estas associações trabalharam com base em encontros informais entre amigos nos quais se tentava organizar planos para desenvolver o território.

A ONGD 3, por exemplo, nasceu em 1989, como organização regional feminista que operava nos sete países da África Austral. Esta ONGD de Moçambique tinha uma ligação muito estreita com o ensino superior, constituindo de facto um departamento na Universidade Eduardo Mondlane. A estratégia adotada serviu para reduzir os constrangimentos na atuação da organização, porque, como referido anteriormente, naquela altura o contexto político era baseado num sistema monopartidário. Portanto, apenas durante o início da década de 2000, devido a uma mudança nos objectivos dos doadores, esta ONGD regional se dividiu, e no que se refere ao núcleo de Moçambique, tornou-se independente da Universidade Mondlane adquirindo personalidade jurídica e reconhecimento oficial. Depois do registo como associação, de acordo com a legislação moçambicana, constituiu os seus órgãos sociais em Abril de 2003.

Para Tinie van Eys (2002:147), foram quatro os fatores que contribuíram para o surgimento das ONGD nacionais em Moçambique:

- O Estado mostrou cada vez mais a sua incapacidade de promover e organizar o desenvolvimento como ator único;
- Sob a forte pressão dos doadores e já na onda das políticas neoliberais, o governo viu-se obrigado a criar abertura e espaço para a existência de organizações moçambicanas privadas que pudessem intervir no desenvolvimento económico-social do país;
- Os doadores, tanto as agências multilaterais como as bilaterais, como as ONGD internacionais, tendem a transferir o foco da sua ajuda das instituições estatais para o sector civil;
- A existência de um grupo de cidadãos moçambicanos com vontade e disponibilidade para se aventurar na criação de uma ONGD nacional.

Todos estes fatores permitiram portanto o nascimento e a oficialização das ONGD nacionais. As ONGD moçambicanas têm o estatuto legal de associação. A lei, aprovada em 1991, utiliza o termo “associação” como forma única para os cidadãos exercerem o direito a livre associação previsto na Constituição da República. Esta lei coloca na mesma posição as ONGD, os clubes desportivos e, por exemplo, os grupos

de ajuda mútua das aldeias, não fazendo distinção entre Organizações Não Governamentais e organizações formadas por funcionários.

Com efeito, na Constituição de 1990, o artigo 52.º, sobre a liberdade de associação, diz:

1. Os cidadãos gozam da liberdade de associação.
2. As organizações sociais e as associações têm direito de prosseguir os seus fins, criar instituições destinadas a alcançar os seus objectivos específicos e possuir património para a realização das suas actividades, nos termos da lei.
3. São proibidas as associações armadas de tipo militar ou paramilitar e as que promovam a violência, o racismo, a xenofobia ou que prossigam fins contrários à lei.

Como se pode ver não é especificada ou oficializada a natureza das ONGD enquanto actores nacionais. Contudo, a lei nº 8/91 sobre a liberdade de associação continua a ser atualmente a única base legal que permite a formalização de todas as formas de organização não estatal (exceto as fundações). Esse texto não distingue entre ONGD, organizações comunitárias de base, sindicatos, congregações religiosas ou associações que desenvolvam projetos de carácter económico (Homerin 2005:26).

Como pudemos saber aquando da realização das entrevistas no terreno, existem ainda outras questões a explorar. Não sendo especificada a natureza das ONGD e distinguida essa sua natureza, das associações privadas de outra base, acaba-se por um lado por não se dar a real importância ao trabalho de desenvolvimento que estas realizam. É dito que cada cidadão pode participar e fundar uma organização. Mas, como foi notado em 2008 pelo Centro de Integridade Pública (CIP), através de um contributo para a melhoria do quadro legal anti-corrupção em Moçambique:

Não existe em Moçambique Lei específica que regula o conflito de interesses. A legislação contém, de forma dispersa, aspectos ligados a esta matéria, estabelecendo impedimentos para o envolvimento de altos funcionários do Estado em actividades remuneradas dentro das suas áreas de responsabilidade ( Fael et altri 2008: 12).

Existem Organizações Não Governamentais locais que são formadas por funcionários estatais e que portanto não respeitam um princípio ético de transparência mas são influenciadas directamente pelo governo. Tal foi confirmado durante as entrevistas na pesquisa de campo pelas duas ONGD locais. Como refere Homerin:

«Como em muitos outros países, Moçambique não escapa ao processo que consiste para os responsáveis e/ou a elite política, em apoiar directamente, ou pelas vias mais dissimuladas, o nascimento de algumas ONGD» (Homerin 2005:54).

Esta prática, segundo aquele autor, responde a dois objetivos: o primeiro é o de se instalar no terreno da ajuda ao desenvolvimento, estando sempre em primeira linha e tendo uma espécie de colete de salvação caso cesse a função pública do funcionário em questão. O segundo objectivo, por sua vez, é o de estar presente nos debates conceptuais, ideológicos e metodológicos que atravessam as ONGD, a fim não só de dominar o que acontece, mas também para daí retirar conhecimentos e experiência úteis para a função pública que exercem (Homerin 2005:55).

O problema é que a nível legislativo não existe uma infração do código e parece que o princípio do conflito de interesses não seja um assunto abordado pela legislação moçambicana. Isto significa que a nível oficial, esta conduta não é punível por lei.

Esta discussão necessitaria de um aprofundamento maior que arrastaria a discussão para outros assuntos que por si, dariam campo a outra dissertação (eventualmente até a mais do que uma).

O que aqui é importante é perceber o percurso oficial que uma ONGD tem de fazer para ser regularizada em Moçambique, e relativamente uma ONGD tem de apresentar:

- «- 10 Membros fundadores no mínimo
- Cópia dos seus documentos de identidade e do registo criminal
- Um exemplar dos estatutos

- Autenticação dos referidos documentos e reconhecimento das assinaturas em notário
- Pedido de expedição de um certificado negativo pelo Ministério da Justiça indicando que o nome escolhido para a associação ainda não está utilizado
- Apresentação dos documentos e do certificado negativo para autorização do Ministro» (Homerin 2005:27).

O processo não é complicado, mas infelizmente muito lento devido entre outros fatores a dificuldades técnicas como por exemplo a falta, muitas vezes, de um sistema informatizado fiável. Não sendo uma situação fácil de ultrapassar, acontece que muitas ONGD acabam por trabalhar sem justificar a atividade. Isto porque, para que uma ONGD seja oficializada não é necessária a publicação de estatutos, e sendo que a publicação é muito cara, é difícil encontrar uma ONGD local que tenha um registo administrativo. Ademais, não existe nenhum dispositivo de acompanhamento da evolução de uma ONGD, sendo portanto difícil perceber quantas são atualmente as ONGD locais efetivamente ativas no território.

Superando a parte legislativa, é importante também abrir um pequeno parêntese sobre a relação existente entre o Governo e as ONGD. Acontece muitas vezes que as relações não são pacíficas e que o Estado tem a tendência a identificar as ONGD como portadoras de uma ideologia de oposição. Esta sensação foi muito clara durante a entrevista com a ONGD 3. O Estado, em geral, se não é interpelado, não intervém nas situações e mantém uma certa distância das pesquisas das ONGD. Nos últimos anos, parece ser menos conservador, sobretudo nos temas dos direitos das mulheres (claramente importantes presentemente em termos de agenda política), mas em geral, a relação baseia-se numa indiferença geral.

Joanina Homerir (2005:45), tenta encontrar duas explicações para este facto. Segundo a autora, por um lado, existe uma vontade, na esfera do poder, de implementar uma política de difamação relativamente às ONGD que são suspeitas de por em causa uma posição governamental e, por outro lado, há uma reminiscência da concepção paternalista deixada pelo regime socialista, que reconhece de ter necessidades de parceiros mas unicamente se estes não puseram nada ou pouca coisa em causa.

Para alguns, existem efetivamente determinadas áreas que são de competência unicamente do Estado e portanto vêm o envolvimento das ONGD nestes assuntos como uma ingerência.

Quando se fala por exemplo de violência doméstica a relação com o Estado torna-se muito complicada pois que o próprio Estado a justifica como aspetos culturais tradicionais contra os quais não se pode andar (entrevista ONGD 3).

Em geral todavia a tendência das ONGD e Associações, no que respeita a esta matéria da violência doméstica em concreto, a atitude aquando da nossa entrevista, foi a de evitarem o assunto e contornar-lo, optando por falar dos seus outros projectos, dos resultados obtidos, ou na melhor das hipóteses tratando o assunto em maneira vaga e geral.

### **3.1. A natureza das ONGD locais moçambicanas**

Tinie van Eys (2002), analisando as ONGD em Moçambique afirma que os fundadores das ONGD moçambicanas, pertencem geralmente à classe média da sociedade. São estudantes universitários, técnicos de vários ramos ou funcionários de instituições estatais, e concentram-se nas zonas urbanas onde o estilo de vida é geralmente melhor (Tinie van Eys 2002: 149). Efectivamente a primeira Organização Não Governamental que entrevistámos (ONG 1), enquadra-se nestas linhas gerais: foi formada principalmente por intelectuais que tinham estudado e lutado pela libertação do país, a sede da organização é em Maputo e, apesar de alguns projetos terem sido desenvolvidos fora da capital, a maioria desenvolveu-se em zonas centrais e mais urbanizadas.

A ONGD 3, como vimos, apoiou-se na Universidade Mondlane e os seus operadores eram professores universitários. Parece portanto que apenas uma parte da população *iluminada* e com maior liberdade no campo político, conseguiu durante o período de política absolutista manter uma certa liberdade de pensamento conseguindo construir ONGD não oficiais.

Analisando as ONGD moçambicanas, a primeira característica que parece evidente é a incapacidade de especificação das mesmas. (Van Eys 2002:150). Estas ONGD, desenvolvem uma variedade de atividades, não se encontrando concentradas simplesmente num só assunto. Após a guerra, como vimos, estas organizações envolveram-se na reabilitação das infraestruturas sociais para se concentrarem mais tarde, como já referimos, nos projetos de desenvolvimento em várias áreas, como o micro crédito, a alfabetização, a gestão dos recursos naturais, etc.

Parece ser difícil encontrar uma Organização Não Governamental que se ocupe prevalentemente de uma só actividade. Terá isto a ver, como refere Hamerin (2005:37), com o facto de:

A estrutura financeira de uma grande maioria das ONGD não assenta numa base estável de fundos próprios ou de financiamentos regulares. Elas vivem na maioria das vezes dos fundos concedidos dos doadores para projetos específicos [...] as ONGD moçambicanas sofrem uma total dependência relativamente aos doadores. Essa situação induz alguns comportamentos comerciais da parte de alguma ONGD.

A grande dependência e fragilidade financeira não favorecem uma especialização sectorial. Muitas vezes acontece que as ONGD procuram dinheiro para fazer sobreviver a organização em vez de meios para implementar uma verdadeira estratégia de intervenção. Logo, para subsistir entre um projeto e outro, muitas ONGD adotam a solução de alargar o leque das suas atividades para garantirem o máximo de oportunidades de receber fundos.

O que é afirmado acima, não foi contudo evidente durante a pesquisa de campo. Com efeito, as organizações entrevistadas já referidas, tinham projetos específicos num determinado campo: uma no caso no desenvolvimento urbano, e outra, na defesa dos direitos das mulheres.

É verdade que cada ONGD, estas e as outras também entrevistadas, tinha vários projetos desenvolvidos na mesma área mas não foi identificado um comportamento comercial por parte destas ONGD.

A ONG 2, falando estratégias de sobrevivência economicamente afirmou:



Riusciamo a sopravvivere perché ci differenziamo in più campi è quindi abbiamo più finanziatori. Attraverso un determinato progetto cerchiamo di mettere più obiettivi, in questo modo possiamo trovare più finanziatori<sup>34</sup>.

Em geral, podemos dizer que, sendo as ONGD dependentes, pelo menos em parte, dos fundos dos doadores, o binómio que existe é bastante claro: mais projetos significam mais financiamentos.

A este propósito a ONG 4 afirmou que:

Sim é verdade, tem mais poder de influência, de angariar fundos... então de um lado crescer significa ter acesso a mais fundos por outro lado, um trabalho muito específico traz mais-valias e responde a necessidade se calhar mais esquecidas no campo do desenvolvimento. Não é um papel fácil, hoje em dia eu acho que há organizações grandes que estão conseguindo melhorar talvez não seu desempenho e os seus resultados na sua intervenções mas sim a imagem global, a encontrar mais financiamentos, conseguem trabalhar mais envolvendo uma componente de advocacia com componentes operacionais, uma das organizações que é sempre muito bem falada é Save The Children, mas algumas pessoas que conheço que colaboraram com Save The Children assumem algumas dúvidas sobre essa linearidade.

Os fundos vêm das agências internacionais e ONGD estrangeiras que têm as suas próprias agendas e prioridades e que são frequentemente influenciadas por assuntos sensíveis aos seus países de origem. E esse fato é um dado que merece a maior atenção (a tratar eventualmente num estudo posterior).

Na verdade, em declaração à *Newsweek Magazine*, o ex-director da Oxfam chama isto *economia moral*:

---

<sup>34</sup> Conseguimos sobreviver porque somos diferenciados em várias áreas, assim temos mais financiadores. Através de um determinado projeto tentamos definir um conjunto maior de objetivos, desta maneira encontramos mais financiadores.

«Call it the moral economy, if you like. There's a market for good works, and it's big business »<sup>35</sup> (Foroohar 2005).

Para que este mercado moral seja produtivo, as ONGD, através do anteriormente chamado *comportamento comercial* e dos mesmos meios informativos, modificam a realidade para torná-la mais *apetecível*, procurando conseguir a maioria de doações possível; ou como diz Polman (2009:39)<sup>36</sup> :

Le vittime sono universali e prive di tutto ciò che potrebbe respingere i donatori, come convinzioni politiche e passati poco limpidi. [...] per evitare che i donatori soffrano della sindrome del *deja vu*, spesso gli operatori umanitari e i giornalisti tendono a calcare la mano.

As vítimas de um país do terceiro mundo são portanto pessoas “irreais” do ponto de vista dos doadores, sem um passado e sem contradições, são identificadas apenas, como populações com necessidade de receber socorros. As ONGD, claramente para não perderem financiamentos, se não jogam diretamente, pelo menos não se retiram desta competição por orçamentos.

Superando o facto de que existem situações de emergência humanitária, como a eclosão de guerras, o princípio dos orçamentos é sempre o mesmo.

Sendo que as ONGD dependem das doações e sendo que as doações são voluntárias, o jogo da solidariedade é facilmente compreendido. Pensando num exemplo a uma pequena escala, o facto é que uma pessoa que tenha uma quantia de dinheiro para financiar uma *boa obra*, claramente dará a sua parte onde considerar que possam existir mais necessidades.

Desta forma, quanto mais amplos os projetos, quer sejam eles mais necessários, ou em maior número, maior orçamento é possível angariar. Temos de ter ainda em conta, que as Organizações internacionais financiadoras de projetos são influenciadas pela opinião pública, e esta é composta por todas as pessoas que querem fazer uma *boa obra* a favor dos países em vias de desenvolvimento. Segundo Van Eys (2002:150):

---

<sup>35</sup> Tradução: Chamem-lhe economia moral, se quiserem. Existe um mercado para as boas obras e este é um grande negócio.

<sup>36</sup> Tradução: As vítimas são universais e sem todo o que poderia repelir os doadores, como convicções políticas e passados não limpos [...] para evitar que os doadores sofram da síndrome do “*deja vu*”, muitas vezes os operadores humanitários e os jornalistas tendem a exagerar.

Os doadores dependem, por sua vez, do seu público que deve ser convencido da necessidade de continuar a disponibilizar, directamente ou através dos impostos, somas importantes para a ajuda ao desenvolvimento.

Por este motivo, durante a entrevista com a ex-directora de uma das ONGD do nosso estudo, à pergunta sobre os financiamentos, a uma resposta inicialmente muito vaga é seguida uma explicação bastante simples:

Existem diferentes fontes de orçamento para uma ONGD. O dinheiro pode chegar do Estado, através de órgãos internacionais como o Banco Mundial ou a União Europeia, secundariamente através doadores estrangeiros privados ou através de Estados doadores.  
Entrevista ONGD 1.

No caso desta ONGD, os financiamentos maiores provieram de uma organização holandesa privada que, devido à notoriedade da associação e ao seu trabalho bem desenvolvido no território moçambicano, deu praticamente carta-branca à ONGD, permitindo-lhe desenvolver os seus projetos de modo independente.

No caso da ONGD 3, a relação com os financiadores parece ser mais complicada. Se num primeiro momento os financiamentos provinham de uma única organização internacional, a DANIDA<sup>37</sup>, posteriormente a mudança de objetivos da última, constringiu a ONGD 3 a desagregar-se de uma estrutura regional e a dividir-se pelos vários países nos quais operava e portanto também a encontrar novos financiadores. Como foi afirmado durante a entrevista isto não foi um facto totalmente negativo dado que manter uma relação de financiamento apenas com um financiador pode ser muito limitativo e eventualmente arriscado.

O relacionamento entre as ONGD e os doadores como já vimos, acaba por ser uma contratação contínua: por um lado as ONGD querem ter a sua independência e por outro os financiadores querem monitorar os orçamentos. Os financiamentos não cobrem totalmente a despesa de um projeto, sendo que a ONGD tem de financiar uma parte, no caso de uma das ONGD entrevistadas em Maputo, a percentagem é em torno dos 20% a 25% o que não deixa de ser substancial.

---

<sup>37</sup> Danish International Development Agency. Uma ONGD que tem o papel de encontrar financiamento para outras ONGD que se ocupam principalmente de direitos humanos, democratização como por exemplo Medicos sem Fronteiras e Save the Children.

Durante a entrevista realizada, foi percebível que a reputação da ONGD lhe permitiu estar fora dos jogos dos financiamentos e portanto da publicidade e da vitimização das pessoas envolvidas nos projetos.

Em geral, podemos dizer que quer seja com a ONGD 3 quer sejam algumas das outras ONGD entrevistadas, quando se fala da possibilidade de serem influenciadas pelos doadores, estas admitem que existe a possibilidade mas que (obviamente), isso nunca aconteceu na própria organização.

Falando das relações entre os financiadores e as ONGD, temos de ter em conta um outro assunto, a relação que ocorre entre as várias ONGD. Segundo nos foi dado compreender, Entre as várias ONGD existe uma certa rivalidade dado que o dinheiro é sempre pouco e a primeira que chega consegue ganhar mais.

Contudo, a ONGD 3, por exemplo, não parece ser desta opinião, apesar de nos terem admitido que existem situações de rivalidade. Nesta instituição, contudo, afirma-se que sendo o país tão grande é difícil encontrar uma competição entre as ONGD, afirmando que, pelo contrário, existe uma certa cooperação entre elas, devido a uma mesma *forma mentis* (Brito 1995:81<sup>38</sup>).

Contrariamente a ONG 1 relativamente a algumas das perguntas que pusémos, respondeu:

- *Há uma inveja entre as ONG?*
- Exactamente.
- *Não há uma solidariedade?*
- Não, não há, há sempre uma certa competitividade.

---

<sup>38</sup> Faz parte do: Monteiro P. & Alexandrino, J. (1995) (coord.), *Organizações Não Governamentais: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Colecção Nosso Chão N°5, Centro de Estudos Africanos Eduardo Mondlane.

### 3.2. ONGD moçambicanas e a LINK

Outro aspecto importante a ter em conta quando se fala de uma ONGD nacional moçambicana é a tentativa por parte do Estado de criar uma rede de comunicação clara com as várias ONGD locais no território. Um dos fóruns mais famosos é a LINK (Fórum das ONGD do Moçambique) . Este fórum foi oficialmente constituído em 1993, a pedido do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e do Conselho Norueguês para os Refugiados, com o objetivo principal de ser uma *task force* para consultas regionais sobre os refugiados e também para ser o ponto de encontro e referência das ONGD moçambicanas.

Inicialmente, a maioria das ONGD que participaram na LINK eram maioritariamente estrangeiras, eram trinta e cinco (35) ONGD, contra a representação de apenas 7 locais.

O Fórum não foi interpretado como uma intromissão na vida das ONGD, pelo contrário, como vimos, muitas ONGD estrangeiras estavam disponíveis para se constituir também um suporte.

O primeiro projeto foi encorajar a cooperação regional entre as ONGD que trabalhavam com os moçambicanos refugiados nos países adjacentes e as ONGD que trabalham em Moçambique. Este objetivo foi muito importante porque era:

«The first opportunity for LINK to present itself as a viable channel of information and advocacy on NGO's concerns»  
<sup>39</sup>(Bennet 1995:78).

Desde o início, a LINK tentou uma clarificação entre as ONGD e as várias partes do governo, incluindo a RENAMO e não excluiu parceiros estrangeiros como a ONU. Este foi um factor muito importante porque permitiu à LINK ser uma voz autorizada durante o processo de paz de 1992.

---

<sup>39</sup> Tradução: A primeira oportunidade para o LINK se apresentar como um canal viável de informação e defesa no que diz respeito às ONGD.

Actualmente, a LINK congrega perto de 200 membros (Ngomane 2002), reagrupa 172 organizações nacionais e 51 internacionais, assim como uma dezena de observadores, tais como agências nacionais de desenvolvimento, ONGD internacionais ou agências da ONU (Homerin 2005:29).

Os seus maiores desafios são hoje o combate pela erradicação da pobreza; a luta contra o VIH/SIDA; assegurar um melhor ambiente jurídico para a actividade das ONGD; a redução da vulnerabilidade dos moçambicanos face aos desastres naturais e a promoção de uma gestão comunitária e sustentável do ambiente.

Ngomane (2002: 3) afirma que a LINK (...) “Pretende ser, nesta perspetiva, promotora, facilitadora e voz dos atores da sociedade civil, inventariando os anseios existentes e procurando provocar uma discussão nacional no quadro da agenda 2025. Para concretizar a Nova Plataforma da sociedade civil a LINK entende como sociedade civil as organizações populares, associações voluntárias, clubes, grupos de interesse ou auto ajuda, entidades religiosas, órgãos representativos das ONGD, fundações líderes espirituais, religiosos, sindicalistas e movimentos sociais que podem ser formais ou informais, mas que não fazem parte do Governo ou partidos políticos e não tem fins lucrativos.

Parece portanto que a existência deste fórum é um facto extremamente positivo, contudo, pelas entrevistas aplicadas às ONGD moçambicanas, ficámos com a ideia de que a perspetiva por parte delas parece ser diferente.

Uma das ONGD em concreto, não se referiu positivamente à LINK. Com efeito, nunca fez parte do fórum<sup>40</sup> e refere ainda que a LINK é uma plataforma utilizada oficialmente apenas para trocar informações, sendo na verdade facilmente controlável pelo governo e que, através do pretexto de transparência e abertura, quer passar informações ao Estado sobre os projetos e financiamentos das várias ONGD membros. A este propósito a ONG 1 refere:

«Há uma coisa chamada LINK é uma grande confusão, não vale a pena.»

---

<sup>40</sup> Dominic Luizzi, director executivo da KULIMA afirmou que existiam quatro ONGD relutantes à noção de coordenação: Progresso, ADC, AMDU e MULEIDE. Ver: Bennet, J. (1995). *Meeting needs. NGO coordination in practice*. London: Earthscan Publications LTD.

Analisemos então o artigo 8.º dos Estatutos da LINK de 30 Abril de 1996:

«Constituem deveres dos membros:

- a) Pagar a quota de membro até ao último dia de Março de cada ano;
- b) Exercer com dedicação os cargos dos órgãos para que forem eleitos;
- c) Observar o cumprimento dos Estatutos e das decisões dos órgãos da LINK;
- d) Fornecer informações gerais sobre planos, atividades, orçamentos e financiamentos, quando isso lhe for solicitado pelo Secretariado.»

Pode discutir-se a partir daqui a possibilidade do fórum LINK não ser suficientemente isento de modo a não permitir a ingerência do Estado.

Segundo Homerin (2005:29), globalmente estas redes são deficientes no seu papel de coordenadores de acções coletivas, ou de plataforma de circulação de informação. Se por vezes as redes desempenham o papel de “negociadores” na procura de financiamentos em benefício de uma associação membro, as razões da escolha do projeto e/ou da ONGD que suporta este último podem permanecer indefinidas.

Mas a desconfiança das ONGD moçambicanas entrevistadas não se limita a este fórum. Com efeito, foi confirmado, por parte de algumas delas, um acontecimento que remonta a alguns anos atrás e que teve a ver com um programa para financiar várias ONGD moçambicanas. Consta que, na altura, se criaram algumas ONGD fictícias, onde nalgumas delas se envolveram indivíduos ligados ao Estado. Estes testemunhos, levam a sublinhar a importância da falta de uma lei de conflito de interesses.

#### **4. As ONGD estrangeiras em Moçambique: Percursos históricos**

Throughout the 1980s, western donor commitment to funding NGOs was premised on the assumption that too much government power had been a major constraint to humanitarian intervention in Africa [...] Like Ethiopia and Sudan, Mozambique was to become a testing

ground for massive operation NGO relief programmes backed by significant Northern government and multilateral aid (Bennett 1995:70).<sup>41</sup>

Como vimos na introdução, o poder autoritário da FRELIMO durante a década 80 do século XX atingiu as ONGD estrangeiras e nacionais. Mas a diferença entre uma categoria e outra, na verdade, é muito significativa. Se as ONGD nacionais foram oficialmente aceites apenas depois da emanação da segunda Constituição de 1994, não podemos dizer o mesmo das ONGD estrangeiras.

Após a independência o país foi dirigido por um regime de partido único e por uma economia centralmente planificada e dirigida. O Estado e o partido foram os únicos intervenientes de vulto na vida política, económica e social do país. Enquanto o Estado assumia um papel de interveniente directo na economia, o Partido controlava e dirigia toda a participação associativa, o que não estimulou muito o surgimento livre e espontâneo de iniciativa auto-organizada da sociedade civil nos moldes do que hoje se chama de ONGD (Fumo 1995:57).<sup>42</sup>

De facto, a economia moçambicana, que já durante a década 70 do século XX, mais precisamente no início do ano de 1977, se começou a centralizar devido a alguns fenómenos naturais como uma forte seca e um choque petrolífero, permitiu às ONGD estrangeiras a entrada no território.

Por exemplo, a ONGD 2, uma organização italiana, teve os primeiros contactos com Moçambique através da ajuda de emergência aos refugiados do país no Zimbabué durante a guerra civil. A primeira aproximação foi sobre um campo de acção diferente da competência específica, sendo que a organização se ocupa principalmente de apoio ao desenvolvimento. Posteriormente, através dos contactos

---

<sup>41</sup> Durante 1980, os doadores ocidentais comprometeram-se a financiar as ONGD davam como suposto que fosse o poder governamental o problema maior nas intervenções humanitárias em África. Como a Etiópia e o Sudão, Moçambique tornava-se um lugar de experimentação para operações massivas.

<sup>42</sup> Faz parte: Monteiro P. & Alexandrino, J. (1995). *Organizações não governamentais: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Coleção Nosso Chão N°5, Centro de Estudos Africanos Eduardo Mondlane.



estabelecidos no território e do processo de paz, conseguiram entrar em Maputo e iniciar a colaboração com as ONGD locais para projetos de educação e desenvolvimento.

A importância das ONGD está no facto de serem canalizadoras de ajudas bilaterais e multilaterais. Por ajuda bilateral entende-se (...) «Aquela em que os governos doadores mobilizam os seus fundos de cooperação para o desenvolvimento directamente para os receptores da ajuda, sejam estes os governos dos países ou outras organizações» (Plataforma Portuguesa 2004:4).

Por ajuda multilateral (...) «Entende-se aquela em que os doadores remetem os fundos para organizações multilaterais, para que estas os utilizem no financiamento das suas actividades e do seu funcionamento. A gestão deste financiamento é feita pelos estados doadores, directamente» (Plataforma Portuguesa 2004:4).

Assim, as ONGD, através do seu trabalho e das características que as distinguem, conseguem ser um instrumento de desenvolvimento do Estado no qual operam. A reduzida burocracia, a relativa independência, os princípios humanitários e a flexibilidade permitem às ONGD serem atores de referência para os doadores externos e por isso serem os catalisadores das ajudas multilaterais e bilaterais. Em Moçambique, as ONGD estrangeiras foram importantes neste sentido, ou seja, como meio de canalização das ajudas externas, mas também devido às suas experiências foram fundamentais num outro aspeto. Estes atores eram protagonistas privilegiados da sociedade moçambicanas (pelas características agora enunciadas) e portanto conseguiram através da sua experiência apoiar o tecido cívico e as capacidades locais, como por exemplo as ONGD locais. Ademais, vista a incapacidade do Estado de intervir no território e os reduzidos recursos, as ONGD estrangeiras viram-se, num certo sentido, constringidas a pedir um apoio privado para obter resultados satisfatórios. Com efeito (...) «Nos anos 1989-90 as autoridades mostravam-se incapazes de coordenar e supervisionar a execução dos projetos de ajuda, por falta de qualificação, meios e por vezes vontade» (Armiño 1997:138).

Nesta altura, o peso social das medidas de reajustamento estrutural, a deterioração da vida dos moçambicanos, a exiguidade dos recursos do Estado e a não motivação do sector privado para investir em sectores não lucrativos, criaram ainda mais a necessidade para a organização da sociedade civil.

Este novo clima sociopolítico, aliado a experiências negativas de canalização de fundos através das estruturas governamentais fizeram surgir, entre doadores e ONGD estrangeiras, o desejo de encontrar outros parceiros para a canalização da ajuda e para o desenvolvimento de projetos e programas (Fumo 1995:58).<sup>43</sup>

Perante este facto, as ONGD estrangeiras começaram a contratar pessoal moçambicano para realização e acompanhamento de projetos, assumindo tarefas que anteriormente eram dos funcionários públicos. Oficialmente esta situação era inaceitável, do que a nível legal era proibido constituir associações privadas moçambicanas, mas no plano oficioso foi permitida uma colaboração entre ONGD estrangeiras e pessoal moçambicano desde que fosse tacitamente mantido o respeito pela legislação moçambicana.

Um dos exemplos desta atitude foi a substituição do apoio estatal no transporte de produtos. A incapacidade pública foi tão forte que as ONGD se viram obrigadas a contactar comerciantes privados para ganhar rapidez e diminuir as perdas (Armiño 1997:138).

As ONGD estrangeiras que operaram no território substituindo os canais oficiais, permitiram o nascimento das ONGD locais apesar de estas serem reconhecidas oficialmente apenas a partir de 1992, com a nova Constituição.

No final dos anos 80, a situação económica e, de seguida, a social começam a melhorar, devido também à adesão, em 1984, ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional.

Nesta altura, as ONGD de emergência são substituídas pelas de segunda geração, que principalmente se ocupam da saúde e agricultura.

---

<sup>43</sup> Faz parte: Monteiro P. & Alexandrino, J. (1995). *Organizações Não Governamentais: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Coleção Nosso Chão N°5, Centro de Estudos Africanos Eduardo Mondlane.

Nestes anos foi assinado também o Acordo de Paz entre a FRELIMO e a RENAMO, facto muito importante que permitiu a preparação de uma nova Constituição, baseada, como vimos, nos conceitos de Estado democrático e multipartidário. É portanto nesta altura que as ONGD nacionais são reconhecidas oficialmente.

Com as eleições democráticas de 1994, iniciou-se a terceira fase, a fase do desenvolvimento onde operaram as ONGD de terceira e quarta geração. É nesta altura que a colaboração entre as duas tipologias de ONGD, estrangeiras e nacionais, é oficializada e portanto mais produtiva.

Segundo Kulipossa (1993) a presença das ONGD estrangeiras no território moçambicanos foi justificada por motivos:

- De ordem política e económica em Moçambique
- De ordem política e económica nos países de proveniência destas organizações
- Humanitários
- Religiosos

Como já foi mencionado, parece existir um interesse político e económico por detrás das ONGD. Por um lado, o Estado moçambicano espera obter mais financiamentos e ajudas internacionais mostrando, pelo menos oficialmente, uma abertura às ONGD internacionais. Por outro lado, os doadores das ONGD internacionais têm uma linha política clara que muitas vezes desemboca num paternalismo (Kulipossa 1993:33-34).

Isto foi confirmado pela ONGD 2. Esta organização, falando da relação com o governo, confirmou que as relações são muito complicadas. Geralmente, o governo tende a não se intrometer e a manter indiferença, mas quando uma ONGD se demonstra *perigosa*, o Estado torna-se restritivo, sobretudo com as ONGD locais.

Tal significa concretamente para as ONGD locais, corte no financiamento, obstrução, pressão psicológica e até física através de complicações burocráticas, multas, etc.

No caso dos financiadores externos, é verdade que existem algumas linhas claras na política de cooperação. Esta organização (ONGD 2), que é fundamentalmente financiada pela UE, Ministério do Externo e NU, não tem uma grande dificuldade em

entender as linhas de pensamento destes financiadores dado que a nível macro as estratégias são claras.

É pois necessário um diálogo contínuo entre as ONGD e os financiadores, para tentar obter um compromisso entre as expectativas das organizações supranacionais e as ONGD. O diálogo existente traduz-se, muitas vezes, num jogo de forças onde a união de várias ONGD é a única solução para obter vantagem. Deixamos este discurso aberto dado que um aprofundamento, sem cair numa banalização, implicaria também uma nova dissertação.

#### **4.1. Os aspectos positivos e negativos das ONGD estrangeiras**

Como vimos no capítulo introdutório, as ONGD apresentam muitas virtudes na sua qualidade de actores híbridos entre as esferas privada e pública.

Em particular, é importante lembrar que:

- Maior proximidade ao cidadão: esta característica é mais evidente nas ONGD locais, que trabalham no próprio contexto social e têm uma sensibilidade e uma compreensão maiores.
- Maior agilidade e desburocratização: em Moçambique, as ONGD estrangeiras, mas também as nacionais, são menos submetidas à estrutura pública, se bem que em verdade sejam, por outros aspectos, mais influenciadas.
- Desenvolvimento mais profundo da cidadania: as ONGD nacionais e envolvem, ou pelo menos tentam envolver sempre a população, facto que implica um desenvolvimento flexível e diferente das potencialidades sociais. Diferente do tradicional.
- Valorização de soluções da própria comunidade: aspecto que claramente é o mais válido para as ONGD locais, porque é sempre mais fácil para uma ONGD nacional perceber os problemas do seu próprio Estado.
- Geração de emprego e renda: as ONGD conseguem criar, através os próprios projectos, lugares de trabalho e formar a população.

- Controle sobre o Estado: as ONGD, sobretudo as estrangeiras, através do poder de independência e a ressonância da sua comunicação, conseguem manter sobre o Estado um papel de controlo (Teodosio 2002:245).

A estas características positivas podem todavia associar-se outras controversas.

As intervenções das ONGD estrangeiras podem, por exemplo, constituir-se numa rede de apoio ou de suporte paralela à do Estado.

Queremos com isto dizer que em alguns casos podem acabar por se substituir ao próprio Estado no tocante à responsabilidade fundamentais, relativamente por exemplo à garantia de funcionamento determinado tipo de serviços básicos, no campo da saúde ou da educação, responsabilidades que teoricamente teriam de ser garantidos pelas instituições públicas.

Diz-nos Doeleman (1991:40), que muitas vezes: «[...] Os poderes locais são ultrapassados por doadores que determinam em que o seu dinheiro é gasto. Ou não se tem em conta as estruturas existentes, o que leva a que contentores cheios de comida apodreçam no cais.»

Um outro risco que acontece com as intervenções de ajuda externa, é a criação de uma dependência por parte do Estado relativamente às ONGD estrangeiras.

Um risco que pode surgir no âmbito da relação Estados ONGD, é o da incapacidade do Estado para organizar a multiplicidade de ONGD no seu território, facto que pode dar origem à dispersão e também a alguma incoerência no alcance de objetivos. Por outro lado, importa também frisar que nem todas as ONGD estrangeiras dispõem da competência necessária para desenvolver um projecto global e completo. Por exemplo, algumas ONGD podem ser especialistas no âmbito da emergência, mas encontrar-se posteriormente numa situação onde é necessário um perfil mais adequado para a reabilitação e desenvolvimento. Não sendo essa a sua vocação, pode por vezes acontecer que, o seu pessoal, muitas vezes jovem e inexperiente e sem um adequado conhecimento do país (De Armiño 1997), não tenha o perfil mais adequado para agir noutro contexto.

Não ter fundos próprios, significa para uma ONGD estrangeira, ser dependente dos contratos com os financiamentos externos e portanto não ter geralmente projetos a

longo prazo<sup>44</sup>. O período máximo de instalação de um projeto é de dois a três anos e muitas vezes a escassez de recursos financeiros não permite um planeamento adequado e uma correcta passagem de responsabilidade de gestão das ONGD estrangeiras às locais.

A falta de financiamento pode criar também uma rivalidade entre as várias ONGD. Lembrando o exemplo em Goma, (Polman 2009: 18) foi afirmado, falando das ONGD estrangeiras:

«Esserci in un símile evento umanitario, non è sufficiente. Bisogna far vedere di essere presenti per non farsi mettere in ombra dalla concorrenza: questo per le organizzazioni umanitarie è altrettanto, se non più importante.»<sup>45</sup>

Os financiamentos, como já vimos precedentemente, são também muito condicionados (relativamente às áreas de questões para onde são mais canalizados) pelas correntes da opinião pública - sobre as questões que esta valoriza - e por isso variam muito. Em sequência disso, as ONGD, têm de se adaptar e moldar constantemente o seu caminho para poderem continuar a aceder a financiamentos e a trabalhar.

«Se in un'area di crisi diversa ci sono più contratti di donatori, la carovana degli aiuti umanitari si sposta. Così, quando i donatori decisero di mutare destinazione ai loro finanziamenti, le organizzazioni umanitarie scambiarono le sofferenze del popolo della Sierra Leone nel 2001-2002 e del popolo afghano e dei campo profughi del Darfur nel 2004-2005 con i campi profughi dello tsunami. Anziché preoccuparsi del destino della popolazione locale dopo la fine di un contratto, le organizzazioni umanitarie sono costrette dal sistema dei contratti a preoccuparsi in primis del proprio futuro.»<sup>46</sup>  
(Polman 2009: p.35)

Para José Negrão (2003), um economista moçambicano e voz de referência nestas matérias, este é uns dos pontos mais negativos. Diz o autor:

---

<sup>44</sup> A ONGD 2 confirmou, por exemplo, que os seus projectos são geralmente de três anos.

<sup>45</sup> Tradução: Participar num tal evento humanitário não é suficiente. É preciso mostrar que se está presente para não ser posto na sombra da concorrência: isto para as Organizações Não Governamentais é igualmente importante, se não mais.

<sup>46</sup> Tradução: Se numa área de crise há mais contratos de doadores, a caravana das ajudas muda de lugar. Assim, quando os doadores decidiam mudar o destino dos seus financiamentos, as organizações humanitárias mudavam os sofrimentos da população da Serra Leoa em 2000-01 e do povo afegão e do campo de refugiados do Darfur em 2004-2005 para os campos de refugiados do tsunami. Em vez de se preocuparem com o destino da população local, depois do fim de um contrato as organizações humanitárias são constringidas pelos contratos a preocuparem-se *in primis* com o seu próprio futuro.

Os elevados custos encobertos e custos de transacção gastos nas sedes das organizações nos seus países de origem eram assustadores. Os salários è pagos nos países de origem, as viagens e ferias intercontinentais, as visitas de familiares, a habitação, o transporte e o combustível e a alimentação eram debitados as respectivas organizações, enquanto que às contrapartes nacionais tal não era permitido por não ser sustentável. O discurso da sustentabilidade, tal como muitos outros, era unilateral, revelando-se uma relação de poder desigual, o que levou a apelidá-las de “multinacionais da caridade” (Negrão 2003:3).

Como já foi referido, os doadores são influenciados pela opinião pública e esta, por sua vez, influência as ações com base nas informações obtidas através dos meios de comunicação. Este mecanismo engloba o mundo das ONGD, internacionais e locais: quanto mais um projeto resulta necessário e produtivo, mais financiamento obtém.

Considera-se que estes aspetos controversos relativamente às ONGD estrangeiras são devem a três causas principais:

- A debilidade do Estado em África, neste caso em Moçambique, no pós-guerra e a sua incapacidade de garantir serviços básicos;
- As acusações de corrupção e ineficácia contra o Estado, que empurram as ONGD a colaborarem mais no campo privado;
- A atitude das ONGD de prestar contas às suas sedes centrais, aos governos doadores e à opinião pública, sem contar diretamente com os governos dos países nos quais trabalham (De Armiño 1997:136).

Em Moçambique, certas políticas de ajuda externa, tiveram como efeito não a criação de uma rede de apoio paralela ao Estado, mas muitas vezes o enfraquecimento das próprias estruturas nacionais.

Um outro aspeto controverso a considerar encontra-se naquilo a que poderíamos chamar os relacionamentos ideológicos.

Quando uma ONGD estrangeira entra num território, leva consigo uma bagagem cultural muito diferente. A diferença de idioma é apenas a ponta do icebergue, considerando-se que a relação com as populações deve ser totalmente diferente.

Tomemos como exemplo, a conceção do tempo, do trabalho e mesmo das relações interpessoais.

As entrevistas que realizámos foram um exemplo flagrante desta diferença, que notámos sobretudo em aspetos muito concretos, como as dificuldades de marcação formal de entrevistas; os tempos de espera aquando da marcação das mesmas, etc. Na prática revelaram-se sempre muito mais eficazes os contatos conseguidos em situações informais do que os contatos que tentámos pela via formal.

Este discurso também é válido para argumentos mais importantes como, por exemplo, a conceção do trabalho.

A ONG 2 confirmou:

Lo shock culturale è enorme, siamo proprio due culture diverse. Per esempio con gli impegni lavorativi che non è quello europeo, la società mozambicana è virata su altre questioni che non sono certo la realizzazione professionale o l'assiduità nel lavoro perché ci sono degli obiettivi da raggiungere.<sup>47</sup>

Num discurso sobre desenvolvimento económico e social as ONGD estrangeiras não podem partir do princípio que os códigos sociolinguísticos de uma outra cultura, sejam idênticos aos seus de origem. Queremos com isto dizer que, no tocante, por exemplo, às questões e representações, ou se quisermos, entendimentos locais, sobre a ideia de trabalho, um campo em que notámos particulares diferenças, há que ter a consciência da necessidade de um reposicionamento perspetivista. Sem isso a comunicação e o trabalho em si, podem tornar-se questões difíceis, no sentido em que emissor e recetor, não conseguem comunicar.

O choque cultural pode ser enorme entre a cultura ocidental. Uma das organizações que entrevistámos, reconheceu as dificuldades neste campo e a necessidade de se ter a sensibilidade para estabelecer um ponto de encontro/ comunicação entre ONGD estrangeiras e as ONGD locais, quando as referências são tão diferentes. O modo de trabalhar é diferente; os ocidentais têm comportamentos de trabalho estranho a muitos moçambicanos para quem o trabalho não tem que ser sinónimo de realização

---

<sup>47</sup> O choque cultural é imenso, somos duas culturas diferentes. Por exemplos com os compromissos de trabalho que não é aquele europeu, a sociedade moçambicana é virada sobre outras questões que não são de certeza a realização profissional e a constância do trabalho porque existem objectivos para realizar.



profissional. Esta questão tem muitas facetas interessantes que poderiam ser conteúdo para outra dissertação, não cabem contudo na ambição da presente dissertação.

#### 4.2. As abordagens das ONGD estrangeiras com a sociedade local

Interessante é ver como no decurso das últimas épocas as abordagens dos projectos sociais mudaram de perspectiva, num confronto com a sociedade local.

**Tabela n° 3: Evolução das ONGD estrangeira em relação com a sociedade local.**

<b>Itens do projecto</b>	<b>Estratégia anterior</b>	<b>Estratégia actual</b>
Relação ONGD-comunidade	Assistencialismo/paternalismo	Parceria
Representações sobre método relacional: da ajuda à parceria	Comunidade / indivíduo dependente, incapaz e submisso	Activo, capaz e sujeito de processo
Soluções para o desenvolvimento da sociedade	Via de mão-única da ONGD para a comunidade	Via de mão-dupla entre ONGD e comunidade: cooperação
Sustentabilidade do projecto	Dependência permanente da ONGD	Projectos auto-sustentáveis no médio e longo prazo
Capacidade de intervenção das ONGD	Apenas corporações grandes e estatais	Grandes, médias e pequenas
Retornos para a ONGD	Restritos à imagem institucional e relações com a clientela	Ganhos externos e internos (produtividade/competitividade)

Fonte: Teodosio 2002:253

Como se pode ver na tabela, a concepção antiga de assistencialismo foi amplamente superada. Efetivamente, até à primeira metade do século XX, as ONGD que chegavam a um território eram marcadas por uma profunda piedade e por uma visão moralizante das massas trabalhadoras. Essa visão, consideramos, é possível notar ainda hoje (notamo-la durante a nossa permanência em Maputo), embora seja algo

muito discreto, muito tenuemente perceptível. Se anteriormente os projectos eram guiados pelas ideias de caridade e assistência, hoje tentam-se inserir abordagens nas quais os indivíduos ou populações a “auxiliar”, ou melhor, com quem se prevê a cooperação, sejam sujeitos ativos do processo, caminhando-se assim para a noção, presentemente mais procurada, de trabalho em parceria com a comunidade.

Isto foi claro também com a ONGD 2, que evidenciou como os projetos apresentados à UE ou a outros financiadores são planificados com as organizações locais. Esta ONGD parece portanto constituir-se como um instrumento de canalização dos financiamentos para a realização dos projetos locais.

Os projetos são claramente o resultado de uma colaboração entre a experiência internacional de cooperação da ONGD estrangeira e a experiência local das ONGD autóctones.

O conceito de Parceria hoje é ligado à ideia de que uma colaboração activa com a sociedade não só traria benefícios para a população, mas também poderia tornar a organização mais produtiva.

Os projetos são assim idealizados em conjunto com a comunidade, partilhando as ideias e as soluções. Desta forma, prevê-se que possa ser possível que os sujeitos auxiliados sejam capacitados para um dia poderem substituir um funcionário externo.

Presentemente considera-se que os objetivos oficiais das ONGD estrangeiras impliquem pois que se consiga ser um *input* para as ONGD locais e desenvolver o território.

Estes objetivos criam todavia um paradoxo, pois que se de facto uma ONGD trabalha para desenvolver uma realidade, em conseguindo o seu objetivo não terá mais trabalho.

Este paradoxo pode ser superado facilmente considerando-se que os objetivos a alcançar são tantos que é difícil que uma ONGD, que terminado um projeto, não possa encontrar um outro aspeto ou fenómeno, outra realidade carente de intervenção. Interessante todavia seria pesquisar quanto este paradoxo possa influenciar cada projeto e quanto uma ONGD se encontra disponível para deixar em total autonomia uma ONGD local.

#### **4.3. As ONGD estrangeiras e o Estado**

Um argumento que merece ser aprofundado, na análise das ONGD estrangeiras, é a sua relação com os governos, neste caso com o governo de Moçambique. Isto porque, além de todas as consequências, até agora analisadas, sobre as intervenções externas, é de facto a relação com o governo que determina de modo mais influente o sucesso de uma operação não governamental.

Como vimos, foi durante o período de 1987-90 que o número de ONGD estrangeiras aumentou vertiginosamente. Este aumento deveu-se à nova abertura política, onde parecia ser o Estado a promover este fenómeno. Segundo Bennet (1995: 18), esta abertura significou:

«First the government found it almost impossible to retain control over policy while security vital donor assistance; second, long term, low-profile development activities were increasingly out of favour as the government sought to attract more visible material inputs.»<sup>48</sup>

Podemos dizer que existe ainda nalgumas situações, segundo nos foi dado saber, por meio das entrevistas realizadas, alguma desconfiança relativamente às ONGD estrangeiras, que são vistas por muitos como uma ingerência ao aparelho social e, por outros, como um instrumento de atracção de dinheiro.

Enquanto as ONGD trabalharem seguindo a linha do poder político moçambicano, a relação funcionará, caso contrário, o Estado terá o poder de fazer impedimento às ONGD.

Isso foi confirmado por uma das ONGD entrevistadas:

A relação de parceira com o governo central não está muito aberta, governo central é o coração da nação mas este não tem nada a ver com o governo do país. Aqui acontece que o governo atento ao poder e as ONG tem que dizer sim, sim se querem ser registadas e aprovada, ao contrário nos anos 80 as ONG faziam o que queriam, claramente a maioria das ONG explicavam ao governos mas também os usos dos fundos e os seus resultados não eram suficientemente comunicados, agora que trabalhamos nos distritos as pessoas há muita mais

---

<sup>48</sup> Em primeiro lugar para o governo foi praticamente impossível manter um controlo sobre a política não obstante a assistência vital dos doadores, em segundo lugar, as actividades de desenvolvimento a LONGDo prazo perderam sempre mais o apoio em quanto o governo tentava de atrair o maior número de inputs possíveis.

abertura, são mais cientes dos problemas do território e aceitam mais facilmente a ajuda de uma ONG.

Com efeito, a nível legislativo, o Estado fixou os princípios que devem ser respeitados na celebração de acordos com as ONGD. Estes princípios não podem ser objeto de negociação entre o governo e as ONGD. Diz-nos Inácio (1995: 89)<sup>49</sup> que:

A lei 8/91 das associações, diploma que a partir do seu artigo 11 trata das ONGD sob a designação de associações de utilidade pública. O decreto procura definir melhor a natureza, o posicionamento, as regras de funcionamento, as isenções e outros benefícios que se julgam apropriados a sua condição de entidades humanitárias. As ONGD estrangeiras podem ser autorizadas a prosseguir os seus fins no território nacional, desde que estas não contrariem os princípios de ordem pública nacional o solicitem ao Governo, as citadas declarações.

Analisando de modo mais preciso o relacionamento entre estes dois atores as possibilidades de parcerias entre Estado ONGD geralmente são reduzidas a duas:

«A parceria com o Estado pode-se transformar em terciarização das políticas públicas, ou seja, o governo se desonera da execução de seus programas sociais, esperando que as organizações do Terceiro Sector solucionem todos os problemas comunitários. Ou então, o Estado, demonstrando pouca abertura a dialogar com os movimentos sociais, impõe regras, procedimentos, metodologias, etc., que deverão ser seguidos à risca pelo Terceiro Sector, perdendo-se as grandes possibilidades de crescimento mútuo e interação democrática com a sociedade.» (Teodosio 2002:247).

Esta situação foi-nos confirmada em todas as entrevistas. Se as ONGD nacionais se referiram principalmente a uma terciarização, as ONGD estrangeiras fizeram um discurso diferente. Relativamente às ONGD estrangeiras, o Estado interfere de modo

---

<sup>49</sup>Faz parte: Monteiro P. & Alexandrino, J. (1995). *Organizações Não Governamentais: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Coleção Nosso Chão N°5, Centro de Estudos Africanos Eduardo Mondlane.

forte, o que significa que, por exemplo, as ONGD a cada dois anos têm de pedir uma autorização para trabalhar, que pode não lhe ser concedida.

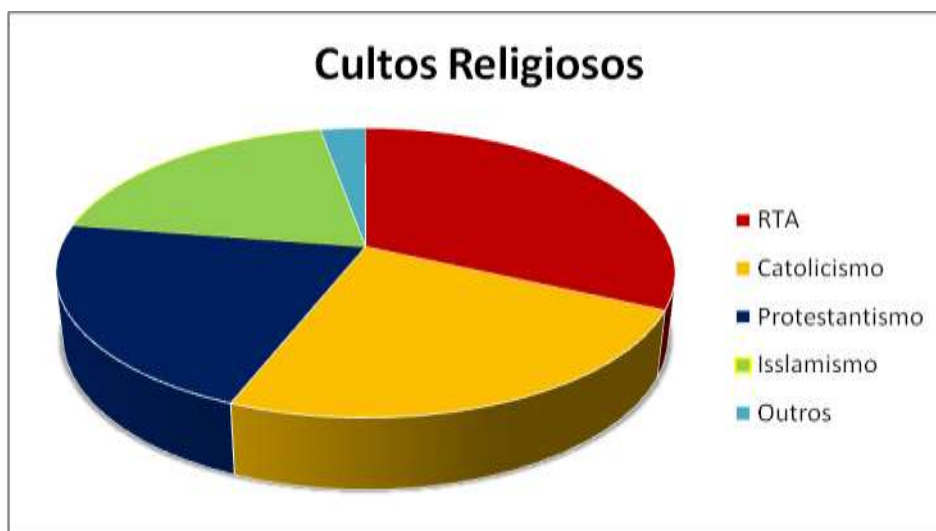
Tal significa que, se uma ONGD não segue os princípios políticos e sociais do Estado pode ser obrigada a sair do país. Oficialmente não existe nada de punível, dado que tudo é concernente a uma falta de legalização. Esta situação é conhecida na gíria por: 20-24, ou seja, 20 kg de bagagem e 24 horas para sair do país.

## 5. Moçambique e as ONGD religiosas.

Definir as Igrejas e as associações religiosas é muito complexo. Antes de mais, os organismos religiosos são múltiplos, não só são diferentes uns dos outros, mas também podem derivar de religiões diferentes e cultos diferentes.

Como vimos no início do capítulo, Moçambique é caracterizado por uma multiplicidade de cultos religiosos, que durante o período colonial e pós colonial se implantaram o território.

**Tabela n° 4: Os cultos religiosos em Moçambique**



Fonte: Direcção Nacional de Estatística

Para lá dos números, é importante ver que a religião católica tem um lugar muito importante na vida dos moçambicanos. Por RTA entende-se Religião Tradicional

Africana, ou seja, animista. Muitas vezes acontece que é difícil contudo determinar claramente a percentagem correta de moçambicanos católicos, animistas ou outros, daí que existam diferentes estatísticas.

No grupo da religião tradicional africana, que é uma expressão religiosa difusa na sociedade e portanto desprovida de uma organização institucional, é importante distingui-la das outras religiões que apresentam num aparato institucional que permite defini-las como organizações especificadamente religiosas.

Mais importante do que perceber a percentagem dos cultos difundidos em Moçambique, é perceber o que têm em comum as ONGD até agora analisadas e as associações religiosas. As ONGD nacionais e estrangeiras, tal como as associações religiosas pertencem todas ao terceiro sector.

Entende-se por terceiro sector uma variada gama de organizações que vão desde entidades sem fins lucrativos, instituições filantrópicas, fundações, projetos sociais ligados a empresas, entre outras, e tendo como destaque as chamadas ONGD (Carrion 2000).

Teodósio (2002: 243) tenta dar a este propósito alguns exemplos de organizações que pertencem ao terceiro sector:

- Associações comunitárias
- ONGD
- Instituições filantrópicas
- Fundações
- Igrejas e seitas
- Organizações sociais
- Projecto sociais desenvolvidos por empresas
- Sindicatos.

### **5.1. História da Igreja Católica na sua relação com o Estado de Moçambique: breve nota**

Importa antes de continuarmos, fazer aqui uma brevíssima referência ao historial da Igreja católica na sua ligação ao Estado em Moçambique. Note-se que neste país são várias as Igrejas que operam e a Igreja Católica jogou um papel muito importante no desenvolvimento da história deste país.

Durante a hegemonia portuguesa a atitude da Igreja foram contraditórias.

A Igreja, face ao colonialismo fascista, adotou oficialmente uma política de prudência. Os missionários, à exceção de um pequeno grupo, alinharam-se com a administração portuguesa.

«La tattica dei vescovi continuava in generale ad essere la stessa: ci vuole prudenza, non bisogna che i missionari facciano politica; specie gli italiani devono rimanere buoni perchè considerati più degli altri possibili nemici della pátria.<sup>50</sup>» (Tubaldo 1994:90).

Em 1975, Moçambique torna-se independente e a Igreja Católica, não obstante um pequeno grupo de arcebispos que recebeu um elogio de Samora Machel, foi considerada um inimigo do Estado. O novo Estado moçambicano era baseado numa ideologia marxista-leninista e teve por isso uma atitude totalmente crítica da religião. Por detrás desta ideologia existia segundo Mazula (1995:510) um raciocínio lógico:

O Estado toma ações que visam garanti-lo senão como único, pelo menos como o mais legítimo produtor de visões de mundo. A religião, que é acima de tudo uma produtora de visões de mundo vai sentir a sua liberdade de ação cerceada.

Este traduziu-se na nacionalização das estruturas religiosas, ou seja, na requisição de todos os edifícios eclesiásticos para os transformar em escolas, depósitos. Sucessivamente, em 1982, estes mecanismos começaram a mudar e a suavizar-se. Dois anos depois, foi instituída a Comissão de Paz e Reconciliação que levaram a um início de diálogo com a RENAMO. De facto, a situação era clara, só uma paz

---

<sup>50</sup> Tradução: a tática dos arcebispos continua em geral a ser a mesma: temos de ter prudência, não é necessário que os missionários façam política; sobretudo os italianos têm de ficar tranquilos porque são considerados mais dos outros inimigos da pátria.



duradoura era a solução de um desenvolvimento do país. A chegada do Papa a Moçambique em 1988 foi um outro sinal de relaxamento nas relações entre o Estado e a Igreja. Finalmente o ano da paz, 1992, com a intermediação da Comunidade de S. Egídio, viu uma total pacificação entre o poder eclesiástico e o poder moçambicano. As comunidades religiosas nesta circunstância foram fundamentais na educação cívica dos cidadãos e conduziram o povo moçambicano na difícil passagem para a paz. Oficialmente, neste âmbito, a comunidade eclesiástica ficou fora de um posicionamento público e político. A linha geral foi a de puxar as pessoas à votação, dado o seu valor fundamental para ser um cidadão ativo e participativo, sem dar sugestões sobre a escolha dos partidos (Brazão 1995:512).

## **5.2. O caso específico: Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora em Namaacha**

O Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora fica na Namaacha que é uma vila que dista duas horas de carro de Maputo. Aqui se pode encontrar a comunidade das Irmãs Salesianas que trabalham para educar, formar pessoal e profissionalmente os meninos moçambicanos. A sua estrutura é formada por um colégio, uma padaria, um infantário e uma Casa Lar, residência das Irmãs em formação. O colégio acolhe as meninas abandonadas, a escola de infância está aberta a todos os meninos de Namaacha e de lugares próximos da aldeia, acolhendo 120 meninos. Existe também uma horta que permite a autossustentação.

Em 1952, as Irmãs Salesianas chegam a Moçambique. Começam a trabalhar em Cabo Delgado, Namaacha e Tete. Em 1975, dá-se a independência e a situação não era fácil dado que o governo, que se tinha declarado de ideologia marxista-leninista, contrasta abertamente qualquer expressão religiosa. Como vimos, nesta altura todos os institutos foram nacionalizados e portanto as irmãs inicialmente continuaram a trabalhar como funcionárias estatais. Posteriormente foram intimadas a deixar o país mas, se num primeiro momento tentaram opor resistência, no final do ano de 1975 a situação começou a agravar-se. As Irmãs deixaram o Instituto de Namaacha para

ficar na Casa Lar sem possibilidade de praticar qualquer ato religioso nem de dar educação às crianças. Depois de instituída a paz, mais precisamente em 1995, o Colégio foi devolvido às Irmãs totalmente destruído. Com os financiamentos da Comunidade Europeia, de algumas ONGD espanholas e de ofertas livres, as Irmãs conseguiram, ao longo dos anos, reestruturar o edifício e abri-lo novamente aos jovens. Nos últimos anos, a comunidade alemã ofereceu um forno para constituir uma padaria e também um padeiro para ensinar este trabalho. Desta forma, o instituto pode ter um autofinanciamento.

Retomando em consideração a análise de Clark (2003) sobre a relação entre ONGD e Estado, citada no primeiro capítulo, é interessante ver se pode ser aplicada ao caso moçambicano. Clark simplificava esta relação em três categorias: a primeira era baseada sobre uma relação de dependência seja a nível económico que ideológico, onde o sujeito que suporta tudo é a ONGD. Na segunda categoria em vez as ONGD e o governo não conseguem encontrar um ponto em comum; em fim a terceira é uma relação baseada sobre a livre democracia onde o debate resulta livre e energético dando uma paridade por ambos os atores.

Claramente esta esquematização é simplificadora e em Moçambique é impossível encontrar uma situação que seja idêntica a uma destas três opções. Mas analisando todas as entrevistas e os dados recolhidos e a literatura concernente ao território moçambicano e à sua política em relação às ONGD, o quadro que resulta parece ser bastante limpo.

Em Moçambique, sobretudo nos últimos anos, existe uma multidão de ONGD, estrangeiras, nacionais, religiosas e laicas, que operam no campo do desenvolvimento.

No esquema de Clark, anteriormente referido (1993:2) podemos posicionar a relação do estado moçambicano com as ONGD entrevistadas no meio entre o primeiro e o terceiro ponto.

Não obstante os nossos entrevistados estivessem mais interessados em valorizar as dificuldades no relacionamento com o governo do que os próprios compromissos, por exemplo com os financiadores, parece que as ONGD estão preparadas para um

diálogo com o governo. Isto foi percebido durante as entrevistas onde muitas vezes as coisas não ditas são as mais importantes.

Com a ONGD religiosa o discurso parece-me diferente. Se no passado a relação com o governo foi muito complicada e praticar a vida religiosa era não só impossível mas também perigoso, agora a sensação é de recíproco respeito. A ONGD religiosa pode trabalhar tranquilamente sem pressões nem influencias, por um lado para o respeito da autoridade católica, por outro, porque a nível prático a ONGD ocupa-se de problemas sociais como a educação de órfãos, resolvendo situações que implicariam despesas não indiferentes ao Estado.

Concluindo, esta experiência em Moçambique, além das iniciais dificuldades, mostrou-me um mundo não muito diferente daquele ocidental.

As ONGD resultaram mais preparadas para o diálogo com o Estado moçambicano e menos inocentes do que acreditava. Isso todavia não significa que não conseguem fazer um ótimo trabalho no território. O jogo de poderes e influências existe em Moçambique, como noutro país qualquer e os jogadores parecem manter-se a um nível paritário.

## **Conclusões**

O fenómeno das ONGD é difícil de examinar na sua complexidade. Como vimos no primeiro capítulo existe uma vasta gama de definições e de abordagens de análise. Este facto é todavia positivo, porque se por um lado não permite uma teoria unívoca e clara, por o outro é coerente com a própria natureza das mesmas ONGD.

No contexto moçambicano, as ONGD (moçambicanas), foram oficializadas só depois da constituição em 1994. As estrangeiras por sua vez, já tinham sido oficializadas em 1984.

No que concerne às ONGD religiosas, estas tiveram por muitos anos uma relação pouco pacífica com o governo. Com efeito durante o período socialista não era permitida nenhuma manifestação de religiosidade e portanto as instituições católicas foram proibidas.

Posteriormente, com a abertura ao mundo ocidental e o conseqüente afastamento da ideologia socialista, as ONGD religiosas foram admitidas e iniciaram a operar no território.

Partimos para este nosso estudo com o objetivo de realizar trabalho de campo em Moçambique e para, a partir dele se obter informações sobre a dependência das ONGD relativamente aos financiamentos. Nomeadamente no tocante aos compromissos que estas estavam dispostas a assumir para poderem ser financiadas. Todavia, as entrevistas realizada no campo não permitiram tirar conclusões muito claras sobre o assunto, pois que o tema, sendo muito delicado, foi em regra francamente evitado pelos entrevistados, que nos deram sobre a questão, respostas sempre genéricas e superficiais.

Isso aconteceu provavelmente porque as próprias ONGD não queriam enfrentar um tema tão sensível.

Talvez se tivesse tido mais tempo no terreno e portanto mais oportunidade por um lado, de ter informações através de outras fontes, e se aprofundar as entrevistas com estas e outras ONGD, criando uma relação de maior confiança, por exemplo, os resultados poderiam ter sido diferentes. Permanecer mais no terreno, talvez pudesse ter implicado a apreensão de mais informação, também a partir de outras leituras, da

consulta de outra documentação, como por exemplo jornais, assim como conhecer mais pessoas, informantes mais ou menos qualificados com quem pudesse alargar conversas e observação. Deste modo, a partir das seis entrevistas feitas consideramos não termos conseguido obter informação sólida e passível de generalização, sobre a relação que existe entre as ONGD e os financiadores.

Apesar dessa dificuldade o que pudemos notar foi que, pelo contrário, das entrevistas e conversas havidas, acabou por emergir um outro assunto. Na verdade podemos concluir que se as ONGD entrevistadas não foram muito disponíveis no tocante à cedência de informação sobre os doadores, os modos e as fórmulas de financiamento, foram contudo bastante abertas a falar do relacionamento com o governo.

Desta forma nos foi dado conhecer que os obstáculos que as ONGD encontram no estabelecimento de pontes com o governo, são de ordem prevalentemente burocrática.

A constituição moçambicana, como vimos, não reconhece as ONGD como sujeito jurídico, mas reconhece-as na categoria de associações, comparando-as assim com uma qualquer organização com fins de lucros. Isto é importante, também facilitador, mas significa também que não existe uma verdadeira legislação que possa proteger as ONGD das influências ou pressões externas.

A nível prático significa por exemplo que uma ONGD estrangeira tem que, cada dois anos, obter uma autorização para trabalhar em Moçambique. Por seu turno, a burocracia é muito lenta facto que concorre para que a maiorias das ONGD, possa trabalhar por algum tempo no território, sem estatuto legalizado correndo por isso o risco de “serem fechadas”, de se verem impedidas de agir e continuar o seu trabalho, caso resultem pouco cómodas ou mesmo incómodas ao governo. O poder político consegue portanto, por meio da utilização de uma falta burocrática, manter um poder não desprezível sobre as ONGD estrangeiras.

Em entrevista às ONGD locais moçambicanas vemos um discurso diferente.

Uma vez que em Moçambique não existe uma lei sobre os conflitos de interesses, pode acontecer que um funcionário público, que trabalhe no contexto público, como o governo por exemplo, possa trabalhar contemporaneamente no setor privado, como

uma ONGD. Isso implica que os interesses governamentais vão misturar-se com os não lucrativos.

A ONGD religiosa entrevistada, por seu turno falou-nos, para além dum passado dificultado na relação com o governo - devido a uma política socialista que não admitia qualquer tipo de religião - uma relação baseada sobre um respeito recíproco.

Ao tema das ONGD são interligados muitas temáticas interessantes e algumas destas não puderam deixar de ser afluídas durante e redacção desta dissertação. Durante o trabalho de pesquisa demo-nos conta das diferenças relativamente às situações de choque cultural entre os agentes das ONGD europeias e americanas, sobretudo, a moçambicana. As ONGD estrangeiras que se encontravam a trabalhar com ONGD locais, muitas vezes tiveram dificuldade de comunicação um vez que o contexto de valores de partida era diferente. Analisando depois a relação entre uma ONGD estrangeira e uma local surgiu-nos uma pergunta: sendo que os objectivos das ONGD estrangeiras são de cooperação para o desenvolvimento de um povo a realização destes objectivos implicará no futuro também a retirada do campo destas mesmas ONGD estrangeiras. Então aqui deparamo-nos com um paradoxo pois que, se por um lado as ONGD estrangeiras devem concorrer para o desenvolvimento no território de atuação, em conjunto com as suas congéneres locais, paralelamente têm interesse em perpetuar os próprios projecto no território. Assim, permitimo-nos questionar, até que ponto os interesses próprios das ONGD estrangeiras estão podem ou não entrar em conflito com a necessidade de cooperação para o desenvolvimento?

Todas estas questões implicam uma certa cautela e certamente um trabalho de campo mais preparado, mais aprofundado e um tempo de estadia no terreno mais alargado.

## **Bibliografia**

1. Afonso, M. M. & Fernandes, A. P. (2005). *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr.
2. Almedina, S. V. (2004). *Legislação económica de Moçambique*. Fim de Século: Coimbra.
3. Alves, J. A. & Correia F. A. (1998). *500 Anos de evangelização em Moçambique*. Maputo: Livraria A.I. Braga.
4. Alves, M. I. (1996). *As ONGD na política comunitária de Cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.
5. Alves, P. I. M. (1996). *As ONGD na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: CIDAC.
6. Arecchi, A. (1996). *Mozambico. Collana Paesi d' Africa*, Indiana University: CESVI.
7. Arias, L. (1966). *A transformação das relações internacionais no século XX*. Lisboa: [s.n.]
8. Baritussio, A. (1997). *Mozambico, 50 anni di presenza dei missionari comboniani*. Bologna: Emi editore.
9. Baur, J. (1998). *Storia del cristianesimo in Africa*. Bologna: EMI.
10. Bennet, J. (1995). *Meeting needs. NGO coordination in practice*. London: Earthscan Publications LTD.
11. Benot, I. (1976). *Ideologie dell'indipendenza africana*. Roma: Editori Riuniti.
12. Borges, A. (1992). *Cristianismo: politica e mistica*. Porto: Edições ASA.
13. Brasão, M. (1995). *Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Patrocinado pela Embaixada dos Países Baixos.
14. Bussotti, L. & Severino, N. (2006). *Il post colonialismo nell'Africa lusofona, il Mozambico contemporaneo. O pós-colonialismo na África lusófono, o Moçambique contemporâneo*. Torino: L'Armattam Italia.
15. Carbone, G. (2005). *L'Africa. Gli stati, la politica, i conflitti*. Bologna: il Mulino.
16. Cesaretti, M., De Azevedo, J. & Invernizzi, A. (1990). *Mozambico, un'esperienza di cooperazione*. Milano: CLESAV.
17. Chambule, A. (2000). *Organização administrativa de Moçambique*. Maputo: CIEDIMA.

18. Cirulli, S. (1999). *Mozambico, elementi sintetici di storia, economia, ambiente e cultura*. Roma: ISCOS-CISL.
19. Cirulli, S. (1999). *Mozambico. Elementi sintetici di storia, economia, ambiente e cultura*. Roma: Iscos-Cisl
20. De Armino, P. K. (1997). *Guia da reabilitação pós-guerra. O processo de Moçambique e a contribuição das ONGD*. Traduzido por João José Fernandes. Bilbao: Edição Hegoa.
21. Doeleman, E.(1991). *Não se pode parar o vento com as mãos. As mudanças em Moçambique*. Amesterdão: Edição da Fundação Eduardo Mondlane.
22. Eco, U. ( 2011). *Come si fa una tesi di laurea. Le materie umanistiche*. Milano: Bompiani.
23. Fazzini, G. (1990). *Protagonisti dello sviluppo: Mozambico e Guinea, due progetti di cooperazione Iscos Cisl*. Roma: Edizioni Lavoro.
24. Fernandes, P. A. (2004). *Cooperação para o desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marques de Valle Flor.
25. Ferreira, L. C. (1993). *Igreja Católica em Moçambique: que caminho?* Maputo: Edições paulistas.
26. Francisco, A. Et altri. (2008). *Índice da sociedade civil em Moçambique 2007*. FDC, Fundação para o desenvolvimento da comunidade: Maputo.
27. Franzelli, G. (2004). *Mondo comboniano*. Bologna: EMI.
28. Frias, S. (2008). *Etnografia & emoções*. Lisboa: ISCSP.
29. Geffray, C. *A causa das armas*. Edições afrontamentos: Indiana University.
30. Ghiglione, R. & Matalon, B. (1995). *O inquérito. Teoria e prática*. Oeiras: CELTA editora.
31. Gonçalves, M. H. (1958). *Roteiro do ultramar*. Lisboa: [s.n.]
32. Graça, B. P. (2005). *A construção da nação em África: ambivalência cultural de Moçambique*. Coimbra.
33. Guazzo, F. et altri (2010). *Mozambico, un nuovo antico paese*. Polaris, guide per viaggiare: Firenze.
34. Hasting, A. (1979). *A history of African Christianity, 1950-1975*. Cambridge University Press: London.



35. Homerin, J. (2005). *As organizações da sociedade civil em Moçambique: actores em movimento*. Maputo: Ambassade de France au Mozambique service de coopération et d'action culturelle.
36. Kassotche, F. D. (1999). *Globalização: Receios dos países em via de desenvolvimento. Reflexões sobre o caso do Moçambique*. Maputo: Instituto Superior de Relações Internacionais.
37. *Les ONGD en lusophonie. Terrains et débats*. (2002). Paris : Kartala.
38. Marchisio, S. (1985). *Le organizzazioni non governative internazionali e la cooperazione allo sviluppo*. Roma: Fratelli Palombi.
39. Mondlane, E. (1995). *Lutar por Moçambique*. Maputo: Nosso Chão.
40. Monteiro P. & Alexandrino, J. (1995). *Organizações não governamentais: faces e contra faces na identidade civil moçambicana*. Maputo: Colecção Nosso Chão N°5, Centro de Estudos Africanos Eduardo Mondlane.
41. Mosca, J. (2005). *Economia de Moçambique*. Lisboa: Instituto Piaget.
42. Novati, G. C. & Valsecchi, P. (2007). *Africa: la storia ritrovata. Dalle prime forma politiche alle indipendenze nazionali*. Roma: Carrocci editore.
43. Oppenheimer, J. & Carvalho, L. F. (1998). *Desenvolvimento económico e democracia política no contexto do ajustamento estrutural em África*. Documento de trabalho n°48. Lisboa: CESA.
44. Passerini, L. (1970). *Colonialismo portoghese e lotta di liberazione del Mozambico*. Torino: Giulio Einaudi.
45. Passerini, L. (1970). *Colonialismo portoghese e lotta di liberazione del Mozambico*. Torino: Einaudi.
46. Peressini, O. (1980). *Mozambico, una chiesa fra marxisti*. Bologna: Editrice missionaria italiana.
47. Polman, L. (2009). *L'industria della solidarietà. Aiuti umanitari nelle zone di guerra*. Milano: Mondadori.
48. Ribeiro, M. (1995). *O potencial das organizações não governamentais portuguesas de desenvolvimento (ONGD)*. Lisboa: CIDAC.
49. Romão, A. (1985). *Ajuda pública ao desenvolvimento em África*. Lisboa: Centro de Estudos Economia e Sociedade.
50. Romão, A. et altri. (1998). *Moçambique, um país de futuro*. Lisboa: ISCSP.

51. Santos, B. S. (1997). *Pela mão de Alice, o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento.
52. Santos, S. B. & Trindade, J. C. (2003). *Conflito e transformação social: uma paisagem das justiças em Moçambique*. Porto: Afrontamento.
53. Saraiva, J. (2001). *Relações internacionais: dois séculos de história*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais.
54. Scuccato, R. (2006). *La deviazione di rotta. Memorie dal Mozambico (1979-1994)*. Torino: L'Harmattan Italia.
55. Shrum, W. (2000). Science and story in development: the emergence of non-governmental organizations in agricultural research. *Social studies of science*, vol. 30, n°1, p. 95-124.
56. Sundkler, B. & Steed, C. (2000). *A history of the church in Africa*. Cambridge University Press.
57. Tubaldo, I. (1994). *Una chiesa su strade difficili, Mozambico fra passato e futuro*. Bologna: Emi editore.
58. Valler, V. (1998). In *Africa com Francesco D'Assisi. 50 anni dei capuccini di Trento in Mozambico*. Bologna: EMI.
59. Vieira, C. J. (1996). *Acção das organizações internacionais para a África, em particular para as ex-colónias portuguesas em África*. Roma: O.I.A.
60. Vieira, J. (1996). *Acção das organizações internacionais para a África, em particular para as ex-colónias portuguesas em África*. Roma: O.I.A.
61. Willetts, P. (2011). *Non-Governmental Organizations in World Politics: The Construction of Global Governance*. London: Routledge, Global Institutions Series.
62. Wilson, G. (1981). *Le rôle des organisations non gouvernementales dans l'aide aux pays les moins avancés Bulletin de liaison = Liaison bulletin*. Paris: Centre de développement de l'OCDE.

Artigos:

1. Aubrey, W. (1990). A growing role of NGO in development. *Finance & Development, 1*.
2. Baptista, A. (2004). Relação das ONGD com os média e a opinião pública. INDE.
3. Benvenuti, P.(1981). Organizzazioni internazionali non governative. *Enciclopedia del diritto. Enciclopedia del diritto, XXXI*. Milano.
4. Bowen, M. L. (1992). Beyond reform: adjustment and political power in contemporary Mozambique. *The Journal of Modern African studies, 30*, 255-279.
5. Brown, D. (1992). NONGDovernmental organization as development catalyst. *Institute for development research, 9*, 1-8.
6. Carrion, R. M. (2000). Organizações privadas sem fins lucrativos, a participação do Mercado no terceiro setor. *Tempo Social*. São Paulo. 237-255
7. Clark, J. (1993). The state and the voluntary sector. *Human resources development end operations policy. The World Bank*, 1-22.
8. Elliot, C. (1987). Some aspect of the relations between the North and south in the Ngo sector. *World development* p.57-68
9. Eys, T.V. (2002). Solidariedade com os pobres ou comercio no mercado do desenvolvimento ? As organizações não governamentais em Moçambique. *Lusotopie*, 145-159.
10. Foroohar, R. (2005). Where the money is. *Newsweek Magazine*. (<http://www.thedailybeast.com/newsweek/2005/09/04/where-the-money-is.html>).
11. Gourevitch, P. (2010). Il lato oscuro degli aiuti. *Internazionale*, 876, 40-47.
12. Korten, D. (1987).Third generation NGO strategies: a key to people-centered development *World development, 15 supplement*, 145-159.
13. Kulipossa, F. P. Relatório dos debates do Grupo de trabalho I.(1993) *O papel das cidades no desenvolvimento do país*.

- Maputo/Moçambique. Woodrow Wilson International Center for Scholars. Comparative Urban Studies Project, 19-20.*
14. Landim, L.(1998/2002). Experiencia militante. Historia das assim chamadas ONGD. *Lusotopie*, 215-239.
  15. Marazziti, M. (2012). Successi e insuccessi del método mozambicano. *Nigrizia, luglio-agosto 2012*, 20-23.
  16. Negrão, J. (2003). A propósito das relações entre as ONGD do Norte e a sociedade civil moçambicana. ONGD's do norte e a sociedade civil de Moçambique. Artigo apresentado no curso de formação: *a globalização alternativa e as Organizações Não Governamentais do Espaço de Língua Oficial Portuguesa*. Coimbra: CES.
  17. Ngomane, B. (2002). A realidade das organizações não governamentais moçambicanas. *Fórum DC, Desenvolvimento e Cooperação, Outubro-Dezembro 2002*, 17-19.
  18. Palagi, G. (2012). Un paese in svendita. *Nigrizia, luglio-agosto 2012*, 16-19.
  19. Ribeiro, M. & Marques, S. (2002). Uma leitura das ONGD portuguesas no início do século XXI: trajectória e dinâmicas. *Lusotopie*, 131-143.
  20. Ron, J. Ramos, H. & Rodgers, K. (2005). Transnational Information Politics: NGO Human Rights Reporting, 1986-2000. *International Studies Quarterly*, 49,557-587
  21. Sufiante, I. (1990). Sistema de coordenação da cooperação com as ONGD's. *Ciclo de palestras*. Maputo.
  22. Teodósio, A. S. (2002). Pensar pelo avesso do terceiro setor. Mitos, dilemas e perspectivas da ação social organizada nas política sociais. *Lusotopie*, 241-262.
  23. Varma, R. (2003). E.F. Changing the paradigm of bigger is better. *Bulletin of Science. Technology & Society*, 23, 1-9.
  24. West, H. (2001). Sorcery of Construction and Socialist Modernization: Ways of Understanding Power in Postcolonial Mozambique. *American Ethnologist*, 28, 119-150.

25. West, H. G. & Jenson S. K. (1999). Betwixt and between: 'Traditional Authority' and Democratic Decentralization in Post-War Mozambique. *African Affairs*, 98, 455-484.

Outras fontes:

- (1979). *La Iglesia en Mozambique hoy: entre el colonialismo y la revolución*. Madrid: IEPALA.
- (2011). *Non-Governmental Organizations in World Politics: The Construction of Global Governance*. London: Routledge, Global Institutions Series
- Bastos, F. L. (2007). O direito internacional na constituição moçambicana de 2004. Maputo. Texto apresentado para uma Conferencia na Universidade Eduardo Mondlane em 9 Outubro 2007.
- Carta das ONGD europeias, princípios básicos do desenvolvimento da ajuda humanitária das ONGD da União Europeia. ([http://www.plataformaONGD.pt/conteudos/File/Plataforma/Carta\\_da\\_s\\_ONGD\\_europeias.pdf](http://www.plataformaONGD.pt/conteudos/File/Plataforma/Carta_da_s_ONGD_europeias.pdf) )
- CIP, Centro de integridade pública. (2008). Legislação anti-corrupção em Moçambique. ([http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C34\\_Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Anti-Corrupt%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mo%C3%A7ambique%20-%20Relat%C3%B3rio%20do%20CIP.pdf](http://www.cip.org.mz/cipdoc%5C34_Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Anti-Corrupt%C3%A7%C3%A3o%20em%20Mo%C3%A7ambique%20-%20Relat%C3%B3rio%20do%20CIP.pdf))
- Coelho, V.A. (2004). *Cooperação descentralizada e participativa entre Portugal e Moçambique: o exemplo do município da Matola*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional: Lisboa.
- Constituição da Republica de 1990. (<http://www.resdal.org/Archivo/d000009e.htm>)
- Constituição da Republica de 2004.
- Convenzione europea dul riconoscimento della personaòlità giuridica delle organizzazioni internazionali non governative, conclusída a Strasburgo 24 abril 1986. (<http://www.admin.ch/ch/i/rs/i1/0.192.111.it.pdf> )

- Estatuto da LINK de 30 Abril 1996.
- II Conferencia das ONGD. Desenvolvimento participativo e democracia. 1994 Bissau: Edição CIDAC.
- Dionísio, S. P.(1998). *O papel das organizações não governamental do desenvolvimento de Moçambique: estudo em províncias seleccionadas*. Tese de Mestrado em Economia Internacional: Lisboa, universidade técnica de Lisboa.
- INE, 2006, *As instituições sem fins lucrativos em Moçambique: Resultado do Primeiro Censo Nacional (2004-2005)*, Maputo
- Kozłowski, J. A. (1982). Les organisations non-gouvernementales acteurs du développement. Genève: présenté en juillet 1982 à la Conférence mondiale pour le 25<sup>o</sup> anniversaire de la Société internationale pour le développement (SID), tenue à Baltimore (Etats-Unis)
- Link- Forum de ONGD, Estatutos. 1996 Maputo.
- Ministério da Cooperação, Departamento de documentação não governamentais. (1993). *Directório de ONGD que operam em Moçambique*.
- Mozambico, vent'anni di pace. Fem Magazine, mondo, donna, missione. 2012, 78-n°11.
- PNUD 2003. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Ramusino, C. M. (2008). *Storia del Mozambico contemporaneo: l'esperienza di cooperazione tra Concorezzo e Nampula*. Tese de mestrado em Ciência Política, Itália.
- Rebola, E. C. C. (2004). *Funcionamento e sustentabilidade das organizações não governamentais para o desenvolvimento, em Portugal*. Tese de mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional. Lisboa
- Vilanculos, M. C. (2011). *O papel das Organizações Não Governamentais cristãs no desenvolvimento de Moçambique. O caso do Sul do Save, 1992-2010*. Tese de Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional: Lisboa.

- Webber, E. il ruolo delle organizzazioni non governative nei trattati dei diritti dell'uomo. Tese de mestrado em Giurisprudenza: Trento, Italia.

Site:

<http://www.ipad.mne.gov.pt/> ultima data de acesso: 2012-11-23

<http://www.plataformaONGD.pt/ONGD.aspx> ultima data de acesso: 2012-11-28

<http://unipd-centrodirittiumani.it/> ultima data de acesso: 2013-3-3

<http://www.un.org/> ultima data de acesso: 2013-2-27

<http://www.staff.city.ac.uk/p.willetts/CS-NTWKS/NGO-ART.HTM#Part1> ultima

data de acesso: 2013-1-15

<http://www.ONGDitaliane.org/> ultima data de acesso: 2013-2-20

<http://memoria-africa.ua.pt/> ultima data de acesso: 2012-12-14

<http://www.cidac.pt/> ultima data de acesso: 2013-1-25

[http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20](http://www.oas.org/dil/port/1945%20Carta%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas.pdf)

[Unidas.pdf](#)

[www.ine.gov.mz/](http://www.ine.gov.mz/) ultima data de acesso: 2013-3-16

[www.osservatorioanalitico.com/](http://www.osservatorioanalitico.com/) ultima data de acesso: 2012-12-22

[www.deagostinigeografia.it/](http://www.deagostinigeografia.it/) ultima data de acesso: 2012-12-23

<http://www.africanews.it/> ultima data de acesso: 2012-12-22

<http://namahaca.wordpress.com/2011/09/12/mozambico-vive/> ultima data de acesso:

2013-1-8

## Anexos

Maputo, 8-2-2012. Entrevista ONG 1

- *O que faz esta ONG?*
- Nos somos uma organização de direito privado sem fins lucrativos ok? E com os membros contribuem e mantém a sua associação com voluntários para participar no desenvolvimento só seu país
- *Ok mas contribuem no sentido financeiro*
- Financeiro.... Contribuição não tem que ser sempre num sentido financeiro
- *Pois*
- Quando eu do meu trabalho, quando eu uso os meus computador e os meus meios para fazer as coisas, o meu carro, o meu combustível eu estou a contribuir financeiramente para acção que estou a desenvolver, é evidente que não chega, então é complementado pelas contribuições que recebemos da outros. Pode ser de empresa, locais, que também querem contribuir dentro da sua responsabilidade social o pode ser também de doadores ou do governo que quer contribuir através das suas cooperações também temos cidadãos da sua cidade de outros continentes que dizem olha os temos uma contribuição pequena mas queremos oferecer a alguém que pode usar numa maneira boa
- *Portanto são tipo cidadãos privados que dizem eu também...*
- Tu também... por exemplo tivemos... posso dar um exemplo, os cidadãos da cidade de Zuric, na Suíça juntaram-se, juntaram o dinheiro, não era muito mas conseguiram juntar por a caso estou fazendo agora, estou tentando de fazer um relatório de toda a vida da ONG estou responsável para escrever agora, eu já não sou agora presidente também já não estou muito bem foi 18 anos presidente da associação e agora mudamos, a associação foi formada em 19... Oficialmente em 199....
- *Eu aqui tenho escrito 86 mas não sei se é verdade..*
- 86 Começou a ideia e o movimento, mas em 86 não era permitido no país o cidadãos fazer associações,
- *A serio? Não sabia...*
- Porque depois da independência foram canceladas todas as organizações, as organizações só podiam ser as organizações afiliadas no partido, da FRELIMO então eram OJM, das crianças, das mulheres, dos continuadores, não havia todos os clubes, todas as associações cívicas, tudo, tudo, tudo acabou. Porque tudo que era privado acabou. Então a lei que permite as organizações, se não me engana é a lei 8/91 que permite que as organizações possa ter uma associação, quer dizer que um cidadão pode construir uma associação e para isso terão que juntar se como mínimo 10 pessoas
- *A ONG iniciou a ter a ideia, no 1986 iniciou com outras pessoas a ter esta ideia?*



- Então a coisa foi assim, que em 1986 nos somos uma geração que lutou para a independência não é? Eu por exemplo já tinha iniciado a trabalhar em 1967, tinha na altura 18 anos, hoje tenho 64, nesta altura eu tinha, eu era estudante universitária, estava a estudar no Portugal, regresssei pelo país e quando regresssei meu pai morreu no dia a seguinte então eu não podia voltar mais para o Portugal para continuar o curso de arquitectura, então nesta altura eu fiquei aqui e tinha quatro irmãos pequenos tinha que trabalhar para sustentar e ...
- *E como é que nasceu esta ideia de juntar-se com outras pessoas?*
- Então, porque eu estou a falar te desta altura, nesta altura também esta outras pessoas que se juntaram também nesta altura, também tinham as suas vidas assim que começaram a trabalhar muito novas, e quando chegou a independência nos fomos chamados pelo governos a ir para os ministérios, e por todo o lado mas desde a época colonial nos tínhamos a experiência da época do associativismo está a perceber? Estou a falar desta época mais para dizer que as pessoas que se juntaram em 89 eram todas pessoas que nunca tinham estados juntos, cada um tinha estado na sua província por exemplo eu estava em Sufala, o meu irmão também, o vice-presidente estava em Cabo Delgado, mais não sei que estava na Zambézia, então cada um estava num lado país, mas tínhamos a experiência de ter participado as associações católicas, cristas ou aos movimentos de juventude, alguns movimento de manifestação, o escutismo, aprendemos a viver no campo, ir a acampar, saber na vida prática, uma coisa que a juventude agira não sabe fazer, não ter medo dos desafios, coisa dessas, então, todos nos tínhamos um background associativo, de luta, de desafio, quando chega a independência todos nos sofremos um grande choque porque todo o individualismo fui combatido a favor do colectivo. Então, portanto tudo que era capacidade individuais foram arrafadas a favor de uma capacidade colectiva, o grupo o que vale, o individuo não importa, nos aceitamos este. Depois da independência fomos chamados e fomos a ocupar lugar nos governos provinciais ou a dirigir a escolas, as empresas, porque todos os estrangeiros, os portugueses que estavam aqui a fazer papeis foram embora, os retornados, então foi precisos nos decidirmos o que fazer. Portanto na altura da independência já tínhamos 25, 27, 30 anos e tivemos que decidir o que vamos a fazer, o país é nosso, o que queremos... o presidente Samora era também uma pessoas muito estimulante e diz: tenho tarefas muito difíceis em qualquer ponto do país, estão dispostos? E eu sim estamos. Eu naquela altura tinha casa, tinha um trabalho de 32 mil, vim em Maputo para ganhar um ordenado de 5 mil, entregar metade ao partido para a coisa da escola e não sei que, fumos espalhados. Em 1986 acontece que abre a faculdade de arquitectura em Moçambique. Em 1986 eu foi nominada segredaria de Estado. Cada um de nos tinha um curso. Eu naquela altura era já engenheira civil e engenheira de minas, tinha concluído o meu curso antes da independência em 1971. Todos

nos já tínhamos um background, o conhecíamos uma província o tínhamos um passado associativo, de liderança. Em 86 fundada a faculdade de arquitectura a um grupo, dos quais 11 formamos a ONG, que nos encontramos na faculdade de arquitectura, nos formamos uma turma muito especial, o nosso professor eram italiano, da Sapienza, nos questionavam tudo, só para dizer que nos encontramos lá, quase 10-11 eram arquitectos, desde 86 fomos fazendo varias coisas. Mas não era permitido fazer associação encontrávamos na casa de um amigo e depois numa outra a beber cerveja e eram assim as nossas reuniões, e de vez em quando íamos a construir uma escola, a fazer um movimento comunitário, íamos fazendo experiencias de construção da infra-estruturas com o envolvimento da comunidade. Nos fizemos a primeira experiencia porque tínhamos um amigo de um amigo de uma ONG suíça que estava cá e diz olha eu tenho um milhões de dólares, podemos fazer esta experiencia, e fizemos.

- *Como è que encontraste esta pessoa?*
- Ele era professora aqui na Universidade mas pertinência a uma organização da suíça e tinha possibilidade de mobilizar este dinheiro. Olha ele diz, se quiseres eu tenho este dinheiro para vocês fazer qualquer coisa. Montamos um sistema dentro do ministério da educação, como poderiam construir escolas com a comunidade, montamos uns serviços, montamos todos. Foi uma experiencia boa para continuarmos com o nosso espírito associativo. Mas depois havia uma outra dispersão. Depois da independência muitas ONG estrangeiras vieram para ca. Então quem eram o padrão desta ONG: numa primeira fase eram as ONG de emergência, numa segunda fase quando acabou mais ou menos a guerra em 92 então começam a aparecer as ONG do desenvolvimento, as ONGD. ONG de emergência significava receber dinheiro de emergência, gasta-lo 30-40% com os carros, computadores, viagem, expatriados, e ficava um 25% para a comunidade. O resto era para ter um bom salário. Mas nos na nossa associação não queremos isto, nos queremos desenvolver o nosso país. Cada um de nos vai trabalhar e ganhar a sua vida.

1990 Quando eu deixei o trabalho de Estado, não queria estar no governo, a maior desculpa foi que eu queria acabar o meu curso de arquitectura. A partir de ali comecei a trabalhar na base, com a minha profissão.

- *Fizeram um código de conduta?*
- No, nos não temos, temos os princípios que fizemos e um programas de actividade com 5/6 pontos que já não me lembro e para formar esta associação a pessoas tinham que aceitar este pontos. Tem objectivos dos seus próprios membros no processo de beneficiar da comunidade.
- *Vocês trabalham só em Maputo?*
- Não, trabalhamos em todas as províncias de Moçambique. n.º1 do artigo da lei 8/91 do 19 de julho e decreto de 21/91 de 3 de Outubro é reconhecida como pessoa jurídica a associação moçambicana.

- *Falando mais do sector do financiamento, a relação com o governo?*
- Há uma lei, um decreto que diz que se uma associação quer o dinheiro do governo se tem de declarar uma organização de ordem pública mas nos não declaramos, até agora neste 20 anos nos não posso dizer que não usamos o dinheiro do governo, também usamos mas de maneira indirecta. Por exemplo em 1993 ou 6 já não lembro o Banco Mundial e assim dão o dinheiro ao governo, o Banco mundial queria fazer experiencia de pobreza urbana e troce um fundo para isso e entregou ao ministério de plano e finança e o ministério andou a procura do quem pode organizar ou fazer isso, naquela altura nos estávamos fazendo um trabalho com o dinheiro de embaixada de Itália e também com fundos e ajuda do programa mundial da alimentação, então ficamos muito conhecidos porque tivemos um impacto muito grande aqui na periferia de Maputo. Fizemos um bom trabalho e ensinando a pessoas a organizar-se socialmente. Então o ministério do plano e finança ao programa mundial da alimentação: diga lá para candidatar-se e nos vamos a dar o dinheiro e deram-nos o dinheiro e não era pouco, 300 mil dólares. Isto para dar um exemplo mas como isto temos vários exemplos ao longo da vida.
- *Aconteceu que os financiadores querem ter um direito de palavra?*
- Sempre fazem sugestões mas nos nunca aceitamos. Mas já aconteceu que um embaixador a dizer eu já sei qual é que é o projecto. e não respondemos que não precisamos, e ele diz que tinha o dinheiro e não explicamos que não queremos o seu dinheiro.
- *È uma escolha muito difícil*
- Sim, mas não podemos. O senhor tinha que ter humildade. Ele tinha que vir e dizer que tinha o dinheiro e que queria a nossa ajuda, porque sem nos, o projecto não podia ser desenvolvido, porque só nos conhecemos as comunidades. É uma questão de princípios e toda a gente vai dar dinheiro, sempre ouvimos as opiniões dos doadores e sempre tentamos de coincidir as opiniões dos doadores com as necessidades dos beneficiários, não é como o nosso querem é como as necessidades dos beneficiários.
- *A ONG fez publicidade para os seus projectos?*
- Não fazemos. Fizeram publicidade. A televisão fez vídeo e mesmo agora a televisão chama mas não como princípios não queremos fazer publicidade. Tem um lado bom e um mal, nos não estamos fazendo isso para ganhar votos, mas para ver o crescimento dos nossos associados
- *Mas mais publicidade significa mais conhecimento das vossas actividades.*
- Sim é verdade.
- *Há algum ponto que pode ser melhorado?*
- Sim há muitas coisas. Aprendemos mas estamos a discutir o que queremos. Nos quando criamos a ONG criamos para ser uma organização pequenina, onde cada membro tem a sua vida profissional e vai dedicar uma parte à organização. Trabalho voluntario e para isso não precisa publicidade. Portanto se eu quero melhores condições da água, de electricidade ou de lixo

de um bairro da cidade não tenho que fazer publicidade nem pedir autorização a ninguém. Este princípio foi adoptado para nos. Muita gente diz que nos somos uma praga, porque em cada ponto onde nos trabalhamos há um signo do nosso trabalho. Nos não pusemos rótulos mas há um sinal da nossa obra. Porque? Porque as pessoas têm uma maneira de pensar que é a maneira deles. O nosso segredo é ter um princípio ético, as pessoas aceitam este princípio ético e fazem a mesma coisa.

Ate 2000 nos trabalhamos com pouco dinheiro mas quando iniciamos a apoiar a cheia iniciaram a chegar dinheiro do todo o lado e os projectos tornaram-se grandes e quando as coisas são grandes também internamente começa a perder um pouco o controlo.

- *Como funciona o sistema interno?*
- Há um conselho de administração. È preciso dizer uma outra coisa. Nos não fazemos como as outras ONG. Estas organizações procuram projectos, alguém que elabora o projecto, depois fazem um concurso para procuram pessoas que fazem o projecto, nos não fazemos isso. Cada membro que tem um interesse tem que desenvolver o seu projecto, e não pode deixar o projecto e tem que segui-lo e se for aprovado este projecto para o conselho, o conselho vai a designar uma pessoa para seguir o projecto. Não è preciso fazer concurso porque não somos privados. Podemos escolher o que queremos, este é muito discutível agora nas outras organizações, mas não è preciso fazer concurso, porque tenho que faze-lo.
- *Quantas pessoas trabalham nesta ONG?*
- 120 Mais ou menos em média, cada ano se contamos todos estamos, como sócios activos 20/30 pessoas.
- *Há uma cota mensal?*
- Sim mas a gente nunca deu atenção a cota mensal também porque ao inicio parecia muito grande mas depois ficou muito pequenina porque ficou sempre a mesma. Todos pagamos a cota para ter direito de voto. A grande discussão da cota é assim... mas nos queremos a cota porque? ... Porque nos ao inicio não tínhamos um escritório então a gente que podia dar ou comprar.
- *Também a cota é um sinal importante, è um compromisso.*
- Mas depois havia um problema porque se ao inicio para nos a cota não era muito grande depois para alguns voluntários ficava mesmo uma coisa importante. Se pões uma cota alta só algumas pessoas vai ser seleccionadas para entrar na organização e nos não queremos isso. São 100 meticais por mês que na altura era muito. Na altura era 100 mil mas na mesma era muito. Esta discussão existe ainda. É discussão é porque nos queremos a cota? Se é só vínculo pode ser X e também podemos definir que quem quer dar mais pode dar mas não tem mais direitos, os direitos são iguais.
- *As pessoas que trabalham aqui são pagas?*
- Sim são pagos, a contabilista, a gestora do escritório, a segredaria tem uns salários. Se uma pessoa vai a procurar um projecto, se vai entrar como

técnico do projecto, deve responder para uma responsabilidade do projecto, vai receber dinheiro ao interno do projecto mas nunca è valor como mil dólares, há uma tabela que a gente fez com a experiencia ecc. Mas vai receber porque tem despesas com as chamadas ecc e vai receber um valor, depende.

- *As ONG que trabalham em Maputo são...*
- Posso dizer uma coisa? A maneira de funcionar como esta ONG não pode ser feita uma comparação com as outras ONG; porque as pessoas que trabalham aqui são éticas, mas não é só isso, é uma maneira para pensar, por exemplo eu conheço muitas ONG por exemplo vou falar da ONG de Graça Machel, são pessoas serias mas tem um monte de problemas com o dinheiro e se tu vais ali a perguntar o nosso nome, ninguém sabe o que se passa ali dentro, porque primeiro dizem que dão dinheiro a nos. O problema é assim, nos tivemos muito dinheiro do governo suíço. Um governo suíço recebemos dinheiro para a ONG.
- *Há uma inveja entre as ONG?*
- Exactamente.
- *Não há uma solidariedade?*
- Não não há, há sempre uma certa competitividade. E é sempre assim, depois há organizações que são formadas por gente do governo.
- *Mas oficialmente ou não?*
- Oficialmente, e se pode fazer, esta Graça Machel é um ministro do Estado. Muitas pessoas importantes são membros. Nos somos pequeninos, nos não somos uma organização para competição mas as outras ONG chegam e querem competir porque vem os nossos resultados no terreno. Se calhar estas organizações maior fazer coisas grandes, maiores, escolas mas são negócios. Nos não temos negócios. Nos em cada projecto nos contribuimos com um 20-25%. Normalmente a nossa contribuição é 20-25 as vezes 30%...
- *E os outros são financiamento externo...*
- Até hoje nos nunca pedimos financiamentos, financiamentos ofereceram, nunca eu escrevi uma carta a pedir um financiamentos. A carta nunca foi uma nossa iniciativa para pedir dinheiro. Agora se calhar temos que mudar as coisas. Se vamos a ser fundação, ou não querem. Isso é tudo uma reflexão. Nos somos pessoas com alguma credibilidade individualmente, com as passas palavras, conhecendo amigos, uma organização. Se calhar agora temos ou não candidatar-nos no Estado. A candidatura a te agora foi sempre uma sugestão externa.
- *As ONGD agora estão desenvolvendo o país? Ou são mais negócios?*
- Eu realmente hoje não sei dizer. Agora há a mania do empreendedorismo. O que esta a acontecer. É assim. As ONG moçambicanas normalmente nascem porque chegou alguém que tem fundos e como não pode receber fundos, então forma uma ONG moçambicana através da qual vai receber fundos e quando ele vai embora a ONG moçambicana fica e fica sem fundos. E como não desenvolveu toda aquela reflexão interna, eppa, morre.

- Há uma coisa chamada LINK é uma grande confusão, não vale a pena. Estas a gravar?
- *Sim. É melhor que não?*
- Sim é melhor que não.
- *Ok então muito obrigada.*

Maputo, Entrevista 20-02-2012 ONG 2

- *Come prima cosa vi chiedo cosa si fa qui?*
- OP 1: Qui gestiamo delle proposte di finanziamento che sono state proposte ai vari finanziatori internazionali sulla base di una strategia que è quella relativa all'area dell'educazione. Diciamo che tendenzialmente i nostri beneficiari sono i bambini e i malati mentali, donne senza sostento e

ultimamente abbiamo tre progetti uno dedicato alla costruzione di un centro educativo, ricreativo finanziato dal MAE, ministero degli affari esteri, prevede una serie di attività volte principalmente all'integrazione dei giovani. L'altro progetto si occupa di protezione sociale, finanziato da Unione Europea, un progetto di tre anni e dove si intendono creare forme di protezione sociale per un lato, per l'altro creare forme di lobby fornendo indicazioni precise ai gestori politici e soprattutto creare dei forum dove le persone possano essere assistite qualora la legge ne preveda una protezione sociale, come per esempio la pensione. Il terzo del progetto siamo nell'area della democratizzazione, si lavora in questo caso con le province e si tratta in sostanza di lavorare dal basso affinché le persone possano negoziare e orientare a livello distrettuale le scelte e le spese da realizzare. Siamo in un contesto dove la democrazia non è proprio compiuta e quindi quest'ultimo progetto, sempre finanziato da Unione Europea, non è molto facile da raggiungere. Certo finché si tratta di aiutare i vulnerabili non ci sono problemi con questo ultimo progetto qui invece chiaramente è più complicato.

- *Invece a livello di finanziamenti, per riuscire ad arrivare a quelli dell'UE come riuscire ad arrivarci?*
- Dunque, lavoriamo con due o tre associazioni ormai sperimentate nel corso degli anni e a seconda delle varie necessità e delle linee di finanziamento che ne escono presentiamo i progetti ai finanziatori dove la strategia è formata qua e dove si cerca anche di adottare la nostra strategia con quelle linee di finanziamento proposte dall'UE piuttosto che dal MAE.
- *E quindi come funziona?*
- OP 2: sappiamo più o meno quali sono i canali dove dobbiamo andare a chiedere. È una cosa un po' complessa. Stiamo ragionando con Unione Europea, ministro degli esteri, MAE... alcune informazioni arrivano direttamente qui, con le agenzie locali, altre volte invece si hanno attraverso i bandi dell' Unione Europea. Stiamo in Mozambico da oltre 20 anni, come esperienza è notevole. All'inizio abbiamo agito con i rifugiati in Zimbabwe e tramite questi contatti siamo andati a supporto dei rifugiati. Là era un tipo di intervento di emergenza, lì era un po' al limite fra un intervento di emergenza e attività di educazione ai bambini, alle donne. All'epoca si lavorava principalmente con le istituzioni locali perché non c'erano ONG locali con cui relazionarci. Era quindi un tipo di cooperazione diversa.
- *Come è il rapporto con l' Unione Europea? C'è un'influenza?*
- OP.2 Si sicuramente a livello macro esiste un'influenza, UE lancia delle proposte e poi noi rispondiamo. C'è un indirizzo a livello macro, noi cerchiamo poi di adattare questo indirizzo a livello micro, in associazione con i nostri partner locali. C'è un certo dialogo. È un gioco di forze, inevitabilmente. C'è un altro livello che si gioca a Brussell dove le

associazioni hanno un certo rilievo, non tanto come singola associazione ma quanto come consorzi, piattaforme.

- *Come le vedi queste piattaforme?*
- OP. 2 Siamo partner di piattaforme in Italia. Non in UE, ma stiamo cercando di rafforzare anche di più questo aspetto, fare un po' di lobby ma anche per capire le dinamiche, se non hai un rapporto diretto tante informazioni non le abbiamo. È un punto del lavoro su cui stiamo lavorando.
- *Avete un regolamento etico, uno statuto?*
- OP. 2 Non lo so, nel senso che alcune associazioni hanno dei principi, noi abbiamo lo statuto e basta.
- *Come concretamente sopravvivete?*
- OP. 2: Guarda è un grande problema soprattutto in questo periodo, riesce a sopravvivere perché si è differenziato in più campi e quindi abbiamo più finanziatori. Attraverso un determinato progetto cerchiamo di mettere più obiettivi, in questo modo possiamo trovare più finanziatori. Questo meccanismo implica che la macchina sia sempre in movimento. Essendo progetti diversi abbiamo finanziatori diversi e così mediazione culturale per esempio è il settore che fattura quindi aiuta gli altri settori. Adesso le politiche europee sono cambiate, se prima le ONG erano finanziate più per progetti nel territorio adesso la tendenza è supportare economicamente le ONG che creano progetti con un partenariato più ampio. Il tipo di progetti sollecitati sono cambiati, i primi bandi erano più orientati verso un lavoro diretto, di campo, adesso la tendenza è di fare bandi più verso l'influenza politica delle associazioni, lavoro di rete, di formazione, della società civile, cercare di rendere indipendente il paese e più democratico.
- *Il rapporto fra le varie ONG, c'è un astio o una collaborazione?*
- OP 2: Tutte e due. Un po' competizione c'è. Poi nel momento in cui ci sono delle difficoltà in relazione con il paese, c'è una sorta di solidarietà. Si cerca quando è possibile di collaborare e quando ci sono dei problemi con il governo unendo le forze si riesce ad essere più sicuri e visibili.
- *Come è stata la relazione con lo stato, visto che siete qui da 20, la relazione con la guerra?*
- OP 2. C'era una modalità di convivenza del territorio differente. Molti volontari erano mandati dal partito comunista dell' Emilia Romagna. Erano sicuramente molto ben accetti, molto più di adesso. Ora c'è un cinismo, un'indifferenza fra poveri e ricchi. Le comunità quando vedono arrivare i compatrioti mozambicani arrivare un 4X4 a sensibilizzare la popolazione su un determinato tema rimangono molto infastidite. È difficile dirlo ma il governo mozambicano si occupa parzialmente delle condizioni dei più anziani.
- *Credete che il ruolo delle ONG stia cambiando Maputo e dintorni? I risultati si vedono?*
- OP. 2: Come al solito, la domanda è complessa. Un passo avanti e dieci indietro. Oppure un passo indietro e dieci avanti. Inanzitutto c'è una grande



difficoltà a mantenersi attivi però anche grande soddisfazione. Se mi chiedi se si vede concretamente la presenza del ---- a Maputo, non lo so, anche perché non credo sia un'esperienza così tangibile... anche perché i nostri progetti sono di nicchia. Dentro i progetti si vedono. I nostri partner storici sono MDM ( meninos de moçambique) AVV ( associação Vangano Va in Pulene) ecc.

- OP. 1: io sono entusiasta di questo lavoro. Cose piccole che vanno bene, abbiamo costruito un centro diurno ricreativo per i bambini, tutti i bambini invece che giocare in mezzo alla spazzatura giocano nel centro. Il bairro Pulana Kanisso è cambiato completamente. Non mi hanno mai rubato nulla perché riconoscono la macchina, mi salutano quando passo senza chiedermi i soldi. Cose piccole che ti aiutano ad arrivare in ufficio con tanta energia perché appunto lo shock culturale è enorme, siamo proprio due culture diverse. Per esempio con gli impegni lavorativi che non è quello europeo, la società mozambicana è virata su altre questioni che non sono certo la realizzazione professionale o l'assiduità nel lavoro perché ci sono degli obiettivi da raggiungere. No non è così.
- *La collaborazione con le ONG locali quindi è difficile?*
- OP. 1: Sì è difficile ma va trovato. Guai se non riuscissimo a trovarlo, è uno sforzo da ambo le parti. Una tipologia di approccio differente. Il punto di incontro va trovato per forza.
- *Com'è il rapporto con le ONG? Il governo cerca di controllare il vostro operato?*
- OP. 2: Non tanto nei nostri confronti, sì anche nei nostri confronti ma soprattutto nei confronti dei nostri partner locali. Anche con questo presidente stiamo tornando indietro, non vede bene la società civile, vuole controllare le ONG, bisogna stare attenti perché hanno il potere di bloccare i fondi, c'è ancora la polizia segreta che interferisce. Io ho ricevuto solo una volta una visita molto pesante. È chiaro che a cascata i nostri partner sono più ricattabili. Noi abbiamo dei vincoli fortissimi col governo, di chiedere le autorizzazioni al lavoro, non puoi prendere più di un tot di espatriati, possono essere un numero molto limitato e questo non è un problema per noi ma per le imprese. E noi poi dobbiamo rinnovare ogni due anni i permessi burocratici per operare in Mozambico e per esempio noi adesso siamo scoperti. È due anni che lo sollicitiamo e questo vuol dire che se non sei in regola domani possono venire e ti fanno chiudere. Abbiamo questa spada di Damocle, che è il 20:24, 20 kg di bagaglio e 24 ore per andarsene. E ti accompagnano all'aeroporto.
- *Come le ONG locali si difendono?*
- OP. 2: implica prima di tutto una certa indipendenza ideologica e finanziaria. Facile non è facile. Poi anche capire che alcuni compromessi si possono trovare. Un minimo di dialogo con le istituzioni ci deve essere. È complesso.

Maputo, entrevista 21-2-2012, primeiro operador humanitário da ONG 3.

- *A primeira pergunta è claramente do que trata esta ONG?*
- Esta Organização trata da promoção dos direitos humanos das mulheres e é uma ONG regional que nasceu em 89 e que tem a sede neste momento na Zâmbia
- *Trabalha principalmente em Maputo, Moçambique?*

- Cada ONG é independente, numa primeira etapa nos tínhamos uma pesquisa em comum mas neste momento não, quando há questões de lobby nos trabalhamos em conjunto. Na altura tínhamos também só uns financiadores que era DANIDA que acabou com os financiamentos e a nos tinha que procurar outras coisas. Deste momento nos tornamos mais independente na acção de desenvolver e na acção de pesquisa. Este aconteceu a partir dos anos 2000.
- *Isso porque aconteceu?*
- O financiador acabou de financiar e cada ONG tinha que procurar financiamentos. A nossa ONG iniciou a funcionar melhor. Esta independência coincidiu com a saída da universidade. Nos éramos uma organização de académicos que eram professores da universidade e que fizeram parte da organização. A certa altura tivemos que sair porque tivemos um reconhecimento como personalidade jurídica e não podíamos ficar mais na universidade.
- *Antes havia uma ligação com a universidade...*
- Nos continuamos ainda a ser professores da universidade mas juridicamente foi uma ONG de facto deste momento, porque na altura era um departamento, vamos a dizer assim, dos estudos africanos, era um pouco dúbia, ambígua.
- *Qual é que são os objectivos principais?*
- Tratar acções em três áreas diferentes: na área da pesquisa, na área da formação e da comunicação, estas áreas confluir no mesmo objectivo que é defender e denunciar os abusos sobre as mulheres. Cada área tem o seu coordenador e a sua equipe apesar de ter agora muita pouca gente. 16 Pessoas não são muitas. 16 Pessoas com já a parte administrativas. É uma ONG pequena mas que faz muito. Nos trabalhamos assim: fazemos pesquisa em lacunas que achamos que existem em relação a protecção dos direitos humanos das mulheres. E isso é que se faz na parte da pesquisa. Também a formação dos agentes especiais e organizações de jovens faz ver que é preciso pesquisar mais estas áreas. A formação é consolidada com a base na pesquisa, sempre numa realidade concreta. A parte da comunicação organiza brochuras por exemplo e fazem a comunicação. Nos temos o Web site. Tudo isso com os objectivos de sensibilizar a populações sobre os direitos civis das mulheres, e este é um grande objectivo. Sensibilizamos e também montámos como as leis sobre os direitos das crianças e das mulheres são aplicadas. Um outro grande objectivo também é fazer que outras ONG incluam nos próprios objectivos uma prospectivas de género. Por exemplo uma ONG que trabalha contra a corrupção não tem uma prospectiva de género porque diz que não tem tempo, mas não é verdade. Puxar sobre a sociedade civil e ao mesmo tempo fazer acções de sensibilizações através formação e do lobby de advocacia das instituições, da policia etc.

- *A FRELIMO foi sempre bastante favorável a uma independência das mulheres ou não foi assim?*
- Não normalmente não é assim. Tanto que nos temos uma legislação contra a violência doméstica publicada em 2009 que na prática não há uma divulgação. Há lei mas não são aplicada, não há vontade política porque eles justificam estas acções de violência com relativismo cultural. Há uma contradição muito grande. Na prática não há um respeito da lei e uma colaboração do governo para fazer respeitar as leis que protegem as mulheres. A lei não é aplicada porque não há divulgação e não há vontade de aplicá-la. Não temos muitas mulheres no parlamento mas na mesma as coisas não mudam, pode mudar ter mulheres no parlamento.
- *Isso acontece, as violências e não respetos da lei, sobretudo em Maputo, nas grandes cidades?*
- Eu acho que é generalizado, isso é como na Europa. As mulheres parecem ter um poder que em verdade é fictício. Mantém um papel tradicional, cuidar das crianças e nada mais.
- *Não é tão fácil agir no território se a mentalidade não é pronta...e sobretudo o governo...*
- Sim mas é possível trabalhar como jovens. Damos formação a associação de jovens, na sociedade civil que são na escola ou não. É por aí que a mudança vai aparecer.
- *O governo como se põe neste sentido com a vossa organização?*
- Não temos, até este momento não temos problemas com a nossa estratégia, felizmente nos não somos Zimbabué, podemos ter uma certa colaboração. Há anos atrás o Estado era mais liberal. Agora se precisamos dos números do abandono as informações podem não ser dadas. Mudou nos últimos seis setes anos.
- *Foi devido a uma mudança das ideias políticas ou mudou assim?*
- Agora o governo é mais autoritário e conservador. Neste momento que nos não vamos a por em causa o governo tudo bem. Eles não acham perigoso, pensam: “são só mulheres ali que escrevem”. Eu acho que este em África o Moçambique é uns dos países mais livres.
- *Como vai sobreviver ?*
- Nos somos financiados dos alguns doadores, o governo holandês, MASC, DOXA. Depois temos pequenos financiamentos da embaixada da Holanda. Através das apresentações do nosso plano estratégico. Apresentamos a nossa proposta e eles decidem se financiar o nosso plano estratégico. Os doadores financiam os planos e a gente distribui como quiseres os orçamentos. Neste sentido estamos totalmente livres. Não temos nenhuma influência dos doadores. Há uma questão em verdade do campo político que pede esta pesquisa, no período das eleições e pagam para obter estas informações e nos ultimamente temos feitos. Já fizemos três vezes.

- *Falando mais em geral, como achas o papel das ONG em Maputo? Como estão trabalhando? Estão desenvolvendo o país?*
- Pronto, eu acho que há de tudo, há organizações que trabalham bem e que trabalham mal. As leis que foram aprovadas no parlamento, a lei da família do 2004, a lei contra a violência doméstica em 2009, foi proposta da sociedade civil. Portanto nos temos resultados.
- *E o governo secundou?*
- Sim deixa que a gente faça. O estado tem que divulgar as leis, nos podemos fazer monitoria mas não podemos fazer respeita-la. Mas o Estado não faz isso e neste sentido que é um impedimento. O governo não faz a sua parte, não há uma vontade política. Deixa que as coisas sejam assim.
- *As ONG estão conseguindo a mudar a situação? Qual é a sensação?*
- Os procedimentos são muitos lentos. Vai-se percebendo, há cada vez mais jovens que percebem, que fazem teses de mestrados, há mulheres que querem participar, há um desenvolvimento mas se precisa de tempo.
- Há uma cooperação entre as ONG ou uma rivalidade?
- Não não, há uma cooperação, pronto há as duas coisas, nos temos uma rede, chama-se Fórum Mulher. Há muita cooperação e rivalidade há em tudo.
- *O governo não há uma política de financiamento...*
- Não não não há. Havia uma ideia através de uns programas: os doadores davam o dinheiro ao governo e o governo distribuía as ONG e a sociedade civil achava que não podia ser assim e o governo organizava associações fictícias para poder ganhar o dinheiro. Então neste momento não fizeram muito.
- *E a UE?*
- Não infelizmente não temos financiamento pela União Europeia. Também a nível europeia os assuntos das mulheres não são tão desenvolvidos.
- *Há uma código ético?*
- Estamos falando disso, ainda não há.
- *Como entram as pessoas a trabalhar na ONG?*
- Nos somos nos a chamar porque queremos aquela pessoa ou se não há um concurso e depois escolhemos na assembleia-geral.
- E vocês não tem medo que o governo manda pessoas a trabalhar na organização para manter um controlo ou obter informações?
- Ahhh não, não não temos medo disso. Não acontecem estas coisas. Aqui em Moçambique não acontece, aqui por acaso o governo manda as pessoas para saber informações para depois fazer os seus trabalhos e nos temos os resultados no nosso site e não há problemas. A única coisa é que as ONG podem ser criada pelo próprio governo. Mas não que vai entrar na nossa organização.
- *Ok então acho que já esta tudo. Muito obrigada.*

Maputo, Entrevista 22-02-2012 segundo operador humanitário da ONG 3

- *O que faz esta ONG?*
- O governo tem esta preocupação no campo que nos desenvolvemos, ou seja ocupa-nos, como já se calhar diz a minha colega de violência de género na suas varias facetas, como a violência domestica, a violência sobre menores, a violência contra as pessoas idosas e sobre esta área estamos muitos a trabalhar com o Ministério de Justiça e na área da reprodução estamos

trabalhando com o Ministério da Saúde, para a produção da lei de introdução da interrupção de gravidez e também trabalhamos no campo da fistula obstétrica.

- *Como é a relação com o governo?*
- O governo faz operação no caso da fístula mas ainda não tem conhecimento, está preocupada mas ainda não tem os instrumentos adequados que nos tentamos de fornecer.
- *E como chegam os fundos?*
- Somos financiados pela Holanda, pela OXFAM e também por um organismo da Grande Bretanha que chama-se MASC.
- *E em relação com o governo como é a situação?*
- Depende das áreas, quando é área da violência doméstica apoia, o governo não tem problemas e trabalhamos em conjunto. Há algumas coisas, como por exemplo a participação política, quando vamos a por em discussão a tradição, ali então há sempre alguns problemas. Houve muita discussão por exemplo sobre o que significa violência doméstica. Também há problemas ligados aos ritos de iniciação, o governo não se manifesta. Não há pressão para não fazer algumas coisas, somos uma ONG chamada de esquerda por isso que não temos problemas. Depende muito das áreas.
- *Vocês têm um código de conduta?*
- Nos temos agora dentro do nosso manual dos recursos humanos, que já foi aprovado um código ético. Queremos fazer também uma coisa a parte.
- *O papel das ONG conseguiu melhorar a situação moçambicana verdadeiramente ou ainda falta algo para conseguir as potencialidades das ONG?*
- Se nos vamos a ver a nossa história, nos somos muitos jovens, nascemos só em 1990. Só neste ano conseguimos ser reconhecidas portanto temos um conhecimento da sociedade civil ano bastante aprofundado, quero dizer que ainda faltam algumas coisas. Ainda estamos no princípio. Já há uma grande mudança, ainda as cabeças não estão completamente livres, ainda falta muito. Primeiro as pessoas tem que perceber os seus direitos, perceber o que significa ser cidadão e pedir os seus direitos. Falta muito trabalho, muito trabalho para mudar as atitude.
- *A colaboração com as outras ONG em Moçambique, ou existe uma rivalidade?*
- A nossa área é muito específica e neste momento não há uma ONG que trabalha neste campo. Na área da formação pode haver competição, mas o nosso país é tão grande que não chega.

Maputo, Entrevista 21-02-2012 ONG 4

- *Então como primeira coisa queria perceber o que faz esta organização que trabalha contra a SIDA*
- De facto è uma organização um bocado atípica em quanto não é propriamente uma ONG mas um Instituto para a saúde global que depende da uma universidade americana onde os três objectivos são de investir na formação das pessoas, fazer pesquisas operacional que possa mostrar novas praticas e



de facto ajudar na implementação de algumas mudanças. É um instituto internacional que faz muito mais pesquisa e informação e implementação de projectos.

- *Como é o trabalho na prática?*
- Aqui de uma certa forma é a sede do Moçambique, é o escritório de apoio, a parte administrativa e logística. Aqui é muito mais uma base, um escritório nacional de apoio aos outros, aos implementados que estão na Zambézia a trabalhar. O programa como tal funciona na província da Zambézia que é a segunda mais vasta e a mais populosa do país, tem 4 milhões de habitantes, tem 7 distritos e nos trabalhamos naqueles distritos que são os mais provais. É um trabalho quase cirúrgico, um trabalho muito vertical, é de facto a colocação de pessoal clínico para melhorar as respostas a esta doença.
- *Como é que é a relação com o governo?*
- Esta é uma das organizações que talvez no início era mais intervencionista que numa certa altura o ministério aceitou mas que depois a situação foi completamente mudada. E nos adaptamos a esta mudança, respeitamos a vontade do governo...
- *Porque o governo teve esta mudança?*
- Varias questões. Obviamente um orgulho, que esta em concordância com aquele que acontece na Sadcc, o grupo de desenvolvimento da África austral, tudo isto mostra uma vontade dos países de manter uma certa autonomia e não receber as ajudas externas. Coisa que num país como Moçambique é muito errada, porque a metade do financiamento do governo vem da ajuda externa. Há uma questão política, sim, uma questão também de posicionar-se em frente do mundo estrangeiro porque este país é ainda muito dependente da à ajuda externa, por um lado para mim foi muito uma maneira para mostra que já não precisam de pessoal estrangeiro, era um certo abuso de autoridade ou pelo menos da o meu ponto de vista, é quinze anos que eu trabalho fora da minha terra, dum não reconhecimento, não estão prontos a fazer as coisas sozinhos, porque claro, há muitas coisas que não funcionam bem, então é uma mistura de elementos, de vontade politica, de ser reconhecido como um país forte, há também uma consequência do facto que o Moçambique foi apontado sempre como a filho querido dos doadores que consegui milagres com uma abordagem sectorial. Há muitas coisas atrás de isso e cada um interpreta como quiseres.
- *Aqui é de facto um jogo de poderes no, no sentido a este propósito por exemplo, a União Europeia através dos financiamento as ONG conseguem manter um certo controlo... ou existe simplesmente voluntariado?*
- Isso era antes os anos 2000, o voluntarismo, a solidariedade, a cooperação, a abertura e a falta de controlo absoluto, e agora não há dúvida, o Estado quer controlar mais. Obrigar as organizações a prestar contas de algumas informações, segundo as normas de existência do sistema de Moçambique, a prova é que não existe nenhum quadro jurídico-legal para ONG, são

assimiladas como empresas, era o menos mal da colocação de uma caixinha mas que por mim faz sentido porque os anos 80-90 era o contrário, organizações totalmente livres, “selvagem” e que também não queriam informar o governo do que faziam. Segue de uma certa forma o desenvolvimento a nível global.

- *E agora como é a situação? Em Maputo, com um governo que não parece muito aberto, como é que é a influência num território? Há um jogo de poderes? Por exemplo falara-me do 20:24...*
- Há algumas situações de abuso e obviamente o governo aproveita para recuperar um certo poder, para fazer ordem. A relação de parceira com o governo central não está muito aberta, governo central é o coração da nação mas este não tem nada a ver com o governo do país. Aqui acontece que o governo atento ao poder e as ONG tem que dizer sim sim se querem ser registadas e aprovada, ao contrário nos anos 80 as ONG faziam o que queriam, claramente a maioria das ONG explicavam ao governos mas também os usos dos fundos e os seus resultados não eram suficientemente comunicados, agora que trabalhamos nos distritos as pessoas há muita mais abertura, são mais cientes dos problemas do território e aceitam mais facilmente a ajuda de uma ONG. Aqui ao contrário é muito difícil, é mais fácil que uma ONG vai dizer sim quando em verdade não quer, isso não significa que vai ser influenciados. Isso porque por exemplo MSF ainda está aqui hoje em dia e é uma organização que não faz compromisso normalmente com um Estado, coisa que aqui se calhar tem que fazer para continuar a ficar mas na mesma está fazendo a sua lobby. Os doadores mudaram a política, o governo mudou muito a sua visão e de abordagem e obrigou os parceiros a confrontar-se com isso, uma parte de ajuda que não conseguia monitorar os usos exactos dos fundos continuou também a financiar e tomar uma posição suficientemente contra o governo e também as organizações estão numa evolução bastante importante, todo o contexto mudou mas esta tendência para mim das ONG de tentar de responder a algum assunto e acções bem específica colocando o seu saber em maneira as vezes muito competitiva...
- *E portanto alem de todo o que foi dito agora, das mudanças que estão acontecendo, faz ainda sentido que uma ONG estrangeira trabalhe num território como Moçambique?*
- Eu acho que sim, espero que sim, faz 15 anos que trabalho neste contexto e mesmo que agora este está mudando, há ONG que ainda trazem e desenvolvem projectos muito específicos, por exemplo num contexto como este há ONG que trabalham com gays e lésbicas, este para mim é exactamente a prova que há espaço para todos e que há movimentos e representações de ideias, da sociedade civil, de respeito das pessoas incluindo com pensamentos, atitudes diferentes que tem que investir e as ONG tem lugar para mim neste sentido...

- *Portanto a solução seria que uma ONG para ser efectivamente produtiva no sentido de chegar aos objectivos seja a mais pequena possível para não ter demais papeis...*
- *É uma visão, um sentimento que eu tenho, dando um exemplo aqui em Moçambique, neste contexto onde ainda há muito para fazer, mesmo que seja um regime forte, há ainda muito piores, aqui temos uma certa expressão mas o que quero dizer é que em termo de governação e isto è muito mais geral, mas há muitas ONG que estão a fazer muitos trabalhos aqui a nível de governação porque está muito centralizada, porque o processo de centralização em vez de ser feito como uma prioridade envolvendo as pessoas... descentralizar os poderes, isto não está sendo feito. Então estas organizações que trabalham na governação, num contexto como este para mim tem muito para fazer. Isso não significa que organizações como OXFAM não fazem nada, ao contrario fazem tudo...*
- *Não não não, o que eu achava era que mais uma organização é grande mais pode ir encontro a compromisso mas ao mesmo tempo significa que é mais conhecida e que portanto a sociedade civil conhece e assim tem mais poder de influencia...*
- *Sim é verdade, tem mais poder de influência, de angariar fundos... então do um lado crescer significa ter acesso a mais fundos por outro lado um trabalho muito específico traz uma mais-valias e responde a necessidade se calhar mais esquecidas no campo do desenvolvimento. Não é um papel fácil, hoje em dia eu acho que há organizações grandes que estão conseguindo melhorar talvez nao seu desempenho e os seus resultados na sua intervenções mas sim a imagem global, a encontrar mais financiamentos, conseguem trabalham mais envolvendo uma componente de advocacia com componentes operacionais, uma das organizações que é sempre muito bem falada é Save The Children, mas algumas pessoas que conheço que colaboraram com Save The Children disseram que mmm não é muito assim.*
- *Queria perceber uma organização não governamental leva consigo uma ideologia, este pode ser visto como uma nova colonização?*
- *Sim numa certa forma existe a todos os níveis, agora é verdade que há uma influencia que chega... eu direi que é sempre uma mistura entre o que chega da o externo e o que já existe, a nível de modelo de cooperação o governo americano tem uma definição do aquele que quer fazer que é muito mais claras e orientadora do que a cooperação da União Europeia. Mais uma vez é tudo ligado a o que quer um país, a flexibilidade que tem de abrir-se ou fechar-se a uma influencia... hoje em dia eu acho que as ONG são muito menos influenciadoras que antes, por ideias contracorrente é muito mais complicado do que antes.*
- *Uma ONG internacional como consegue manter uma certa transparência? É possível que os financiadores pretendam através dos orçamentos informações ou tenham objectivos secundários?*

- Os financiadores dos países doadores claramente têm um interesse de obter informações, eu acho que no fundo não há uma influência tão forte, eu acredito que as informações que os financiadores querem vão sempre no segundo plano, que existe esta vontade mas que não é tão forte. Nenhuma cooperação é gratuita. Isto está certo. Isso não é como antes o mundo vermelho e o mundo azul, acabou o mundo bipolar, agora está tudo interligado, com a globalização as nações perderam a própria independência. A cooperação é uma coisa que abres as portas, se calhar não é para obter informações mas porque no futuro querem abrir negócios, comprar recursos naturais. Há muito menos uma cooperação baseada sobre um princípio de ajuda, ainda existe, mas se um país quer ajudar um outro vão querer ter um retorno.
- *Mas no mesmo vale a pena?*
- Sim, acho que é muito necessário e útil.
- *Existe a nível teórico um princípio comum entre todas as ONG? E a nível prático há uma solidariedade ou não?*
- Eu não poderia trabalhar se não existisse um princípio comum positivo. Claramente se existem muitas ONG que trabalham no mesmo campo, é claro que existe competição, já vi ONG que comportaram-se muito mal, corromperam, já ouvi estas situações. Para mim o meu grande problema é que as vezes estamos mais concentrados na pesquisa dos fundos em vez que no objectivo principal. O problema é quando uma ONG continua a crescer e quer diversificar-se e acaba para ser um objectivo em si. E começa a ser uma das coisas da grande máquina que quer fazer dinheiro para sobreviver. Muitas vezes agora as perguntas das ONG é o que faz de nos únicos? Eu acho que a questão é errada, nos não somos os únicos. Pode ser que temos alguns aspectos de unicidade mas porque temos de ser os únicos? Porque há competição entre ONG que eu não acho bom e necessário. Há oportunismo hoje em dia. As ONG aumentaram nos anos 80 e o dinheiro diminui então há da haver mais oportunismo, mercantilismo. Infelizmente. É difícil resistir a todo isso.
- *Um operador humanitário torna-se rico?*
- Sim, para mim da minha pequena experiencia. Não fazia uma ligação entre o crescimento de uma ONG e os seus padrões ou operadores humanitários. Mas sim podemos dizer que um operador humanitário ganha dinheiro. O que eu vivo, eu posso ganhar a minha vida aqui, a vida de um expatriado é facilidade, é co-financiada, é sempre relativos, eu que acho é que os donos e os operadores das ONG não deveriam ser rico e que os salários tinham de ser controlados. A gente não devem ter enriquecer para aquele que faz, hoje em dia sono pagos como no valor de mercado. Tem de ser um equilíbrio. No passado eram pagos como cães. E também não faz sentido ser idealista e trabalhar sem ser pagos. Também porque não pode viver a tua vida.

